



REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 94º
Volume LXXI
2015





Revista da Academia Mineira de Letras

ANO 93º – Volume LXXI – 2015

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Olavo Romano	1º Secretário:
1º Vice-presidente: Amílcar Vianna Martins Filho	2º Secretário: Patrus Ananias
2º Vice-presidente: Yeda Prates Bernis	1º Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário honorário: Oíliam José	2º Tesoureiro: Manoel Hygino dos Santos
Secretário geral: Elizabeth Rennó	3º Tesoureiro: Ângelo Machado

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Olavo Romano
Editor: Manoel Hygino dos Santos
Revisão: Pedro Sérgio Lozar
Digitação: Marília Moura Guilherme
Capa: Liu Lopes
Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.
Impressão: Gráfica e Editora O Lutador

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 93º
Academia Mineira de Letras / LXXI
Revista da Academia Mineira de Letras/Academia Mineira de Letras / LXXI /
2015.
Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2015
Fundada em 1922
1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

CHEGANDO À CASA DE ALPHONSUS

<i>Benito Barreto</i>	9
-----------------------------	---

VICTOR NUNES LEAL E A ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

<i>Carlos Mário da Silva Velloso</i>	27
--	----

VICTOR AMAVA A CLARIDADE

<i>José Maria Couto Moreira</i>	37
---------------------------------------	----

MACAÚBAS

<i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	41
--	----

MACAÚBAS: A PRÁTICA DAS VIRTUDES PARA UM ENCONTRO COM DEUS

<i>Lúcia Massara</i>	47
----------------------------	----

LUZEIRO NOS CAMINHOS DO SERTÃO

<i>Adalberto Andrade Mateus</i>	51
---------------------------------------	----

A GRANDEZA DE MACAÚBAS

<i>Manoel Hygino</i>	57
----------------------------	----

RECUERDOS DE MÁRIO PALMÉRIO

<i>Pedro Rogério Moreira</i>	59
------------------------------------	----

A LINGUAGEM DO RISO

<i>Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho</i>	71
--	----

UM CARNAVAL MUITO ANTIGO

Fábio Doyle79

UMA OBRA DE PESO

Manoel Hygino dos Santos83

A MENINA DA ILHA

Carmen Schneider Guimarães.....85

CARNAVAL: UMA FORTE EXPRESSÃO DA HISTÓRIA

Roque Camêllo.....87

O JURISTA E FILÓSOFO CLÓVIS BEVILÁQUA

Rogério Medeiros91

O BARROCO DE GREGORIO DE MATTOS

Maria Natalina Jardim109

INCONFIDÊNCIA MINEIRA: VITÓRIA DA PALAVRA

Paulo Roberto Pereira.....117

O COLOSSO NORTE-MINEIRO

Eugênio Ferraz137

Artes Plásticas

EMERIC MARCIER

Carlos Perktold.....143

ARIDEZ E EMOÇÃO EM EUCLIDES

Mara Narciso147

UM PRESENTE DO CÉU

Petrônio Souza Gonçalves151

OLIVAS PATTON: MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA EM VARGINHA – MG	
<i>José Roberto Sales</i>	153
LEMBRANÇAS DOCES E AMARGAS	
<i>Iara Tribuzzi</i>	163
METÁFORA	
<i>Yeda Prates Bernis</i>	169
COM MEUS BOTÕES	
<i>Gérson Cunha</i>	171
AFETO	
<i>Emanuel Medeiros Vieira</i>	173
TRAJETÓRIA	
<i>Zanoni Neves</i>	175
VIDA	
<i>Bruno Terra Dias</i>	177

Apresentação

Eis um novo número de nossa *Revista*, sempre recebida com simpatia pelos leitores que nos acompanham em todo o país, mesmo no exterior. É, evidentemente, muito saudável e incentivador constatar que o esforço que a Academia Mineira de Letras faz para manter sua publicação tem correspondência nos amantes das letras, das artes, da cultura e da história. Na presente edição, entre outras colaborações valiosas, encontramos o discurso de posse do acadêmico Benito Barreto e uma coletânea de textos sobre Macaúbas, cujo mosteiro comemorou seu tricentenário de início da construção. Um fato assim não poderia deixar de merecer a homenagem da Academia Mineira de Letras, cujo quadro foi composto por ilustres e queridas personalidades de Santa Luzia, onde o histórico monumento se localiza.

Chegando à casa de Alphonsus*

*Benito Barreto***

Senhoras e Senhores, meus amigos, leitores meus e familiares aqui presentes:

Casa, pois, de Cultura das nossas Letras como o diz seu nome, e disse dela a definindo e conceituando o seu Presidente Perpétuo, que o foi com brilho e dedicação constante o escritor Vivaldi Moreira, de pranteada memória, entendo e distingo no desempenho desta Academia a missão tríplice e mui nobre de guardiã, por primeiro e principal, do nosso passado cultural, posto que herdeira e, por isso mesmo, curadora dos feitos de inteligência e arte dos autores de então e da obra que fizeram e, em prosa e verso, nos deixaram; de agente e vetor, no presente, em segundo lugar, do que e quanto nessa grei nós somos e fazemos, os que ainda aqui estamos, e, por terceira e última, de fiadora – para e perante o futuro, da memória cultural dos nossos dias e desta nossa caminhada, aí compreendida a presumível sobrevivência dos nossos feitos e de como, à sua vez, os venham a ver e receber as gerações futuras!

Eis pois que, depositária do passado cultural de nossa gente e promotora do encontro desse passado com o presente, no dia a dia de suas atividades e em oportunidades como esta que, aqui e agora, juntos,

* Discurso de posse pronunciado no dia 11 de dezembro de 2014.

** Escritor, 3º ocupante da cadeira nº 2, sucedendo ao poeta Oswaldo Soares da Cunha.

desfrutamos, esta Casa a vejo eu, também, mal comparando, como uma nave de cruzeiro, na qual – mãos ao leme e a postos, perlustrando desde o seu mirante na alta gávea os oceanos da vida – vai em navegação de longo curso e incerto rumo o gênio da nossa cultura demandando as desconhecidas praias e possíveis portos de chegada e desembarque no futuro de não sabido perfil e imprevisível silhueta para onde, e, também, às cegas, vão os ventos as velas do tempo inflando e levando a gente. Para esse mundo novo do amanhã já à vista, e, todavia, imprevisível, que é aonde os que lá chegarmos vamos ser e habitar.

Do que, pois, de momento e pronto se nos impõe e infere, e de nós há-que esperar é, a meu ver, que façamos por agregar ao legado recebido o que e quanto de lavra própria e valia mais grande, possamos, à nossa vez, criar e somar, nós e o nosso tempo, em prosa e verso, a nível de ciência, erudição e arte, e mais e quanto de alma e engenho de valor perene ainda a garimpar possa existir, e a recolhermos, para, também, perpetuar e passarmos às gerações vindouras, já lavado e alimpado das naturais impurezas, como com o diamante, o ouro e as gemas soe fazer-se – quanto de engenho e arte ainda por garimpar e a recolhermos, segue existindo, repito: na ganga bruta da criatividade popular, e, todavia, tão rica e fértil, latente nas pulsões do mourejar de nosso povo no dia a dia dos seus costumes e tradições, sentimentos e esperanças e eleições e sonhos neste chão brasil das Minas dos Gerais que a gente é e habita.

Pode, também e ainda, a meu ver, dizer-se dela, esta Casa, que a Cultura sendo o seu cotidiano mister de criação e absorção, filtro e refino, cabe e procede vê-la e vir a ela o caminhante e navegante à deriva que o é, não raro, o escritor, como a um estuário natural de decantação para o qual, por via de vales e veredas, fluam, convergindo de múltiplas nascentes, as fontes e os fios d'água, os córregos e os rios, ocasionais tormentas e mesmo os lagos solitários da nossa criatividade, no que às letras, por principal, concerne, de sorte a que, em aqui chegando, se alimpe e depure dos rejeitos e sedimentos inerentes aos enxurros e avalanches, o que e quanto de real valia, acaso, lhe aportemos, que valha a sua guarda e o transbordo, no tempo, para as gerações vindouras.

Para mim – um contador de casos e franco-atirador na prosa de ficção – é ela, esta mui nobre e venerável Academia Mineira de Letras, a avançada estação e novo patamar a que, de repente, eu chego, em desajeito e atordoado ainda como quando, no curso duma viagem, saímos do corte duma trilha em mata fechada ou da oclusão sombria e súbita de um túnel para o ar e a luz do dia na estrada, em campo aberto e ao nível do chão.

Estação emblemática e heráldica, esta casa destinada a abrigar e a preservar o que produza de perene o gênio de nossa gente, e de plataforma, por tudo isso que é e representa, tão plena e cheia que o viajante das plataformas vazias que eu o sou e anos e anos tem sido o meu caminhar de garimpeiro, sem mapa nem rumo, pelos grotões e as sertanias da pátria, este país, nosso Brasil, a rastrear, em vão, meus sonhos, – digo e lhes confesso que ao apitar do trem, na chegada, tão pronto a vi, engalanada dos seus brilhos, e aos senhores, na grandeza acadêmica de sua modéstia e cavalheirismo, me acenando e convidando a entrar, foi meu primeiro impulso recuar para dentro de mim da janela do vagão suposto em que alegre e animoso, eu vinha, para ainda e mais uma vez me questionar e debater comigo se é mesmo este e não outro o meu lugar e sou eu e estou a jeito e de bom tamanho para o ocupar ou se, quem sabe, o que em tudo isso se passa e ocorre é desaviso da Academia e imodéstia minha, aqui a invadir a grei dos grandes, visto que, pessoal e curricularmente, desprovido dos títulos e diplomas ao *status* de acadêmico pertinentes, e tosca e desalinhavada sendo ainda, para tanto, minha bagagem – a obra de ficção que assino – e aquém, por isso, desta distinção e honraria que, com me eleger e receber-me, me confere, neste ato de posse, o sodalício de imortais que sois, desta heráldica e tão nobre Casa do grande Alphonsus, hoje sob a presidência de Olavo Romano, maestro e pastor seguro do rebanho errático que, no todo e em cada um, nós somos, e o escritor que é, de lavra e veeiros pessoais, mui próprios, da nossa gente dos Gerais, essa que... “mineira e geralista... assunta, sopesa, acha rumo e prumos antes de se lançar ao eito de qualquer lavoura” como ele próprio no-lo diz e ensina, o nosso presidente, no seu estilo do qual diria o Rosa que cheira a chão e mato e de quem conhece de pele e alma o sertanejo e o sertão, eu acrescento.

Este, pois, nobres acadêmicos e demais presentes, o sentimento de gratidão e responsabilidade com que, esta noite, aqui me tenho e apresento nesta solenidade calorosa e fraterna em que assumo, perante a Academia, a cadeira que, por eleição, me coube, a de nº 2, até há pouco ocupada – e com tanto e tamanho brilho – pelo saudoso poeta e trovador que foi Oswaldo Soares da Cunha.

Ato e momento este a que chamo – repito – de chegada e desembarque em plataforma cheia e calorosa, por alusão e em contrapartida à plataforma vazia e soturna que deu nome ao primeiro de meus livros, e que me vai ser e ficar para sempre – a minha eleição, pelos senhores e a minha posse, esta noite – como a distinção senão primeira e única, certo a maior e mais significativa que o escritor e a obra recebemos, nestes meus 50 anos de literatura.

A CADEIRA DE Nº 2 QUE ASSUMO, SEU PATRONO E OS MEUS ANTECESSORES.

Desde a fundação desta Academia, a então “Atenas Mineira”, em Juiz de Fora, que foi seu berço, aí pelos primeiros anos do século passado, quando a nossa Belo Horizonte estava ainda a perfilar as primeiras ruas e a sair e levantar-se dos seus primeiros alicerces, e sendo, já então, Arthur França o seu patrono, parece que tem estado esta cadeira, a de nº 2 que hoje me cabe, destinada a consagrar-se meio a meio à Poesia e à Prosa, marcando-se e se enaltecendo das duas com igual peso e porção de substância e brilho.

Com efeito, vão assumi-la, sucessivamente, e sempre com substantiva representatividade, por primeiro, Aldo Delfino, o ficcionista de vulto e fôlego cuja obra, a mais do que à nossa literatura aporta e nela representa, traz consigo e se soma à que, antes dele, fizera e nos deixava seu pai, “o grande poeta Luiz Delfino da poesia angustiada que lembra Antero de Quental”, como dirá dele, em seu discurso de posse, o meu antecessor e, também, poeta que o foi Oswaldo Soares da Cunha.

Seguir-se-á, a Aldo Delfino, José Oswaldo de Araújo, poeta e personalidade de destacada presença em Minas, notadamente, em Belo

Horizonte, onde foi banqueiro e da qual viria, também, a ser prefeito. Da obra deste, múltipla e mui significativa como o será, mais tarde, a de seus dois netos – o acadêmico Angelo Oswaldo de Araújo Santos, escritor e homem público de larga folha de serviços a Minas e ao Brasil, e a quem, um dia, em livro meu, chamei de Guardião e Zelador-mor da nossa Vila Rica do Ouro Preto, e Gustavo Pena, arquiteto e urbanista entre os maiores do Brasil de hoje, que conheci pelas mãos do ouro-pretano Éolo Maia, seu colega de não menor grandeza e meu amigo de saudosa memória; Gustavo Pena, como é sabido, assina o projeto do Edifício Alphonsus de Guimaraens, gênio tutelar desta Casa que terá nele, esse prédio, e de seu, pra sempre, espaço próprio a usufruir e arrendar com vistas a seu regular sustento, sendo, também, de sua lavra este auditório que, hoje, nos abriga – com o que há que dizer-se do acadêmico José Oswaldo de Araújo – do homem e sua vida – que nos deixam e a Minas, substantiva e nobre descendência e obra vária nos diversos planos e terrenos em que se fez e perdura, desde o verso de quem sabe versejar e traz consigo o dom da poesia, passando pela prosa do jornalista e do escritor, conhecedor da língua, até o labor de empresa dos mais complexos e a exigir, também, talento e versatilidade, como soem ser o espinhoso ofício de gerir negócios e recursos grandes e o não menos de administrar bens públicos de vulto como, necessariamente, o são um banco, uma metrópole.

O MEU ANTECESSOR

Conheci Oswaldo Soares da Cunha nos anos 50, mas a sua obra de poeta e trovador, só agora. E tenho a lhes dizer – o que faço com real contentamento – que em razão deste ato de posse, melhor a conhecendo, parei e voltei atrás, bem mais duma vez, relendo-a e ouvindo-a, a alta voz, dado o que, por sua forma, o ritmo e a densidade, é poesia que nos prende e convida à tentação, senão mesmo, ao prazer guloso de a decorar e trazer com a gente, de modo a que possamos, a qualquer momento, evocar e repetir ou recitar as suas trovas e os sonetos e poemas, fruindo em cada palavra o achado da palavra certa com que, uma à outra, o Poeta

as encadeia e combina, à perfeição, na musicalidade das suas estrofes, como se fora aí o verso e cada verso um acorde ou toada de viola que, genial, ele ponteia como não sei de quem, por então, entre nós, assim cantasse; outro tanto se nos impõe dizer e ressaltar da limpidez formal de sua construção poética, em que foi, também, ‘por certo, um mestre, o que, porém, ainda não é tudo, porque há que, ainda, destacar-se nela, e não menos, o existencial e humano que, em toda ela, se contém e a completa; a inteligência, o sentimento do mundo e da vida que a humanizam, enfim: com o que e quanto de alma e coração a recheia e substantiva o Poeta.

Autor de poemas e sonetos que o colocam no plano superior de quantos, entre nós, melhor os fizeram e cultivam, Oswaldo Soares da Cunha se quis, todavia e sobretudo, um Trovador, gênero este – a Trova – no qual, em terras do nosso Brasil, há que situá-lo na primeira linha dos seus cultores de todos os tempos, senão mesmo, e dentre todos, talvez, o maior, mais grande, havendo deixado obra vasta e de valor perene, que em definitivo o consagra, – 11 livros, ao todo, lançados e reeditados de 1943 a 2009, conforme a seguir os enumero e recomendo a quantos, aqui, os não conheçam ainda, a saber:

ESTRELA CADENTE – 1943; MARIA – 1944 – ROSA DOS VENTOS – 1945 – QUADRAS – 1950 – SONETOS E POEMAS – 1952 – A LUA NO POÇO – 1957 – CANÇÃO DOS CONDENADOS DA MINA – 1958 – LIVRO DE TROVAS – 1966 – PASTOR DE NUENS – 1969 – TORRE SONORA – 1972 – SONETOS (o último), em 2009.

ÚLTIMA FLOR DA LÍRICA ROMANA, A TROVA...

Conquanto milenar, como é sabido, e, todavia, de menor culto e eleição pelos nossos poetas, é um formato poético ou criação formal que tem seu berço na Europa, que a despeito das luzes do Primeiro Renascimento ou Carolíngio, nos sécs. VIII e IX, entrava pelo segundo

milênio de nossa Era ainda estagnada e contida, no plano cultural, pelas peias e limitações do obscurantismo medievo, os torvos freios e omissões da nunca assaz sabida e decifrada Idade Média.

No século XII, cerca do ano 1.100, a literatura em todo aquele Continente em que, antes, se assentara o Império Romano, notadamente a de filiação românica e a germânica, é ainda, sobretudo ou tão somente, narrativa, melhor dizendo, e se manifesta, por isso mesmo, nas epopeias e canções de gesta, quando poesia e, quando prosa, através da novela cavaleiresca; no que à lírica concerne, afora a poesia em latim – erudita e pouca e o mais das vezes no sotaque eclesiástico de um que outro monge no recolhimento dos mosteiros e castelos, um hiato prevalece, de cerca de mil anos, separando essas culturas da sua matriz poética e tão rica – a Roma Imperial que nos deixara, como é sabido, toda uma plêiade de geniais poetas que tivera em Virgílio o seu Homero e em Ovídio, o autor da *Ars Amandi*, o seu lírico de expressão maior.

É nesse quadro e das suas limitações que nascerá a poesia trovadoresca, que, uma vez achada ou criada, se estenderá da Provença gálica, seu berço, aos povos do norte da Itália e da Catalunha, até Barcelona, os quais, em conjunto, adotam, então, como sua fala e meio de expressão culta, respectivamente, o provençal e a trova, instrumento, pois, e forma com os quais, vai, desde aí, *el trobador* medieval se exprimir e extravasar, recitando com seus jograis às amadas, pelos burgos e castelos, sentimentos e aspirações, ideais e frustrações, notadamente, o amor, suas paixões.

Para abalizados historiadores do Ocidente e sua Cultura esse fato inusitado e novo – a eclosão da Poesia Provençal Trovadoresca –, figura entre os maiores ou será, mesmo – como o querem tantos – o maior e mais importante movimento de renovação da poesia no Ocidente, desde os últimos líricos da Roma Clássica até o Renascimento, em seus sucessivos tempos e/ou estágios que vão coincidir ou passar pelas Cruzadas e as guerras de enfrentamento e libertação com os Mouros; a Era dos Descobrimentos; a Reforma e a Contrarreforma para e, finalmente, culminar na Itália, e de volta a Roma, no transcurso dos sécs. XV a XVII.

Aí, pois, cerca de mil anos atrás no tempo e léguas sem conta de distância por terra e mar, aonde foi o filho da antiga Figueira e hoje Valadares que o Rio Doce banha, achar e recolher, no seu berço provençal, longínquo, a trova que baliza o seu cantar.

Última forma e flor da lírica que herdamos de gregos e romanos, notadamente destes últimos, visto que de nós menos distantes – que a fizeram e quiseram livre e refinada, não raro, audaz e libertina e com a qual o trovador da Idade Média vai, então, sobretudo, externar os seus arroubos de coração, suas paixões – usá-la-á, em nossos dias, nosso aedo e meu antecessor nesta cadeira de número 2, que hoje assumo, não mais para enfeitiçar amadas e entreter salões, porém – e sem prejuízo do amor – para incursionar e se deter em todos os nichos e escaninhos da humana condição, com suas trovas lapidares, pequenas obras primas, verdadeiras gemas, tais, entre outras, às centenas por seus livros, as filigranas que, apanhadas ao acaso, e por amostragem, eu, a seguir, lhes apresento:

Trovas do Cotidiano:

Não há maior desencanto,
Nem solidão mais viúva
Do que, jogado num canto,
Um antigo guarda-chuva.

Postas à margem da linha,
Que pena que a gente tem
De ver, ao longe, as casinhas
Olhando passar o trem.

No fundo da casa enorme,
Ouço alguém a ir e vir.
– É o relógio, que não dorme
E não me deixa dormir.

É difícil neste mundo,
Calcular quem sofre mais;
Se os pais que perdem o filho,
Se o filho que perde os pais.

A mulher que é muito doce,
Não me parece ser boa.
– O doce, quanto mais doce
Mais depressa nos enjoa.

Sentimentais:

Temos duas companheiras
Na nossa adversidade:
Diante de nós a esperança,
Atrás de nós a saudade.

Saudade... sombra, fantasia,
Coisa que bem não se explica:
Algo de nós que alguém leva...
Algo de alguém que nos fica.

Libertinas e galantes:

Quero dizer-te um segredo
Em uma linguagem louca:
– não de ouvido para ouvido,
Mas de boca para boca.

A moça que vai à missa,
Tem arte para rezar:
– enquanto reza com os lábios,
Faz promessas com o olhar.

O meu olhar é um garoto
Que não tem jeito, mocinha;
Aquilo que tanto escondes,
O sem-vergonha adivinha.

Líricas:

Desde quando te conheci
Que eu ando esquisito assim:
Estando cheio de ti,
Fiquei vazio de mim.

Coração, reflete bem,
Procura outro bem-querer.
Deixa de bater por quem
Sabe apenas te bater.

E a filosófica:

Posso não ser o que penso
E ser o que não pareço.
– A verdade é que até hoje,
Nem eu próprio me conheço.

E o clássico:

AMIGOS, SÃO TODOS ELES
COMO AVES DE ARRIBAÇÃO:
SE FAZ BOM TEMPO, ELES VÊM;
SE FAZ MAU TEMPO, ELES VÃO.

Trovas estas, como salta à vista, absolutamente perfeitas cada uma e todas elas, na sua forma a que nada sobra nem falta, e no ritmo, na concisão e completude, ao mesmo tempo, do seu enunciado, ora lírico e sentimental, ora irônico ou burlesco, crítico e instigante, fustigando a mediocridade e contemplando nas suas múltiplas e mais grandes manifestações, a poesia da vida!

Mas esta resenha e rápida amostragem do que foi, em Soares da Cunha, a Trova – gênero e forma entre os demais, tantos, o mais sucinto e contido em que ele, todavia, soube dizer e nos deixar verdades grandes e de tanta luz, que nem brilhantes, lapidadas nos seus versos, e apetites e humanos sonhos e anseios, não menos, ficaria ela incompleta se eu, aqui, também, não lhes trouxesse uma notícia e alguma amostragem do poeta de poemas e sonetos que ele, também, o foi, como em *Metempsicose* – esta pérola em sua lírica:

Talvez, em outros dias, outra Idade,
Numa vida passada que tivemos,
de graça, de alegria e de bondade,
e cujos episódios esquecemos;

Talvez (quem sabe se não é verdade?)
habitando outro corpo, que perdemos,
nalgum belo país da antiguidade,
foi que primeiro nós nos conhecemos.

Por isso, meu amor, por tal razão
É que ao te ver, pelo primeiro dia,
Nas vestes da presente encarnação,

Tive a estranha impressão de que lembrava
que antes de ver-te, já te conhecia,
e antes de conhecer-te, já te amava.

Ou este outro – O IMPORTUNO

Fechado há longas horas em meu quarto,
Não posso tolerar mais o castigo,
E abrindo a porta, já cansado e farto,
Fujo de mim, como de um mau amigo.

Porém não adianta: quando parto,
O importuno que eu sou, parte comigo,
Não me deixa na rua, e nem um quarto
De hora, livrar-me dele não consigo.

Volto então para casa, andando a esmo,
Vendo que ninguém foge de si mesmo,
Em canto algum desta pequena esfera.

E quando chego e, de esperança morta,
Com um gesto melancólico abro a porta,
Já “o” encontro lá dentro, à minha espera.

POESIA E CIVISMO

Por último e única, uma incursão no social, a sua *Canção dos condenados da Mina*:

Somos os condenados da mina de carvão.
Britamos pedra como os galés da ilha.
Com a diferença que eles o fazem na luz plena.
E nós, ao clarão anêmico da lâmpada de Davis.
Uma noite espessa e sem aurora sobre nós vigia como sentinela.
Somos os condenados da mina de carvão.

Aqui não há ventos, pássaros nem flores:
– Somente este pó negro
Que se adensa sobre a pele e se infiltra nas narinas,
Formando, pacientemente, em nossos pulmões, uma crosta mineral.
Somos os condenados da mina de carvão.
Entre nós não há raças nem nacionalidades:
Temos todos a mesma cor preta que nos confere a fuligem

E a nossa pátria é a pátria dos mortos, – o fundo escuro da terra.
Somos os condenados da mina de carvão.

Os homens viajam pelos mares, escalam em novos portos, cada dia:
Para nós não há viagem
Nem outro porto que não este, onde ancoramos.
– Somos os condenados da mina de carvão.

Pungente e forte poema este que assim suado e sujo de carvão, a exalar o bafio abissal da mina sem sol, assinala uma inflexão do poeta para o social, abrindo e dando nome a esse que foi seu livro do ano de 1958, no qual o mordaz e o epigramático de feição sentenciosa que cabem à perfeição na trova,

– cedem lugar e espaço ao eu profundo do poeta, que, assoberbado, então, de indagações, dúvidas e descaminhos existenciais, lhes dá voz e vez na largueza dos sonetos e poemas de verso livre, tais, entre outros, “Ignoto”, em que interpela o Enigma que preside o destino errático dos homens; “Uma coisa”, redução a que aspira e na qual, realizado, se imagina e consente, inanimado e anônimo no mundo do olhar da bem amada; ou em A “Fuga”, quando à sua porta, na madrugada solitária, lhe

“passa um bonde, dando um longo risco no silêncio

e me transforma, momentaneamente, em som que se perde”, ou, por último e sintomático,

“A implacável lucidez”, em que, confessional, o poeta se proclama um

“Espectador da vida e crítico

Que bem conhece os seus refolhos,

– sou como um pobre paralítico

Que vive a vida pelos olhos”.

Densos e portentosos como se está a ver e, certamente, o são, esses poemas fazem de *A Canção dos Condenados da Mina* o livro em que, por primeiro, aflora, a meu ver e se afirma o filão de maior força e grandeza na poesia de Soares da Cunha; contudo, “espectador da vida” como ele já então se quer e assume, e “Pastor de nuvens”, que será, mui significativamente, o seu livro seguinte, de 1969, forçoso é concluir que aí o poeta rompe e declina, como num corte, daquela inflexão no seu estro, para o cívico e o social, aqui já antes assinalada; retoma ou retorna à trova e segue seu curso, passando sem ver nem comover-se pela tragédia nacional de opressão, tortura e morte que foram os 20 Anos de Chumbo da Ditadura Militar, o que a mim me parece e soa a falta grave em sua obra, uma lacuna nos Anais da Resistência e desdouro, por omissão, não menos, para as tradições que tenho por indeclináveis, de participação e compromisso da Literatura em prosa e

verso que fazemos com o povo e o país que somos, sua História e Independência, seu Destino e, sobretudo, para com as nossas muito humanas e legítimas aspirações de liberdade, igualdade e fraternidade no quadro dos direitos sociais, republicanos.

Senhores Acadêmicos e demais presentes: esse o poeta ilustre a quem sucedo na cadeira de nº 2 desta Academia, – OSWALDO SOARES DA CUNHA – “o desajeitado homem do povo, sem qualquer brasão de família” como ele próprio o disse de si mesmo, aqui se apresentando, em seu discurso de posse, no ano de 1975, e do qual direi eu, por terminar e pôr termo a esta fala, que seu brasão de fidalguia é a poesia imortal que a nós e toda a Minas ele nos deixa, e a milhões de leitores outros, tempo afora e para além das nossas provinciais fronteiras, espero eu, confiado em que possam o tempo e a sua obra de tão raros e excepcionais lampejos, vencer as distâncias e contornar, vitoriosamente, o eixo de exclusão e indiferença que soe dificultar e retardar a chegada ao Brasil do que e quanto aqui nós somos e fazemos.

Guarde, por tudo isso, esta Casa e resguarde do esquecimento a memória e a poesia de OSWALDO SOARES DA CUNHA, bardo cantor da nossa Minas dos Gerais!

Agora e por terminar, se me impunha falar da ficção que assino, meu testemunho, e parte, pois, de mim e toda a minha bagagem, da qual, porém, antes prefiro nada lhes dizer – para deixar a eles, os meus livros, a oportunidade de fazerem, sem mim, o seu caminho, sem ajuda minha nem, de outra parte, o desânimo e os danos do cansado viajante que eu, a esta altura, já em grande parte o sou.

Mas ela sendo o meu testemunho, repito, parte, pois, de mim, e toda a minha bagagem, e saltando à vista o fato gritante de quão maior, mais grande e significativo é o que, hoje, aqui recebo desta Casa na pessoa dos senhores Acadêmicos, agora meus pares, em relação ao escritor que sou e à obra modesta que a tanto me credencia, repetirei, por terminar estas palavras, o que a 19 de dezembro passado, quando eleito, eu disse de público ao repórter que então me entrevistava:

Que recebia, comovido, a minha eleição a titular desta cadeira, a de nº 2, na qual, esta noite, me dão posse.

Que via e vejo no gesto e no voto de cada um dos senhores Acadêmicos que me elegeram, cerca de dois terços ou mais deste nobre Sodalício, distinção e homenagem que me honram e vou guardar por toda a minha vida.

E que, à vista de tanto receber e tão pouco ter de mim pra dar, a minha intenção e promessa, assim de público, era e é, em aqui chegando e estando, ainda produzir, como ficcionista – se a tanto me ajudar engenho e arte, como o disse o Bardo Lusitano – algo à altura ou que, pelo menos, melhor me credencie ao galardão de honra e distinção com que, generosa, esta Casa de Cultura e Memória me premia.

O que, porém, melhor pensando e mais ajuizadamente, foi temerário anunciar e prometer por quem, como eu, já estou bem mais em hora de aprear-me do meu burro e o devolver ao capinzal dos pastos do que para, de novo e mais uma vez, o encilhar e sair a novas jornadas...!

Mas, palavra dada há que cumprir. Questão de honra. Eu vou tentar, prometo.

Renovo e reafirmo o meu muito obrigado a todos os Senhores Acadêmicos, meus pares aqui presentes e ausentes e, muito especialmente, ao presidente Olavo Romano, esse prosador, um estilista de primeira linha que tira do seu tempo quando o não põe todo – que antes deveria investir na lavra e realização da sua obra de escritor – na trabalhosa condução desta Academia em que vai a sua gestão se assinalando por devoção singular e notáveis feitos os quais, em seu dia a dia, é visível que extrapolam dos atos e realizações de administração e rotina, para a busca e o pelejar, sem trégua, por conquistas de significação e transcendência para esta Casa e as Letras da nossa Minas Gerais.

Ah, o que e quanto eu quisera ainda fazer por justificar a minha presença nesta Casa de Culto e Memória que Você preside, caro Presidente; e por agradecer aos senhores acadêmicos, agora meus pares, que apostaram em mim com seu voto e me distinguem e dignificam com sua presença e aplauso, neste ato de posse.

Peço, por tudo isso e pelo que, em seu colegiado diretor da nossa AML, vocês são e representam, uma salva de palmas para o Presidente e o seu vice-Presidente; para os senhores Diretores e Secretários e para a equipe de Carmen e Marília que administram com desvelo, no dia a dia, esta nobre Casa de Alphonsus e Vivaldi, nossa Casa.



Victor Nunes Leal e a Academia Mineira de Letras*

*Carlos Mário da Silva Velloso***

Honra-me a designação, pelo presidente Olavo Romano, para falar, pela nossa Academia, nesta sessão solene em que se homenageia a memória do acadêmico, ministro Victor Nunes Leal, ao ensejo do centenário de seu nascimento.

Conheci Victor Nunes Leal no ano de 1974. Juiz Federal em Minas, fora convocado pelo antigo Tribunal Federal de Recursos, a fim de participar, em Brasília, de banca examinadora de concurso para ingresso no cargo de juiz federal. O antigo TFR, como é sabido, foi extinto pela Constituição de 1988, passando os seus ministros a integrar o Superior Tribunal de Justiça. O ministro Jarbas Nobre, do TFR, convidou-me a participar do jantar que os ministros dos tribunais superiores, os advogados, membros do Ministério Público e demais magistrados ofereciam ao ministro Luís Gallotti, no Iate Clube de Brasília, por motivo de sua aposentadoria.

O salão onde seria servido o jantar estava repleto. Um senhor de meia estatura, cabelos brancos esvoaçantes, se dirigiu a mim, cumprimentando-me com palavras estimulantes: “O senhor é juiz no meu Estado, já li sentenças suas, tenho ouvido boas referências a seu respeito.”

* Discurso pronunciado na Academia Mineira de Letras, em Belo Horizonte, na noite de 10.12.2014, na sessão em que a ela comemorou o centenário de nascimento do acadêmico Victor Nunes Leal.

** Ministro aposentado, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e da PUC/Minas, advogado, é membro da Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira nº 35.

Agradei o cumprimento, que fez crescer a minha autoestima. Aproximei-me do Rubens Brizola, veterano e ilustre advogado em Brasília, “Brizola o bom,” como era chamado pelo ministro Jarbas Nobre, e indaguei a respeito do simpático cidadão que me cumprimentara. “Você não o conhece? É seu conterrâneo, o ministro Victor Nunes Leal,” disse-me o Brizola.

Fiquei perplexo. É que, admirador de Victor Nunes, conhecia sua obra, os seus votos, os seus discursos, os seus trabalhos jurídicos. Gostava do seu estilo sóbrio, enxuto. Juiz, na época, do TRE de Minas, procurava seguir o seu modo elegante de se dirigir aos colegas quando destes divergia: “peço licença para manifestar respeitosa divergência.”

A partir daquela noite, aproximei-me de Victor Nunes. Ficamos amigos.

O seu livro *Coronelismo, Enxada e Voto* eu lera mais de uma vez. Lecionava, na PUC/Minas, Direito Constitucional Geral. Ministrava Teoria do Estado. Eu o fazia não na forma do método tradicional dos juristas alemães, em que os fenômenos estatais eram visualizados puramente sob o ponto de vista jurídico, na linha da *Allgemeine Staatslehre*, mas segundo o meu mestre, na UFMG, Orlando M. Carvalho. É dizer, assentava os estudos do Estado numa tripeça: sociologia política (fato), direito político (norma) e filosofia política (essência do Estado). Nestes termos, sustentava Orlando Carvalho, faz-se ciência, Ciência Política. Assim, *Coronelismo, Enxada e Voto*, das mais importantes obras brasileiras de ciência política, era livro de leitura obrigatória.

O termo “coronel” vem da antiga Guarda Nacional do Império, abolida com a República. A tradição, entretanto, restou mantida. O “coronel,” existente nos municípios, era o chefe político local, dono de grande propriedade rural e que dispunha, no Império, de dinheiro para comprar a patente. Forte na estrutura agrária do país, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras,” não sendo possível “compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que

fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.” Certo é que “esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isto se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável,” resultando “desse compromisso fundamental (...) as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.”¹

A decadência do “coronelismo” rural, acrescentamos, tem levado o “coronel,” nos dias atuais, a ser substituído pelo político cidadão, aboletado no poder, que dispõe da máquina administrativa e com capacidade de arrecadar grandes importâncias a fim de custear caríssimas campanhas eleitorais. Estas têm um maestro, o marqueteiro. O marqueteiro, profissional da publicidade, é o criador de motes, de frases que cativam o público e que, por isso mesmo, vende o que o mercado quer vender. Na política, para “vender” o candidato, vale tudo para o marqueteiro pago a preço de ouro, vale inclusive o adágio, que vem do velho “coronelismo” -- “vergonha é perder eleição.”

Victor Nunes Leal nasceu em Carangola. Na sessão solene em que o Supremo Tribunal Federal homenageou a sua memória, o ministro Aldir Passarinho, que foi dos grandes juízes da nossa Corte Suprema, assim se referiu ao nascimento do homenageado:

“A onze de novembro de 1914, quando o mundo não se refizera do espanto da eclosão da Primeira Grande Guerra, nasceu Victor na tranquila Carangola, a antiga Santa Luzia de Carangola, aconchegada entre os vales e as serrarias coladas da caprichosa orografia da Zona da Mata, e que os colonos, empreendedores e ativos, vindos das barras do Muriaé, e o trabalho dos índios puris, bravios a princípio, amigos depois, criaram e desenvolveram. A data do nascimento pouco significaria, não fosse a

¹ Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*, 3ª edição, Ed. Nova Fronteira, 1997, ps. 40-41.

necessidade do registro, pois valia nenhuma possui, no compromisso com o futuro, o tempo da existência, mas sim importa apenas a obra que se tenha realizado.”²

Seus pais, Nascimento Nunes Leal e Angelina de Oliveira Leal, eram agricultores. Conheci o Sr. Nascimento antes mesmo de conhecer Victor Nunes. Meu pai, o juiz Achilles Velloso, era proprietário de uma pequena chácara, na estrada de Esmeraldas, uma estrada empoeirada, pouco adiante de Betim, numa localidade denominada Santo Afonso. O seu Nascimento era nosso vizinho. Frequentávamos a chácara nos finais de semana. Logo que lá chegávamos, dele recebíamos uma cesta de verduras. E o seu Nascimento ainda nos ensinava como plantar e colher verduras e flores.

Homem bom, o seu Nascimento. Quando faleceu, solicitei, com aprovação dos meus pares, constasse da ata de sessão do TRE de Minas o nosso pesar.

O ministro Sepúlveda Pertence, discípulo querido de Victor, no discurso que proferiu na sessão em que o Supremo Tribunal Federal, presidida pelo ministro Décio Miranda, outro notável mineiro, homenageou a memória de Victor Nunes Leal, deu notícia de carta que Victor escrevera ao pai, em 1931, consolando-o, quando, em razão de sérias dificuldades, abandonara a sua fazenda para tentar o comércio. É comovente, e de certa forma constitui um trêiler de *Coronelismo, Enxada e Voto*:

“Felizmente, o senhor resolve, em tempo, segurar-se à corda que lhe foi lançada, para sair deste sorvedouro contínuo que é a lavoura. A lavoura, no Brasil, papai, quer homens incultos, refratários ao progresso, conservadores inábeis da rota de sempre. Parece isto um paradoxo. Mas a verdade, para nosso íntimo desgosto, é dura e candente.

Na lavoura, só duas espécies de homens podem fazer carreira, triunfar: são os demasiadamente burros e os demasiadamente ricos.

Os demasiadamente burros, porque são incapazes de um melhoramento, de uma valorização. Vivem da agricultura, como o apuizeiro do

² Ministro Aldir Passarinho, STF, 14.8.1985.

Amazonas vive do tronco a que se abraça: sugando sempre, envolvendo-o com seus tentáculos atrevidos, matando-o, por fim, e crescendo, radioso na sua verdura cristalina, com as próprias forças roubadas ao tronco morto.

“O agricultor que triunfa é assim. Derruba uma mata e planta um cafezal.

“Faz a colheita, recebe o dinheiro e deixa cair a casa do colono. No ano seguinte, recebe mais dinheiro; (...) Esse vence. Vence, ou julga vencer, porque não deve nada a ninguém e não compreende, para sua felicidade, que há uma coisa mais sublime do que enrolar um cigarro de “rolo” e contar uma anedota pornográfica em volta do fogão (...).

“A outra classe é a dos demasiadamente ricos. Estes conhecem o progresso e utilizam-no. (...) E ele, rico, compra tudo isso: é rico. Compra e progride. Educa os filhos, constrói um palacete, (...) Porque ele era rico antes de ir para a lavoura.”³

Victor Nunes, no curso de sua vida, construiu magnífica obra.

Quando a Universidade de Brasília, a UnB, conferiu-lhe, em 28 de junho de 1984, o título de professor emérito, proferiu ele discurso que, segundo José Paulo Sepúlveda Pertence, é o “único trabalho de cunho autobiográfico” deixado por Victor Nunes.⁴

Ao se estabelecer no Rio, a fim de estudar, Victor Nunes iniciou-se no jornalismo. Ele lera “um livro onde se dizia que o jornalismo conduz a tudo, desde que o deixemos, mas que não o deixamos nunca.”⁵ Em 1932, vivendo como jornalista, iniciou o curso de direito, mas só conseguiu o seu primeiro emprego, em jornal, em 1933, “n’*O Jornal*, que Assis Chateaubriand acabava de reabrir e que fora entregue à direção do jovem Dario de Almeida Magalhães, convocado d’*O Estado de Minas*, de Belo Horizonte.”⁶

³ Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, sessão do STF, 14.8.1985.

⁴ Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, idem, idem.

⁵ Leal, Victor Nunes, discurso proferido na sessão solene da Universidade de Brasília (UnB), em 28.6.1984, quando lhe foi conferido o título de professor emérito.

⁶ Idem, idem.

Durante o curso de direito, fez seu “noviciado, desde o primeiro ano, como *office-boy* e, a seguir, datilógrafo do escritório de Pedro Martins,” também mineiro de Carangola, “e duas vezes compadre” de seu pai. “Esta a razão,” esclarece Victor, “por que pude estudar no Rio, morando de favor na casa de Pedro Martins.” Victor revela muito ter lucrado com os conselhos e lições daquele jurista, e pela leitura que “fazia, atentamente, ao datilografar seus trabalhos profissionais.”⁷

A partir de 1937 passou a exercer a advocacia. Em 1943, foi designado professor da Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1956, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Apresentado ao presidente Juscelino Kubitschek por Sobral Pinto, daí surgiu sólida amizade, resultando na sua nomeação para a Chefia da Casa Civil da Presidência da República. Em 1960, Juscelino o nomeia, depois de aprovado o seu nome pelo Senado Federal, ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que assumiu em dezembro de 1960, ocasião em que, discursando, proferiu palavras que deveriam ser lidas por todos os que aspiram a ingressar na magistratura:

“(...) Preciso cobrir-me de humildade, porque, ao interpretar as normas que procuram conter o torvelinho das relações sociais em limites compatíveis com a convivência; ao julgar os outros homens, as suas boas e más ações, os seus conflitos de interesses, as suas manifestações de amor e de ódio, as suas virtudes e defeitos, ambições e renúncias, então é que começarei a ser julgado, com severidade, por meus semelhantes. A partir desse momento é que terei de edificar minha reputação de magistrado, com a mesma diligência do pedreiro que depõe na vala os primeiros blocos do alicerce. O povo pode esquecer os bons juízes, como deixa de prestar atenção às milhares de casas que se mantêm rijas a despeito do tempo. Mas o povo não esquece o mau juiz, como lembra, pelos anos afora, dos prédios que desabaram por imperícia ou negligência do construtor.”

⁷ Idem, idem.

Victor Nunes foi dos maiores juízes do Supremo Tribunal Federal. Ele não se contentava em ser apenas um grande juiz. Prestou à Corte e à Justiça inestimável serviço: racionalizou os serviços da Casa, organizou a jurisprudência e a *Revista do Tribunal*, criou a súmula da jurisprudência predominante, que redundou, nos nossos dias, na súmula vinculante. A relevância da questão federal, que Victor preconizava, como pressuposto do recurso extraordinário, a exemplo do que ocorre na Suprema Corte norte-americana, é realidade, hoje, com a repercussão da questão constitucional discutida no caso concreto.

Em 2001, presidindo o Supremo Tribunal, tive o prazer de apresentar proposta no sentido de dar, à Biblioteca da Corte, o nome de Victor Nunes Leal, o que foi acolhido, unanimemente, pelos meus colegas.

Jornalista, advogado, professor de Direito, procurador-geral, jurista, juiz do Supremo, escritor, Victor Nunes foi um mundo.

Last but not least. Falemos do acadêmico. Falemos desta Academia.

Victor Nunes Leal foi dos maiores integrantes da Academia Mineira de Letras. Sua posse ocorreu no dia 26 de novembro de 1976, em sucessão ao acadêmico Cândido Martins de Oliveira e, conforme declarou, “submetido à liderança afetuosa de Vivaldi Moreira, esse esbanjador de cultura e sabedoria de viver, amigo e companheiro da adolescência, escravo desta Academia e também missionário do seu engrandecimento,” um “estadista das letras.”⁸

Victor Nunes foi saudado pelo acadêmico Orlando Magalhães Carvalho.

O discurso proferido por Victor Nunes honra e glorifica a Academia. O elogio acadêmico de seu antecessor, Cândido Martins de Oliveira, o poeta do “metro alexandrino,” é uma belíssima página literária.

Ao dissertar sobre a obra literária de Martins de Oliveira, Victor Nunes dá mostras de sua vocação para as letras, quando, percorrendo a sua obra literária, interpreta, com engenho e arte, o romance *Gavita*, escrito em 1930, detendo-se no enredo da trama, cuja tese é social, baseada em costumes do interior mineiro. Igualmente social, anotou

⁸ Leal, Victor Nunes, discurso pronunciado quando de sua posse na Academia Mineira de Letras, em 26.11.1976;

Victor Nunes, é a tese desenvolvida no romance *Sangue Morto*, também ambientado no interior de Minas, na vida rural mineira, que pouco difere, substancialmente, da vida rural brasileira.

A obra poética de Martins de Oliveira mereceu extensa análise, em que o modernismo e o simbolismo foram expostos por Victor de modo lapidar. É o homem vocacionado pelas letras, pela poesia, que conclui que Martins de Oliveira, “como poeta, sempre oscilou entre o mais antigo, de seu amor profundo, e o mais moderno, do seu namoro galante. Assim, com *A Dama do Véu* (1967), na casa dos setenta anos, voltaria aos decassílabos, mas sem rima, em forma de soneto. Do mesmo modo já havia dispensado a rima no metro heroico de *A Retirada da Laguna*, esboçada em 1919 e só publicada pela primeira vez em 1941.”

E com que sensibilidade detém-se na *Elegia Simbólica* (1948, 1952), ao mostrar a métrica e a rima, invocando Oscar Mendes, a afirmar que Martins de Oliveira “convoca (...) o mar e o túmulo, a catedral e o cipreste, o mocho e a lágrima, a lua e o mendigo, o lírio e a fonte, a cidade e a terra.”

(...) E por todo o livro, como em Alphonsus, a morte e a lua revezam seu canto com o poeta:

Dom Alphonsus! Dom Alphonsus!

Quero o soluço do vento,

Das ramadas destrançadas

Nas artérias do meu corpo.

Quero o meu campo sem gritos (...)

Quero correr pela noite,

Quero o leite da lua,

Cair no fundo do mar.

Segue-se a análise dos poemas heroicos, onde transparece, junto da beleza dos versos, a formosa dissertação analítica de Victor, que, quando bateu às portas da nossa Academia, desejoso de integrá-la, compreendia que esta Casa, que Vivaldi Moreira denominava de Senado Mineiro, abriga notáveis expressões da cultura mineira.

Orlando Carvalho, a quem sucedi, nesta Academia, no discurso de recepção de Victor, ressaltou que “a atração dos polos culturais, políticos ou econômicos levou para fora de Minas muitos valores, dos quais o país usufruiu a inteligência e a cultura e que nem sempre encontraram oportunidade de retornar à origem, como Ulisses vitorioso e experimentado voltou a Itaca, depois de anos e anos de lutas e aventuras. (...) Mas a força telúrica permanece (...)” E conduz “homens ilustres da presente geração a procurar de novo em Minas alento e inspiração para posteriores etapas de suas vidas de projeção nacional. O movimento apanhou em seu roldão Juscelino Kubitschek, Gustavo Capanema, Victor Nunes Leal e, em data mais recente, Afonso Arinos de Melo Franco.”

Concluiu:

“O fato de terem escolhido a Academia Mineira de Letras para efetivar esse regresso às fontes de inspiração é indício de que esta velha Casa (...) constitui expressão lídima do espírito mineiro, com a sua modéstia e a sua aparente quietude. Aqui, todos somos indivíduos que passamos a vida no cultivo do espírito e dos valores permanentes da cultura e da civilização.”

Victor Nunes Leal, o notável jurista, o juiz incomparável, o juiz que, após ser retirado do Supremo Tribunal Federal por um ato político excepcional, quando prestava os mais relevantes serviços à Nação, teve ânimo e coragem – a vida quer da gente é coragem, Guimarães Rosa pôs na boca do jagunço Riobaldo Tartarana – para edificar, com Cláudio Lacombe, José Paulo Sepúlveda Pertence, José Guilherme Vilela, José Gerardo Grossi, D’Alembert Jaccoud, João Carneiro de Ulhoa, Fernando Neves, Fernando Pessoa Jorge e, mais tarde, João Evangelista Pinheiro, Marcos Jorge Caldas Pereira, Antônio Roberto Sampaio Dória, Maurício Goulart, Modesto Justino de Oliveira, Pedro Sepúlveda Pertence, Carlos Olavo Pacheco de Medeiros, Dirceu Xavier, José Maria Couto Moreira e Renato Correa Brasil, um dos mais conceituados escritórios de advocacia do Brasil.

Victor Nunes, registra o desembargador Carlos Olavo Pacheco de Medeiros, que com “o seu mágico sorriso de bondade ungia perenemente todos os seus atos e palavras – um coração que desconhecia o mal,”⁹ voltou ao nosso estado através desta Academia. É que, bom mineiro, bem sabia que esta Casa é a guardiã da alma de Minas.¹⁰

Muito obrigado.



⁹ Medeiros, Carlos Olavo Pacheco de, “Victor Nunes, um paradigma,” artigo publicado no Estado de Minas.

¹⁰ Corrêa, Oscar Dias, “O menino da mata,” discurso proferido na sessão solene de inauguração do Auditório da Academia Mineira de Letras, em 30.5.1994. *Ap.* Velloso, Carlos Mário da Silva, discurso de posse na Academia Mineira de Letras, em 27.4.2000.

Victor amava a claridade

*José Maria Couto Moreira**

A Academia se reúne esta noite para celebrar o centenário de mais um de seus membros. Esta sessão, é importante que se caracterize não como uma noite em que a agremiação simplesmente cumpre um dever laudatório inscrito em seu estatuto, mas pelo papel reconhecidamente significativo de que foi personagem na vida nacional o sociólogo, o advogado, o jurista, o ministro Victor Nunes Leal. Enfim, hoje a Academia desempenha um dever a que sempre se negou o brasileiro Victor Nunes, em toda a sua vida desassociado da mínima intenção de exibir sua cultura e seu valor cívico. A valorização à irradiação de sua inteligência, ele a despojava, sem imaginar que hoje e em muitas oportunidades mais, por todo o país, se registra, continuamente, a proclamação unânime por seu trabalho incansável pelas letras, especialmente as jurídicas.

Ainda outro dia me honrou o Instituto Victor Nunes Leal, edificado sobre os fundamentos da vida e do espírito de seu patrono, em convite para solenidade de relevo na Capital Federal, onde se instalou o busto deste eminente homem público em espaço nobre, integrante da sede do Supremo Tribunal Federal.

A herma de Victor Nunes Leal, celebrada naquele augusto recinto, sua Casa tão apaixonada, lembrada em tempos ainda felizes de sua convivência conosco, não sugere apenas a homenagem que sua família,

* Advogado.

seus incontáveis amigos e admiradores lhe emprestam para a perpetuidade de sua lembrança. O momento, pela solenidade pomposa, foi o selo de uma vida triunfante, foi o corolário das reverências prestadas a Victor Nunes pelo seu centenário. Mostra a seus pósteros que dali a alguns passos, no plenário do Supremo Tribunal Federal, assentou-se um brasileiro que perlustrava sentenças com uma inteligência radiosa, e, por isto, servidor tão caro à história de nossa magistratura.

Só uma personalidade tão rica como a de Victor Nunes, que praticou em vida todas as virtudes de cidadão, é que sugeriu, à permanente atenção da direção do Instituto, que faltava a aquela Casa completar, nas sucessivas homenagens a este saudoso homem de Minas, a sua presença em bronze, este metal nobre e resistente a que se recorre, desde os primeiros gregos, para materializar na pátria a recordação e o exemplo de homens e efemérides excepcionais.

Sempre será oportuno à memória de Victor Nunes e à verdade de sua conduta profissional, que foi sua intensa vida jurídica, insistir em que, desde sua posse naquele pretório, o tribunal experimentou tempos novos, e Victor inaugurou ali uma nova era de oxigenação no exercício modelar da magistratura. Nosso homenageado sempre timbrou pelas fórmulas racionais em todas as atividades que exerceu. O mago da súmula surpreendeu o mundo jurídico com mais uma redondilha lógica (permitam-me os poetas esta figura para ilustração), e mostrou que, para decisões similares às indicadas pelo excelso pretório, haveria a judicatura comum de emitir decisões com elas condizentes, fórmula que, em um território de dimensão continental, representou notável aceleração da prestação jurisdicional. Neste aspecto particular, pode-se afirmar que Victor, homem de cultura enciclopédica, foi discípulo fiel da lógica aristotélica no que havia de mais representativo e da sua prevalência no mundo das ideias. E então, e para tal, haveremos de citar Kant, quando afirmou aquele autêntico cientista social que nada de significativo foi acrescentado à lógica de Aristóteles em mais de dois mil anos. A conclusão que obtive com minha convivência com o nosso querido ministro foi a de que, nas conversas ociosas, Victor, por vezes, pilheriava, mas até suas pilhérias exibiam a claridade de seu pensamento cartesiano,

e daí remoía em mim que Victor era mesmo um amante da claridade. E mais recentemente, em repetição inspirada, secundando Victor, acolheu o Congresso Nacional, por isso com força de lei, a imposição da moderna e já gloriosa súmula vinculante, e esta foi além, quando estendeu à administração pública direta e indireta e nas esferas federal, estadual e municipal os seus efeitos respectivos, como reza a Emenda Constitucional nº 45.

Mais este salto em nossos serviços judiciários é fruto, indiscutivelmente, da cultura da lógica aberta e pregada por Victor Nunes Leal naquelas assentadas brilhantes e saudosas, sempre porém, acompanhadas de sua modéstia e escrúpulo espartanos. São para ocasiões assim, em que muitos ignoram os serviços prestados por Victor Nunes ao judiciário e ao Brasil, é que surgiu o IVNL, cuja função principal será informar e ressaltar para as gerações futuras, antes que outros o façam a seu modo, que a criação da súmula consistiu e decorreu do engenho intelectual exclusivo de Victor Nunes Leal, um mineiro simples, inteiramente despojado de pretensões à posteridade. São assim, como conta a história, os beneméritos, cujo objetivo existencial é, tão somente, a promoção do bem comum.

Particularmente congratulo-me com o ministro José Paulo Pertence e com o presidente Pedro Gordilho, provavelmente os arcanjos de Victor e premiados animadores da memória de uma existência rica em engenhos de uma inteligência luminosa como a deste nosso personagem pela terra, onde continuamos nós, cultuando os valores com que se alçou o nosso mestre às culminâncias da admiração e do respeito de seus patrícios.



Macaúbas*

*Angelo Oswaldo de Araújo Santos***

É grata ao espírito dos mineiros a celebração do tricentenário do Recolhimento de Macaúbas, hoje Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Inscreve-se a data entre as mais relevantes da história do Brasil e de Minas Gerais.

Quando contemplamos a grande edificação conventual, a cavaleiro na ampla várzea, entre os pequenos morros que acompanham a jornada do legendário rio das Velhas, vemos um milagre. Numa época de tanta descaracterização, podemos ainda admirar a paisagem que acolheu essa obra singular e a conserva como uma sentinela da civilização brasileira.

A chegada dos portugueses ao Brasil, há cinco séculos, cumpriu o destino de um povo que, comprimido no *finis terrae* da Europa, tinha que se lançar ao mar oceano, movido pela coragem da fé. A gente de Portugal foi pioneira na saga das navegações e dilatou o mundo, ao empreender a primeira globalização. Alcançou, pela via marítima, as terras da Índia, da China e do Japão. E deu ao continente sul-americano o nome de Terra de Santa Cruz. Para estender pelo orbe o império lusitano e compartilhar com todos os povos a sua religião, o gênio português venceu duríssimas provas e o medo mais assombroso. Mas, após tantas conquistas, o desaparecimento do jovem rei Sebastião fez com que, em 1580, Portugal e seus domínios passassem à coroa espanhola e sob sua tutela permanecessem até 1640.

* Palavra proferida na cerimônia comemorativa dos 300 anos do Mosteiro de Macaúbas, em 8 de dezembro de 2014.

** Jornalista, escritor, Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 3.

O restaurador da monarquia portuguesa foi o duque de Bragança, Dom João IV, que consagrou o reino a Nossa Senhora da Conceição. A iconografia dos monarcas da casa de Bragança apresentou-os, desde então, com a coroa real posta sobre uma banqueta, por pertencer à Virgem da Conceição, padroeira de Portugal. Foi à Conceição de Nossa Senhora que Dom João IV igualmente confiou o esforço das bandeiras organizadas em busca do ouro que devia estar escondido nos sertões do Brasil. Com receio de que Portugal pudesse cair de novo sob dominação espanhola, o rei empenhou-se no êxito das expedições que passaram a sair de São Paulo, em busca do eldorado desde Álvares Cabral sonhado pelo colonizador.

A bandeira de Fernão Dias penetrou nas terras ignotas em 1674. Desceu o rio Paraopeba e atingiu a região do Sumidouro, não distante de Macaúbas. Teve então parte de seus integrantes desviada para a Itaberabaçu, a pedra brilhante grande, tal como os índios que ali viviam chamavam a Serra da Piedade e a indicaram a Manuel Borba Gato, genro de Fernão Dias. Ita-beraba-açu virou Sabarabuçu e deu nome ao arraial de Sabará, fundado por Borba Gato às margens do rio das Velhas, o Guaicuí ou Uaimi-i dos indígenas, ou seja, o rio das velhas tribos ou das tribos ancestrais, o rio das origens que remontam aos povos que habitaram palafitas nos lagos e deixaram esplêndidas pinturas nas grutas da região.

A descoberta do ouro e dos diamantes enredou o ritmo barroco que regeu o estilo de vida e as expressões artísticas da sociedade mineradora. A opulência das minas ensejou a construção de templos ricamente ornamentados, nos quais os mineiros agradeciam a fortuna fácil e buscavam a garantia de acesso ao paraíso celestial.

Nossa Senhora da Conceição é o orago da matriz de Sabará, berço do barroco mineiro, assim como subiu ao altar-mor de outras importantes igrejas erguidas naqueles primórdios pelos bandeirantes paulistas e portugueses: Conceição de Piranga, a primeira matriz paroquial de Minas, Conceição de Raposos, tida como o primeiro templo, Conceição de Antônio Dias, marco da fundação de Ouro Preto, Conceição de Camargos, em Mariana, Conceição de Queluz (Conselheiro Lafaiete), Conceição de

Congonhas do Campo, Conceição do Serro do Frio, Conceição do Mato Dentro e Conceição do Vínculo da Jaguará, maravilha do Aleijadinho à beira do rio das Velhas.

Estava assim predestinada a presença das madres concepcionistas de Santa Beatriz da Silva e Meneses no Mosteiro de Macaúbas, para a continuidade da missão que traduz, de modo tão especial, a religiosidade e a cultura de Minas Gerais. Elas ali chegaram para levar à frente a obra fundada em 1714 pelo ermitão português Félix da Costa. Vindo de Penedo, cidade nascida às margens do São Francisco, nas terras de Alagoas, ele tomou o rio das Velhas, na barra do Guaicuí, acima de Pirapora. No largo vale luziense, plantou a instituição que, enfrentando as adversidades dos séculos, conserva a mesma aura e irradia a mesma luz.

Nascer português é morrer peregrino, proclamou o Padre Antônio Vieira, no Sermão de Santo Antônio, ao exaltar o lisboeta Fernando de Bulhões, que saiu pelo mundo a semear a Palavra. Félix da Costa seguiu-se, no seu tempo, de mais três outros notáveis eremitas que assinalaram, com o voto sagrado, a história da arte mundial.

Antônio Bracarena escalou a Itaberabaçu para construir a ermida de Nossa Senhora da Piedade, na qual se acha a magnífica imagem da *Pietà* do Aleijadinho, padroeira das Minas Gerais, por iniciativa do Cardeal Motta. O Irmão Lourenço subiu ao alto do Caraça, entre Santa Bárbara do Mato Dentro e São João Batista do Morro Grande, para instituir o Eremitério de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que se tornou um dos mais famosos educandários do Império. O mestre Manuel da Costa Ataíde pintou o retrato do misterioso Irmão Lourenço, bem como a monumental Santa Ceia para o refeitório dos ermitões. Feliciano Mendes fincou sua cruz de peregrino no topo do Morro do Maranhão, aos pés do qual se aninhava o arraial de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, para louvar o Senhor Bom Jesus de Matosinhos, protetor dos portugueses do Norte que atravessaram o Atlântico no rumo dos tesouros oferecidos pelas montanhas de Minas. A obra pia de Feliciano Mendes converteu-se na fabulosa acrópole do

Aleijadinho, povoada por 66 imagens esculpidas em cedro e doze estátuas de pedra sabão, patrimônio cultural da humanidade, por decisão da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Evocamos em Macaúbas os três séculos do estabelecimento de Félix da Costa. O rei Dom João V havia proibido a instalação de monastérios na Capitania das Minas Gerais, de vez que o direito de santuário de que se beneficiavam os conventos acabaria por transformá-los em focos de contrabando de ouro e diamantes, tais as injunções do rigor do fisco e da cobiça humana no ciclo da mineração. Exceção foi aberta apenas para os frades esmoleres da Terra Santa, que recolhiam donativos para uma cruzada que pudesse resgatar os lugares sagrados de Jerusalém. Tiveram eles o direito extraordinário de construir hospícios, ou seja hospedarias, cujos casarões são ainda vistos em Sabará e Ouro Preto.

A obra de Félix da Costa transformou-se em Recolhimento, modalidade especial de instituição feminina em que as internas dedicavam-se a tarefas da educação de donzelas e à salvaguarda de esposas e viúvas. A célebre Chica da Silva, senhora do Tijuco do Serro do Frio, veio da capistrana diamantina com suas filhas, Rita Quitéria e Quitéria Rita, abrigar-se em Macaúbas, quando o endiabrado inconfidente padre José de Oliveira Rolim foi enviado prisioneiro a um mosteiro em Portugal. Chica da Silva mandou edificar a Ala do Serro, que integra o grande corpo do convento, conservando memoráveis histórias da fabulosa benfeitora.

Macaúba é palavra da língua tupi. Significa palmeira que dá fruto oleoso. Macá é palmeira; ybá, árvore frutífera, que produz a macaba, uma fruta gorda. As macaúbas que habitam a região sugeriram a denominação do Recolhimento, nas cercanias do arraial de Santa Luzia do Rio das Velhas, integrante do termo municipal da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará.

Voltado para a plenitude da vida religiosa, o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas sensibiliza intensamente a espiritualidade de Minas e do Brasil. A legenda beatífica da Irmã Maria

da Glória, os exemplos de devotamento das madres, a entrega total das irmãs, o respeito e a admiração de numerosas pessoas que se revezam nos retiros e atividades pastorais, o amparo de beneméritos, o zelo da Arquidiocese de Belo Horizonte e o carinho da comunidade luziense emolduram o significado excepcional de Macaúbas. A energia que sustenta essa *domus aurea* dela faz uma arca da aliança que, ancorada no rio das mais antigas tribos da terra brasileira, acena com um ramo verde de esperança ao destino da humanidade.



Macaúbas: a prática das virtudes para um encontro com Deus*

*Lúcia Massara***

Ao dar início à construção da Ermida Primitiva, que, mais tarde, se transformou no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, há cerca de 300 anos, o benemérito FELIX DA COSTA certamente não tinha em mente o elenco de VIRTUDES e de PECADOS hoje difundidos pelo mundo inteiro.

Entretanto, uma dessas virtudes, a FÉ, levou-o a estabelecer a Ermida Primitiva nestas paragens de uma localidade recém instituída: Santa Luzia do Rio das Velhas.

Este momento inicial trouxe consigo a semente das SETE VIRTUDES, que a comunidade das IRMÃS CONCEPCIONISTAS DESTE MOSTEIRO praticou e propagou, fazendo com que a fé se multiplicasse ao infinito, ao longo desses 300 anos.

Esta já foi uma Casa de Educação, no seu sentido restrito de acolher e formar pessoas.

Mas sua atuação, ao longo de todos estes anos, extrapola o conceito de Educação Formal para se inserir em uma esfera ainda mais ampla, na

* Palestra proferida no dia 6 de dezembro de 2014 no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, durante as celebrações dos 300 anos de construção da primeira ermida e casa das recolhidas.

** Professora, advogada, atual diretora da Faculdade de Direito Milton Campos. É natural de Santa Luzia.

qual a prática das VIRTUDES se transformou em exemplo de vida, distribuído a mancheias para a comunidade na qual se insere, indo, contudo, além, muito além, para frutificar em paragens outras, pela força de seu exemplo e pelo significado de sua atuação.

Aqui se praticam e se ensinam a prudência, a temperança, a castidade, a generosidade, a diligência, a paciência, a humildade, virtudes que demonstram o encontro da comunidade com Deus.

Longe daqui estão a avareza, a soberba, a gula, a ira, a inveja, a preguiça e a luxúria, comportamentos inteiramente opostos à prática diária e permanente desta comunidade.

A presteza, a serenidade, a modéstia, a moderação, a pureza de pensamento, o dar sem esperar receber, na linda lição de São Francisco, são atitudes que integram a rotina das concepcionistas que, não obstante vivam em reclusão, repartem seus dons com todos quantos acorrem a elas.

Em tempos nos quais o primado do TER sufoca, em muitas oportunidades, a beleza do SER, recorrer à lição de vida desta comunidade equivale a restaurar as energias perdidas, a restabelecer o equilíbrio indispensável para que o respeito à diversidade do outro seja uma verdade inafastável, para evitar a prática da injustiça, da desavença, da devassidão, para nos aceitarmos como realmente somos, com a confiança de quem acredita que o Senhor sempre nos dá a sua mão, nos mostra o seu caminho e permite que a harmonia se instale em nós.

Vivemos um tempo em que os escândalos estão em todos os jornais, em que a honestidade é relegada a um patamar inferior, em que a força da ética, da cultura e dos costumes é superada por atitudes imorais, nos questionamos frequentemente se é esta realmente a sociedade na qual queremos viver e que buscamos construir para os nossos filhos.

Se a ética é a arte de viver bem, humanamente, ou seja, viver e conviver com os demais seres humanos, a nossa interação com o outro há de se dar, necessariamente, com a prática das virtudes, pois o outro é a nossa imagem e semelhança e com ele devemos construir nossos sonhos, implementar nossos projetos, debater nossas dúvidas, trocar nossos afetos.

A ética nos vincula pela vida inteira e não pode ter a sua prática suspensa por interesses escusos.

Repelir o mau exemplo, as atitudes desleais, a busca permanente de vantagens ilegais, o desrespeito ao outro, a ofensa à ordem instituída, o menosprezo à vontade do povo, aplaudir a desigualdade social, contribuindo para seu aprofundamento; desrespeitar a natureza – são atitudes que revelam a falta de moral, constituindo um comportamento que não se coaduna com a prática das virtudes aqui invocadas.

Na simplicidade da vida das irmãs concepcionistas que mantêm o Mosteiro temos a confirmação de que o exemplo constrói e se perpetua pelas famílias luzienses.

Muito jovem ainda aprendi a falar e a tratar com o maior respeito tudo quanto se referia ao Mosteiro de Macaúbas, local de santificação, de sacrifício, de trabalho, de amor e da prática das virtudes.

Este aprendizado trouxe-me aqui hoje, num momento em que, comemorando o tricentenário de início da construção da primeira Ermida, o grupo de concepcionistas reúne a comunidade e com ela divide sua alegria, seu afeto, sua simplicidade, sua religiosidade e seu lar.

Sinto-me honrada em participar deste momento ímpar e, em nome de meus familiares, quero agradecer a oportunidade de compartilhar com todos vocês este momento inesquecível.

Deixo, finalmente, com as palavras do Evangelho, a lição que neste Mosteiro se pratica diariamente. Disse São Paulo aos Coríntios:

“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, sem caridade, sou como o bronze que soa, ou como o sino que tine. E ainda que eu tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e tivesse toda a fé, a ponto de transportar montes, se não tiver caridade, não sou nada. E, ainda que distribuísse todos os meus bens no sustento dos pobres, e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, de nada valeria! A caridade é paciente, a caridade é bondosa. Não tem inveja. A caridade não é orgulhosa. Não é arrogante. Nem escandalosa. Não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não guarda rancor. Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre.”

Que esta lição de vida nos guie para sempre e que, como desejou São Francisco de Assis, em 2015 “só de sonhos se encham os nossos corações”.



Luzeiro nos caminhos do sertão

*Adalberto Andrade Mateus**

Dedico o texto à memória de José Bento Teixeira de Salles, saudoso luziense, amigo e acadêmico.

O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, em Santa Luzia, está definitivamente inscrito entre os monumentos de maior grandeza na história de Minas Gerais e ocupa singular posição entre os locais onde se entrecruzaram os olhares da fé, da religiosidade e da instrução dos mineiros, ou especialmente, das mineiras. Minas é estado feminino em substantivo. Se na ação dos grandes homens que abriram os vales e percorreram inóspitos caminhos é que encontramos a implantação da civilização mineira, é na figura das mulheres que nos detemos às ações mais expressivas para a constituição efetiva da pátria Minas.

Estabelecendo a ligação dos mundos humano e espiritual, o monastério está implantado no sopé do morro, em aprazível sítio natural em que se destacam as palmeiras macaúbas que deram nome ao primeiro recolhimento feminino implantado em Minas. Relembramos o viajante Richard Burton, que lá esteve pelos idos de 1867 e definiu o grande prédio, assim que avistado após a tortuosidade natural imposta ao lendário Rio das Velhas: *“Uma outra curva revelava agora algumas linhas brancas entre a faixa de árvores do rio e um morro em face do este: era Macaúbas das Freiras”*.

* Jornalista, servidor de carreira do IEPHA/MG. Coordenou, com as irmãs concepcionistas, a programação religiosa-cultural do tricentenário do Mosteiro de Macaúbas. Natural de Santa Luzia.

O Mosteiro de Macaúbas entrou em 2014 para o grupo de instituições e localidades que completam o seu tricentenário na segunda década do século 21, comprovações do início das Minas Gerais. Em 1711, a criação das primeiras vilas: Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabarabussu (Sabará). Em 1713, a construção da Catedral Basílica de Nossa Senhora da Assunção, em Mariana. Em 12 de agosto de 1714, o início da construção da primeira ermida e casa das recolhidas de Macaúbas, no caminho dos currais do sertão do rio São Francisco.

Implantado inicialmente às margens do Velhas e do Rio Vermelho, Macaúbas é espaço ininterrupto de profissão da fé cristã e atravessou os três últimos séculos sob a inspiração e proteção da Imaculada Conceição. No conturbado século da tecnologia, é um convite à percepção do espaço do sagrado e místico, distante dos vícios e dos pecados capitais.

Macaúbas foi fundado por Félix da Costa, um ermitão que, vindo de Penedo, Alagoas, teve uma visão na Barra do Guaicuí de um monge com vestes brancas e escapulário azul. Descrevendo a visão ao bispo do Rio de Janeiro Dom Frei Francisco de São Jerônimo, Félix foi esclarecido de que se tratava do hábito de Nossa Senhora da Conceição e assim lhe concederam a licença necessária para a construção da ermida dedicada à Virgem Imaculada. Com a permissão, Félix percorre as estradas dos sertões, com um oratório ao pescoço em busca dos recursos necessários para erguer a ermida, espaço solitário, mas profundamente irradiador de fé. O local se constituiu como o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre das Macaúbas, em referência ao pequeno monte onde foi implantado, e as recolhidas passaram a seguir normas de vida religiosa praticando exercícios espirituais. É necessário lembrar que durante o período colonial não poderia haver instalação de ordens religiosas em Minas, sob alegação de contrariar os interesses da Coroa Portuguesa, que temia o contrabando do ouro por essas instituições.

O recolhimento se desenvolveu e ganhou admiração e acompanhamento dos bispos do Rio de Janeiro, a quem estava subordinado eclesiasticamente o território mineiro. Em 1727, o bispo Dom Antônio

Guadalupe autorizou a construção de um novo prédio, o atual, que teve suas principais obras realizadas entre 1733 e 1743, quando ocorre a transferência das recolhidas. O recolhimento logo teve suas atribuições ampliadas para o funcionamento de um educandário, um dos primeiros femininos de Minas Gerais, e que pôde acolher as filhas e esposas de maridos ausentes. Nos espaços enclausurados viveram moças de repercussão na sociedade, como as filhas do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira com a escrava liberta Francisca da Silva, a Chica da Silva. Aliás, de João Fernandes o recolhimento recebe o decisivo patrocínio para construção de uma ala que ainda conserva as origens em seu nome: a Ala do Serro, com casa anexa destinada à estada de Chica da Silva durante suas visitas às filhas.

O local recebeu a licença e a proteção da Rainha de Portugal, Dona Maria I, em 1789, e teve as atividades educacionais devidamente licenciadas a partir de 1847, quando passa a efetivamente funcionar o Colégio das Macaúbas, de fama e prestígio até o início do século 20. Entre as suas alunas, a mãe do poeta maior, Carlos Drummond de Andrade, Dona Julieta Augusta. Por lá eram ministradas as lições das *“Primeiras Letras, Doutrina Christã, Civilidade, Grammatica Portuguesa, Traducção, Leitura e Escripção de Francez, Elementos de Geographia, Musica Vocal e Instrumental de Piano, Costuras, Bordados, Flores e mais obras de mãos e outros trabalhos domesticos proprios do sexo e compativeis com a idade”*. Com a vinda para Minas de congregações estrangeiras mais experientes na prática educativa, o colégio foi fechado.

Como todas as paragens de Minas, Macaúbas também conserva nomes de expressão que participaram de sua história como Madre Antônia da Conceição, responsável pelas obras do segundo recolhimento, Ignacio Correa Pamplona, patrocinador da construção da Ala Pamplona, padre Manuel Dias da Costa Lana, procurador do recolhimento, que obtém o reconhecimento pela Coroa portuguesa, padre Antonio Affonso de Moraes Torres, com trabalho decisivo na organização do colégio, padre Joaquim de Oliveira Lana, virtuoso capelão e diretor do convento.

No século 19, uma figura mística chegou a Macaúbas, vinda da Serra da Piedade: a Irmã Germana da Purificação (1782-1856) que, entre as

noites de quinta e sexta-feira, no período de 48 horas, vivia o êxtase da crucificação. Já no século 20, os espaços claustrais receberam a presença da Irmã Maria da Glória do Coração Eucarístico (1903-1986), considerada por muitos como “Santa de Macaúbas”, figura importante no processo de beatificação de outro santo, o beato Padre Eustáquio. Centenas de relatos a credenciam às glórias dos altares em processo que um dia deverá ser devidamente conduzido pelas autoridades eclesiásticas em reconhecimento à Irmã que acolheu, orientou e acalmou almas que foram ao seu encontro e tiveram oportunidade de sentir o perfume das rosas que exalava de seu quarto.

A ermida e o recolhimento primitivos não existem mais. Mas a fé e o signo inspirador ainda estão presentes em Macaúbas com a presença das monjas concepcionistas da Ordem da Imaculada Conceição, fundada em Toledo, na Espanha, em 1484, por Santa Beatriz da Silva e Menezes. Com o encerramento das atividades do colégio, sua transformação em um mosteiro foi a solução apontada pelo então arcebispo de Belo Horizonte Dom Antônio dos Santos Cabral. Em 1933, a conversão do espaço manteve preservada a origem da devoção de Félix da Costa.

Considerado o primeiro santuário de origem eremítica de Minas Gerais por José Ferreira Carrato, Macaúbas tem como correspondentes o Santuário da Serra da Piedade, construído a partir de 1767, e o Santuário do Caraça, iniciado por volta de 1770, igualmente erigidos por figuras míticas. No acolhimento às mulheres, somente um congênere: a Casa da Oração do Vale das Lágrimas, implantada em 1750, no Vale do Jequitinhonha, às margens do rio Araçuaí, na freguesia de Itacambira, a noroeste da vila de Minas Novas.

Monumento religioso, histórico, artístico, cultural e paisagístico de grande importância, o Mosteiro de Macaúbas foi tombado em 1963 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, em 1978, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG).

O dia a dia da fé

As irmãs concepcionistas franciscanas professam os conselhos evangélicos de obediência, sem posses e em castidade, em comunhão fraterna e em perpétua clausura. A Ordem é contemplativa e as irmãs seguem horários fixos de orações que se iniciam diariamente às 5h30min e terminam às 20h. Durante todo o dia, cada irmã tem suas funções na administração e serviços da casa, aliando suas atividades aos horários de orações que relembram passagens da vida de Cristo. A clausura, que significa a renúncia da presença física da irmã no mundo, é um dos votos que as irmãs professam e simboliza uma comunhão maior, mais aprofundada. Na OIC, a clausura é uma opção de silêncio que facilita a oração, a ordem, a paz e a unidade da pessoa para buscar e encontrar Deus. Por isso, as áreas internas do Mosteiro são inacessíveis e só são permitidos acessos para o desempenho de atividades profissionais que visem à preservação e reparos no prédio. Para a implantação da Casa de Retiro Santa Beatriz, a porção direita do prédio foi desligada da área da clausura, e o contato com as irmãs se dá nas salas do locutório, em que as irmãs se posicionam por trás de uma grade de treliça.

Às irmãs de Macaúbas se deve todo o trabalho de preservação de um dos patrimônios mais significativos e belos do estado, em dimensões extraordinárias que impressionam qualquer olhar incauto. Macaúbas foi salva das ruínas a partir de 1980, pelo trabalho incansável das irmãs e do dedicado empenho dos seus trabalhadores. Por lá, as máquinas da marcenaria ainda não foram desligadas, o que significa que a manutenção é rotineira e eficiente para preservação desse notável patrimônio cultural mineiro.

As comemorações do tricentenário

As festividades em Macaúbas contaram com o apoio cultural do IEPHA/MG, que colaborou com as irmãs na preparação do programa do tricentenário e de várias instituições culturais, comerciais e por uma grande rede de amigos que colaboraram com recursos financeiros e ações

articuladas que garantiram várias providências como a pintura externa do prédio, a iluminação pública dos jardins, a restauração de imagens sacras e documentos antigos, jardinagem da área externa, lançamento de livros, medalha do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e selo comemorativo pelos Correios, além de uma exposição reunindo diversos registros materiais de sua história.

Para marcar a significativa presença de Macaúbas no contexto religioso e cultural do estado, foram convidadas personalidades para serem os oradores dessa rica história. Na abertura das comemorações participou a juíza federal Sônia Diniz Viana, que relembrou a fundação do recolhimento e o trabalho do fundador Félix da Costa. No dia 6 de dezembro, após missa celebrada em latim pelo monsenhor Raul Motta, de Caratinga, a professora e advogada Lúcia Massara destacou a presença de Macaúbas como local da prática das virtudes. No dia 7, após celebração do cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, o ex-governador de Minas Gerais e senador eleito Antonio Anastasia relembrou os momentos marcantes da história do recolhimento no contexto da história do Estado e destacou o empenho das irmãs para a preservação do grande patrimônio cultural. No dia 8, data comemorativa do tricentenário – dia dedicado à Imaculada Conceição – uma celebração cívica, acompanhada do pronunciamento do então presidente do Instituto Brasileiro de Museus, atual secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, acadêmico Angelo Oswaldo de Araújo Santos, marcou o início das festividades que contaram ainda com celebração do arcebispo metropolitano de BH, acadêmico Dom Walmor Oliveira de Azevedo. Os discursos pronunciados por Lúcia Massara e Angelo Oswaldo poderão ser lidos nas páginas desta edição da *Revista da Academia Mineira de Letras*, como parte dessa homenagem que a Casa de Alphonsus presta ao agora tricentenário Mosteiro de Macaúbas, símbolo da religião e da educação em Minas.



A grandeza de Macaúbas

*Manoel Hygino**

Na edição do nosso HOJE EM DIA, em 8 de agosto em curso, inseriu-se a reportagem de Renato Fonseca sobre o tricentenário do Mosteiro de Macaúbas, construído em Santa Luzia e marco de referência em religiosidade na história mineira. Tanto que, por exemplo, naquela semana, o príncipe dom Bertrand de Orleans e Bragança, bisneto da princesa Isabel e trineto do Imperador D. Pedro II, visitou o mosteiro, que abriga dezesseis freiras em regime de clausura.

Macaúbas e Caraça são as duas primeiras casas de ensino na região, o primeiro para mulheres e o segundo para homens. Nesta, receberam-se, na adolescência e sob rígido sistema de viver e aprender, algumas das grandes personalidades do Brasil.

No recolhimento de Macaúbas, as sinhazinhas, durante muitas gerações, tiveram excelente educação, como li em João Camillo de Oliveira Torres. O historiador conta que um ermitão chamado Félix da Costa deu por concluída a construção do estabelecimento em 12 de agosto de 1714. Em 1º de janeiro de 1716, o vigário de Roça Grande, Sabará, foi lá benzer a ermida, consagrada a Nossa Senhora da Conceição.

No dia seguinte, chegaram as doze primeiras recolhidas. Adotaram o hábito das franciscanas concepcionistas e o capuchinho Frei Jerônimo do Monte Real, em 1753, definiu-lhes a regra de vida: era o primeiro convento em Minas Gerais.

* Jornalista, escritor, da Academia Mineira de Letras; ocupa a cadeira 23.

Autoridades civis e eclesiásticas reforçaram o ânimo inicial. Em 1733, construiu-se o novo prédio, que se tornou definitivo. Mocinhas vinham de muitas partes do estado. As filhas do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira com Chica da Silva, por exemplo, foram para lá, e não eram poucas.

Como o Caraça, Macaúbas se originou daqueles peregrinos que por aqui circularam pedindo esmolos, fazendo penitência e erguendo casas pias. A propósito, João Camillo registra que essa gente constituiu um tipo social curioso: “nem sempre eram penitentes; sabe-se que muitos eram foragidos da Justiça; outros, queriam uma profissão que lhes permitisse o capital necessário para mudar de vida. Félix da Costa pertence ao número daqueles homens de burel e relicário que, esmolando aqui e ali, fundaram de maneira singular uma civilização entre montanhas”.

Na Serra da Piedade, construiu-se uma ermida, a que acorrem em Minas os candidatos a importantes cargos públicos para pedir êxito em suas campanhas e no bom desempenho do cargo, se eleitos. Lá viveu a irmã Germana, jovem religiosa, que conquistou fama como santa e, no asilo ao sopé do morro, foi visitada pelo naturalista francês Saint-Hilaire em suas andanças. Germana passava por transe e êxtases, que os mais tangidos pela religiosidade consideravam miraculosos.

As freiras de Macaúbas vivem isoladas do mundo, não são vistas senão em ocasiões muito especiais, em que têm autorização para sair. Quando Israel Pinheiro foi governador de Minas, mandou-me chamar não sei exatamente mais para quê, ao Palácio da Liberdade. No meio da conversa, em sacada do fundo da antiga residência oficial, tocou o telefone. Levaram o aparelho a Israel. Era a abadessa que lhe agradecia o importante benefício, a telefonia: e a primeira ligação de Macaúbas com o outro mundo. Podem parecer fatos isolados, mas não o são.



Recuerdos de **Mário Palmério**

*Pedro Rogério Moreira**

*Ilustrações de José Luiz Eugênio***

No bar do restaurante Piantella, em Brasília, o pianista Mariozinho costumava saudar a chegada dos frequentadores tocando as músicas que cada um havia elegido como trilha sonora de suas libações. A minha sempre foi a guarânia *Saudade*:

Se insistes en saber lo que es saudade
Tendrás que antes de todo conocer
Sentir lo que es querer, lo que es ternura
Tener por bien un puro amor.

Mário Palmério, ao compor letra e música de *Saudade*, quando era embaixador do Brasil em Assunção, nos tempos do governo João Goulart, perpetuou seu nome na musicografia do Paraguai e na alma boêmia dos dois países.

Alguém poderá objetar: trata-se de um episódio singelo na biografia intelectual de quem alcançou o estrelato da literatura no Brasil; em vez disso, devemos recordar Palmério pelos seus méritos literários, pela

* Pedro Rogério Moreira, jornalista, ocupa a cadeira nº 38 da Academia Mineira de Letras; é autor de *Hidrografia Sentimental* (1998), diário de suas viagens na Amazônia.

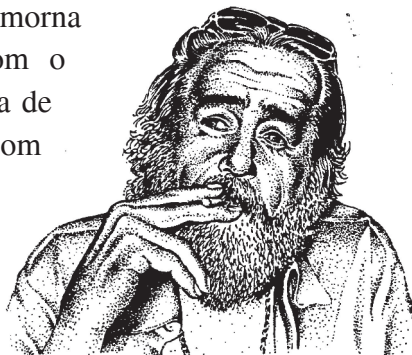
** José Luiz Eugênio é ilustrador e capista em Belo Horizonte.

revolução que comandou no ensino do Triângulo Mineiro. Pode até estar com a razão, o crítico ranzinza. Mas ele não compreenderá por inteiro o autor festejado de *Vila dos Confins*, cujo centenário de nascimento comemoraremos no ano que vem.

Em meados de setembro de 1996, o pianista do Piantella tocou Saudade para três amigos de Mário Palmério: o ex-ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira, o jornalista Mauro Santayana e o redator desta memória. Naquela noite de bons uísques, Santayana contou que as notícias que recebera de Uberaba, onde residia o romancista, não eram boas. Cogitamos de uma viagem-surpresa para matar as saudades. Nem chegamos aos preparativos: Mário Palmério morreu na semana seguinte, aos 80 anos.

Eu então me lembrei de uma tarde morna no rio Negro, em Manaus. Mário com o corpanzil estirado no grande sofá da sala de estar do seu barco, brincando no colo com um *poodle* e pitando um cigarro de palha. Calça de pijama surrada. Peito nu. E com a franqueza muito natural nele, falou:

– Ô Pedroca, eu gosto mesmo é dessa vida bandoleira: alisar um cachorro, conversar com um capiau, compor uma Saudade...



Compreendi então que o meu amigo reunia muitas personagens de *Vila dos Confins*: ele era, sim, o deputado Paulo Santos, e era também aqueles vibrantes pescadores do “traíçoeiro Urucanã”; era o padre Sommer, alemão de alma boa e implacável caçador das temidas onças-pretas; Palmério era aqueles homens simples e ingênuos, generosos e prestativos que ele criou para compor a maravilhosa paisagem humana do romance famoso que lhe abriu as portas da Academia Brasileira de Letras. Poucos na Casa de Machado de Assis tiveram assento tendo publicado apenas um livro. Mário obteve esta glória.



Num dia de 1981, no Rio de Janeiro, José Aparecido telefonou:

– Não deixe de visitar o Mário quando for a Manaus!

A exclamação é necessária, pois se tratava de uma ordem, e não de uma sugestão. Quem conheceu José Aparecido sabe como era o feitio dele: os deveres da amizade se igualavam no mesmo patamar das liberdades públicas, da Constituição Federal, dos direitos humanos. É claro que cumpri a ordem. O jovem repórter estava sendo enviado pelo jornalismo da TV Globo para ser correspondente itinerante na Amazônia. E acabou virando hóspede freqüente do barco de Mário Palmério.

O romancista me conhecia desde eu menino, em Belo Horizonte, amigo que foi de meu tio, o poeta e livreiro Edison Moreira. Edison havia ganho um disputadíssimo prêmio em dinheiro patrocinado pela associação dos criadores de gado do Triângulo Mineiro para quem escrevesse a mais bonita ode ao zebu. A obra poética de ocasião recebeu o título ático de Zebuzeida... Isto aconteceu no começo dos anos 50. A premiação foi entregue pelo governador Juscelino Kubistchek em plena exposição pecuária famosa de Uberaba, onde Mário Palmério era importante criador da raça indiana, ao mesmo tempo em que desenvolvia sua meritória obra educacional, criando faculdades umas atrás de outras. Já era homem rico e tinha até mandato de deputado federal pelo PTB. O tio Edison e o futuro romancista construíram ali uma amizade que o sobrinho acabou herdando.



Na Amazônia, o repórter trintão fruiu três anos de uma convivência estreita e alegre com o romancista sessentão. Sempre que eu passava por Manaus, a caminho ou na volta de uma reportagem, e mesmo se me hospedasse no Hotel Amazonas, onde tinha apartamento cativo, dava um jeito de passar algumas horas na companhia de Mário, se ele estivesse atracado na cidade. Ou então me incorporava de armas e bagagens no Carvajal, onde sempre fui bem recebido junto com o meu companheiro de jornada, o cinegrafista José Carlos Azevedo.

Víamos no Mário a linhagem de Kipling e Hemingway: a dos escritores-aventureiros. Ele sentia a necessidade de viver a história para

contá-la. O leitor atento pode perceber logo nas primeiras páginas de *Vila dos Confins*: sem ser tecnicamente um romance *à clef*, ali dentro tem a vida do deputado mineiro pelo PTB na alma do fictício deputado Paulo Santos.

– O viver – me disse um dia Palmério – é mais importante do que o escrever.

Por isso ele mandou construir a beleza de barco que era o *Fray Gaspar de Carvajal*, para poder explorar os rios da grande floresta e viver a bordo um grandioso livro ao vivo!

É claro que houve também, na troca de Uberaba e do Rio pelas lonjuras da Amazônia, motivos de ordem pessoal. O escritor exibía uma estampa de galã e possuía uma queda salutar pelo elemento feminino. Era um sedutor. Ocorreram dificuldades ocasionais que o impeliram a se afastar temporariamente do convívio de sua bem composta família. Mas isto são outros quinhentos.

O *Carvajal* era muito mais do que um grande e confortável barco amazônico: era um sobrado mineiro, com as comodidades daquelas antigas mansões senhoriais. Sem luxo, como é do gosto dos autênticos mineiros da Montanha. A bordo, o Mário, com sua basta cabeleira branca, fala mansa e suave autoridade com a tripulação, parecia um conde. Passei a chamá-lo de “conde fluvial”, e ele, autogozador, apreciava a irreverência do hóspede amigo. Mas era um conde que vivia de bermudão ou de calça de pijama surrada, peito nu, sem afetação, porque não fazia o seu gênero. Ele vivia espiritualmente numa fazenda do sertão mineiro.

Quando o *Carvajal* não estava navegando pelos rios interiores, fazia o ponto em Manaus. O ancoradouro foi, primeiramente, o antigo Flutuante da Panair, edificação de chapas de aço e madeira sobrevivente da década de 50, quando os portentosos hidraviões Catalinas da Panair do Brasil amerissavam nas proximidades da Escadaria dos Remédios. Mas depois que apareceu a praga dos piratas, que pilhavam embarcações e muitas vezes machucavam os navegantes, o *Carvajal* passou ao abrigo do píer de uma guarnição militar federal, num bairro central de Manaus. Mário manteve acesas suas boas relações com as altas patentes do exército desde que cursou a Escola Superior de Guerra nos anos 50. Talvez daí se

ache a explicação de ele não ter sido cassado após o golpe militar de 1964, que não perdoou quem tinha sido valido do governo deposto. E olhe que o nosso romancista esteve em pleno flerte político com o infeliz João Goulart!

Mário ficou amigo também do general Alfredo Stroessner, que governou com mão de ferro o Paraguai por cerca de trinta anos. O militar paraguaio vinha anualmente à feira pecuária de Uberaba, ocasião de demoradas conversas com o criador de zebu Mário Palmério. Ambos tinham em comum o gosto pelo radioamadorismo. No *Carvajal* havia uma bem equipada sala de comunicações, onde presenciei, algumas vezes, o romancista falando com o ditador paraguaio. Ambos usavam a fraseologia de radioamador; não se tratavam pelo nome, mas sempre pelo prefixo de cada um. De que falavam? De banalidades do radioamadorismo, como o tempo lá e cá, de mensagens de fraternidade, mas também trocavam apelos em benefício das duas comunidades. Mário era grande proprietário rural em Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. Escutei, vindos de Assunção, pedidos para o Mário interceder em favor de uma fulana de tal cujo filho necessitava de consulta com pediatra em Porto Murtinho; e do *Carvajal* escutei apelo para o general-presidente mandar acolher a solicitação de um pecuarista brasilguaio carente de vacinas contra a aftosa. Isto é, exerciam ambos o objetivo social mais alto do radioamadorismo. O que mostra que nem todo ditador é cem por cento mau sujeito; o Criador pincelou, até neles, uma pitada de altruísmo.

Não sei se a internet conseguiu acabar com a atividade humanitária do radioamadorismo, já que está acabando com o hábito amoroso e educativo das cartas epistolares.

O fato, porém, é que eram, Palmério e Stroessner, amigos do peito, e a prova de amizade eu tive do coração do general. Ele veio a ser meu vizinho, em Brasília, nos seus anos de exílio após ser derrubado por outro general, o Rodríguez, nada mais nada menos do que seu genro! Uma tragicomédia latino-americana dos anos que não voltam mais – esperamos.

Todas as tardes, invariavelmente, Stroessner ia apreciar a vista do lago Paranoá, no nosso bairro, a Península Sul. Acompanhado do segurança, ele se acomodava numa cadeira escamoteável de praia e

permanecia com o olhar distante, triste, como se estivesse mirando o seu saudoso Ipacaráí. Eu já lhe havia apresentado armas, como amigo de Mário Palmério, e o fato foi o abre-te-sésamo para uma convivência ao pôr do sol sempre que o meu *cooper* coincidia com a presença do general em sua cadeirinha de solidão. Eu parava e puxava um dedo de prosa com ele. Numa tarde em que se dispôs a confidências, contou-me uma picante história do então embaixador do Brasil em Assunção. O caso é que Mário abraçou-se pela formosa mulher de um comandante militar paraguaio. Ela correspondeu, com ardor (disse o inconfidente). O oficial soube e reagiu ao modo da *Vila dos Confins*: ameaçou o sedutor de morte. E o sedutor, o que fez? Correu ao palácio presidencial e abriu o coração para o ditador. Stroessner enquadrou... o oficial! Onde já se viu tratar um amigo do Paraguai desta maneira?! Ainda mais o autor de *Saudade*, o segundo hino nacional guarani! Tome tenência, coronel!

Se não foi assim, edulcorado como está neste *recuerdo*, foi parecido.



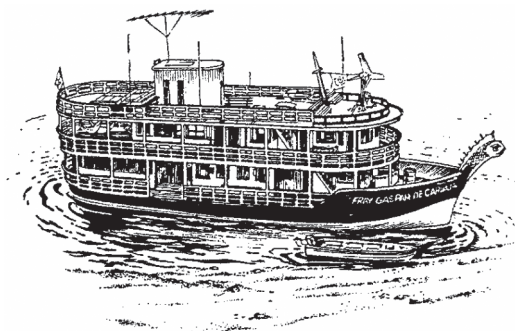
Mário Palmério, mineiro de quatro costados, estava muito à vontade no ambiente amazônico. Conversava com os tripulantes e os ribeirinhos como se fosse um nativo da hiléia, usando com naturalidade o vocabulário regional. Mas, na verdade, jamais deixou de ser o deputado Paulo Santos de *Vila dos Confins*. Ele próprio se definia com um capiau mineiro. Até mesmo sua alma epicurista, na Amazônia, prosseguia mineiramente: não guardei, na minha memória gustativa, sabor de peixe a bordo do *Carvajal*. Nunca comi uma sopa de tartaruga, ou um gostoso tracajá, animais na época sem restrições de captura como na atualidade.

O escritor gostava mesmo era de um frango ensopado, frango com quiabo, frango ao molho pardo, carne de porco, torresmo. Mandou até fazer um galinheiro no convés, para ter sempre à mão uma boa penosa para o almoço.

Os barcos da hidrografia amazônica não exibem figuras de proa, mas o *Carvajal*, construído num estaleiro de Manaus à imagem e semelhança dos motores de passageiros da região, tinha a singularizá-lo uma cobra-

grande que o seu comandante mandara buscar no coração de Minas: no rio São Francisco, onde vivem os mais famosos escultores de carrancas. A mesma cobra-grande que engoliu o jumento, causando um desassossego na *Vila dos Confins* logo na noite em que o deputado Paulo Santos ia, finalmente, se abraçar com a viuvinha Maria da Penha... Ela, a cobra-grande, imortalizada na capa de todas as edições do romance pelo traço inconfundível de Poty, era o abre-alas do *Carvajal*.

No fabulário amazônico, a cobra-grande é o terror dos rios, a senhora das enchentes. Sucuri, sucurijú, anaconda. Atrai a presa pelo magnetismo do olhar. E a do *Carvajal* impunha respeito. Mário divertia-se com a confissão de medo dos ribeirinhos. Quando eles criavam coragem e visitavam o barco, saíam de lá enfeitiçados pela figura exponencial de seu comandante. O escritor deixou amigos em todos os rios que navegou.



O *Carvajal* tinha três andares. O primeiro era destinado aos camarotes da tripulação, sala de comunicação e armazém de viveres e combustível. No segundo ficava o posto de comando, num cômodo isolado. O restante do andar era destinado a um amplo salão de visitas, com televisão via satélite (uma novidade novidadeira!), o piano de cauda, no qual Mário muitas vezes dedilhou para o meu encantamento; e muitas poltronas. Mais atrás, em cômodos distintos, uma boa biblioteca predominantemente de temas amazônicos; o camarote do comandante, conjugado com um gabinete de trabalho em cuja escrivanina repousava uma velha Remington de teclado verde, sempre silenciosa; mais outro camarote para hóspedes e

um terceiro exclusivo da Olga, que vinha a ser, por assim dizer, a imediata do comandante. Ela resolvia todos os problemas logísticos do cotidiano, além de secretariar o reitor de faculdades e empresário agropecuário. Só não apitava no governo da embarcação, que isso era exclusivo do Conde Fluvial. Só dele emanavam as ordens ao posto de comando. Mário não bulia no timão. Cultor do profissionalismo, contratara experiente piloto, ou motorista, como lá chamam os condutores dos barcos enormes, os motores. Era o Seu Francisco, manauara.

O curioso é que Olga não se chamava Olga, mas assumira o nome de Olga a pedido de Mário. Era uma simpatia de moça paulista do interior, tipo da beleza cabocla cantada em verso e prosa pelo notável escritor Paulo Setúbal (hoje esquecido nas prateleiras...).

A própria Olga me contou, carregando de humor: o romancista tinha lá suas idiossincrasias, ou, como se diz nas muitas vilas dos confins mineiras, era maniento. Antes de conhecê-la, Mário havia se apaixonado por uma certa Olga; e quando conheceu a Olga, volta e meia trocava seu verdadeiro nome pelo nome da ex-eleita. De modo que, para simplificar tudo, o Mário pediu-lhe: chame-se Olga e ponto final. E a Olga ainda me revelou: todas as namoradas que o romancista tivera depois da primeira Olga, ele as chamava Olga...

O terceiro andar do barco, onde havia o tal galinheiro, era a cobertura; ali almoçávamos tomando a fresca do rio. E o Mário picava fumo de rolo (que vinha de Minas ou de São Paulo, assim como a palha); e pitava, bebendo grandes goles de café em caneca de ágata, tal e qual o deputado Paulo Santos da *Vila dos Confins*. Para manter, à mesa, os gostos mineiros do comandante, a imediata Olga cultivava no convés uma pequena horta de salsinha, cebolinha e couve.



Na época (1981-83) em que freqüentei o *Carvajal*, já fazia bem uns cinco anos que Mário Palmério se mudara para a Amazônia. Ele próprio criara certa expectativa sobre sua futura produção literária sob a inspiração da floresta e de seus rios, de seus habitantes e de suas minas,

de seus perigos e de suas belezas. Periodicamente concedia entrevistas à imprensa do Rio e de São Paulo, nas quais discorria sobre as impressões de viagem e era instado a opinar sobre temas como invasão de terras, direitos dos índios, garimpagem, degradação do meio ambiente. Ele estava, de fato, imerso física e intelectualmente na Amazônia. Às vezes se retirava para a solidão da biblioteca, onde passava horas lendo os primeiros viajantes que palmilharam os grandes rios amazônicos e nos legaram seu testemunho escrito. Um deles Mário homenageou: batizou o barco com o nome do frade dominicano e imaginoso repórter (diríamos hoje: cascadeiro) que escreveu o relato da dramática expedição de Orellana pela calha do Amazonas e criou a lenda das mulheres que guerreavam montadas em cavalos inexistentes.

Mário ensinou ao seu hóspede:

– Nós, romancistas, devemos homenagear Carvajal como um grande ficcionista. Vocês, repórteres, devem lê-lo para saber tirar os noves-fora ao escreverem sobre a Amazônia.

Mário dizia que gostaria de escrever uma condensação, em forma de romance, de tudo o que a ciência já havia desvelado sobre o grande vale. Fazia então 15 anos que publicara pela última vez: em 1965 lançara o *Chapadão do Bugre*, que acabou sendo o seu segundo e derradeiro livro.

Numa tarde de 1982, cheguei de supetão ao seu camarote e ele estava batucando a Remington de teclado verde. Fui logo dando alvíssaras ao capitão do *Carvajal*:

– Escrevendo escondido, Mário...? É o tal livro sobre a Amazônia?

Não, não era. Tratava-se de um romance – ele contou – ainda ambientado em Minas. Começara a escrevê-lo logo após a publicação do *Chapadão*, mas o engavetara por anos a fio e agora o retomava, com a determinação de colocar o ponto final.

Com a intimidade que ele concedia ao hóspede, peguei os originais. Eram bem umas cem laudas, em papel jornal, higienicamente batidas a máquina (por Olga?), sem nenhuma rasura. Folheei-as, mas só li a página de rosto com o título: O crime perfeito. E o subtítulo: Confissões de Athanásio.

Quando Mário faleceu, 24 de setembro de 1996, os obituários da imprensa não o mencionaram; tampouco o perfil biográfico da Academia Brasileira de Letras lhe faz referência. Mas Mário deixou esse romance na gaveta. Não sei se concluído ou parcialmente escrito conforme esteve em minhas mãos.

Voltamos a falar sobre o livro em duas ocasiões distintas, e sempre de maneira oblíqua.

Certa tarde, Olga levou ao *Carvajal* um oficial do quartel em cujo cais o barco atracava. O militar compareceu ao lado da esposa loura de grandes olhos azuis, a denunciar sua ascendência italiana ou alemã. Ambos curiosíssimos em conhecer a celebridade e seu barco que a televisão do sul tornara famoso. Quando a visitante topou com o piano de cauda, ficou fascinada ao saber que se encontrava diante do compositor admirado de *Saudade*, música que ela tanto cantara nas plagas gaúchas. Ora, o passeio dos visitantes mudou de roteiro. Enquanto o marido, pelas mãos de Olga, conhecia as dependências do *Carvajal*, a esposa não saiu da beira do piano, maravilhada com o dedilhado de Mário, na exuberância da sua cabeleira branca esvoaçante como a de Buffalo Bill... O danado caprichava na *Saudade*! A guarânia, tocada pelo seu criador, era tiro-e-queda, de arrasar corações.

O pianista piscou-me um olho e falou:

– Ô Pedroca, olha aqui: o *Crime perfeito* está ficando muito bom...

Naquele momento, porém, a prioridade do pianista era conservar o Carvajal no porto seguro da guarnição militar, longe dos piratas do Flutuante da Panair. E antes que perdesse este amparo em troca de um perigoso xamego, interrompeu a execução da guarânia, alegando uma inexistente pane nos pedais. Cavalheiro, para que a fascinada ouvinte não se frustrasse, prometeu-lhe para os próximos dias uma audição perfeita. Na companhia do marido, evidentemente.

A outra vez em que falamos sobre o *Crime Perfeito* foi na biblioteca, entupida de mapas antigos e daqueles relatos fantásticos dos primeiros viajantes da Amazônia. O escritor discorria sobre a recente expedição que empreendera ao rio Javari, lá onde o Judas perdeu as botas. Foi uma viagem repleta de incidentes perigosos e hilariantes. Do tipo daquele do falso atentado ao automóvel do deputado Paulo Santos na estradinha para

a Vila dos Confins na véspera da eleição... No Javari, de verdade verdadeira, dizia o Mário, houve até um cerco armado ao *Carvajal*, feito por índios arredios que o presentearam com um cacho de bananas pacovã, imaginando que em troca receberiam... a Olga! Teve até tiro pro alto, “foi ou não foi, Terta?”, ele imitou o bordão do personagem mitômano criado pelo humorista Chico Anísio no programa a que assistíamos na mágica TV do *Carvajal*... E Mário ria. Apesar da pândega, o fato foi mesmo real, e não história de pescador dos sertões da Vila dos Confins.

No entanto, o romancista-aventureiro jamais esclareceu a razão de ter escolhido o Javari como destino. Por mais que eu lhe perguntasse, daquele mato nunca saiu coelho. E quanto mais ele contava, mais crescia o mistério em torno da expedição ao remotíssimo rio na fronteira com o Peru. Então, para encerrar a questão, eu aderi à pândega e disse ao Mário que ele estava me engabelando; que ele havia descoberto uma cidade perdida, quem sabe Manoa, a Serra Pelada do Pizarro. E ficava despistando com esses casos engraçados... E aí fiz a menção ao romance que adormecia na gaveta:

– *Crime perfeito* não é o do Athanásio! É o seu! Você descobriu o Eldorado e não conta nem a pau!

Mário Palmério divertia-se, tirando baforadas no grosso cigarro de palha, como fazia o seu *alter ego* deputado Paulo Santos.

Olhando agora de longe, não sei se o autoexílio na Amazônia foi-lhe um perfeito eldorado. Mas sei que naquelas paragens distantes o romancista festejado, imortal da Academia Brasileira de Letras, grande fazendeiro, fundador de faculdades, sentia-se lá reconfortado das amolações que vivera em outras latitudes. A bordo de sua fantástica criação, que foi o Fray Gaspar de Carvajal, nunca o vi triste, ensimesmado. Sempre o encontrei estimulado intelectualmente para a vida. É por isso que fico pensando no surgimento do Athanásio póstumo.

Esse Crime Perfeito precisa ser desvendado...



A linguagem do riso

*Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho**

Prolegômenos

O constitutivo formal da pessoa humana é ser ela uma subsistência espiritual no corpo. Matéria e espírito constituem suas raízes ontológicas.

Assim, como um espírito que enforma um corpo, a pessoa segue as condições da substância material e esta não pode ser desprezada.

Tal foi o erro de Platão, que considerava o soma como prisão da alma, túmulo do espírito.

Equívocou-se também Aristóteles que julgava o homem como mero membro da espécie humana, portanto não tendo valor individual.

Pior a postura de Plotino que, segundo Porfírio, “tinha o aspecto de alguém que se envergonha de estar em um corpo”.

Na filosofia cristã o homem todo é obra de Deus e esta filosofia promoveu o ser racional inteiro a pessoa, valorizando todas as atividades psicossomáticas deste ser admirável. Ora, no homem o corpo é o sinal, o instrumento privilegiado do espírito.

Esta missão leva, sob prisma inteiramente transcendental, ao cuidado para com o soma a ponto de se poder dizer que a beleza física, tomada aqui como equilíbrio orgânico, é um reflexo da eutimia interior.

* Da Academia Mineira de Letras, cadeira 12. Professor no Seminário de Mariana durante 40 anos.

Entre as partes mais significativas do corpo humano todo o conjunto bucal é das mais preeminentes. Isto não só para a boa saúde geral, como para a estética, enquanto representação da harmonia global deste microcosmos.

Esta harmonia se manifesta, sobretudo, pelo riso.

O animal irracional não ri. O anjo também não, porque seu conhecimento é intuitivo e não racional. Donde a assertiva de Rabelais na obra *Gargantua*: “Rire est le propre de l’homme – Rir é próprio do homem.

Apenas o homem é capaz de contrair músculos faciais em consequência de uma impressão alegre consciente, dado que ele raciocina e é capaz de tirar conclusões. O riso flui, assim, da própria, natureza humana, tanto que dizia Mme. Girardin que “La vérité est dans le rire” – a verdade está no riso, o qual expressa uma gama imensa de sentimentos.

Há, pois, uma linguagem do riso, espelho do estado da alma, pois ele revela a personalidade de cada um.

O homem é então um animal racional e até risível, pois dele também se ri.

Entretanto, esta manifestação tão profundamente humana para ser agradável deve ser bela.

Santo Tomás de Aquino define o belo como aquilo que agrada à vista – *quae visa placent*, portanto tem como ponto inicial a vivência da beleza.

Alberto Magno assinalou o fundamento desta vivência, a saber, o resplendor da forma – *splendor formae*.

Donde se conclui, de fato, que no homem e na mulher o riso só agrada se for belo, sobretudo quando expressa alegria.

A *Mona Lisa*, a *Gioconda* de Leonardo da Vinci só pôde ser representada não com um riso, mas com aquele sorriso enigmático, lábios fechados. Do contrário a obra do renomado artista ficaria irremediavelmente feia, desfigurada, pois à fealdade se responde instintivamente com um movimento de repulsa no que tange ao rosto humano do ponto de vista fisiológico e seria, talvez, mais complicado para o referido artista apresentá-la de outra forma.

Hoje a odontécnica com suas várias especialidades permite ao ser racional um riso descontraído, bonito, fascinante, tanto mais que a beleza tem um caráter sugestivo e o entusiasmo suscitado por ela até enfeitiça o homem que lhe sacrifica tudo.

A linguagem do riso

Há uma linguagem do riso. Há também a linguagem que leva ao mesmo. Como bem observou Cid Marcus, “cada cultura tem, à sua maneira, construções verbais peculiares para provocá-lo, para despertar o risível, usando tanto vários recursos, como por exemplo, as chamadas expressões idiomáticas, no geral, incompreensíveis se traduzidas literalmente”. (1)

Neste caso o escritor possui muito mais recurso do que os pintores de telas quando se trata da arte do retrato. Quem percorre os museus percebe que os personagens são retratados sérios, dando uma aura de dignidade especial como se o riso fosse uma característica de fraqueza interior.

Existe, portanto, uma metalinguagem do riso que merece atenção. Este pode, de fato, ser provocado pelas palavras que levam ao sentido de uma determinada situação, causando, assim, o modo representativo da mensagem. Está embutido no discurso no qual é enunciado, no momento da representação enunciada. Compreende-se então a força simbólica da linguagem. Com esta o riso provocado pelo texto tem um liame profundo.

Aí entra o valor do escritor, pois sem representação viva não há o efeito risível. O conteúdo transmitido ao leitor deve ser concreto, apto a lhe tocar a imaginação.

Eis por que, ao se percorrerem textos que provocam ou evocam o riso se percebe como, com habilidade, os escritores empregam a metáfora, sobretudo nas composições poéticas, para melhor expressar o humor. É que a metáfora é um tipo especial de representação que associa um termo a outro para traduzir um pensamento mais rico.

Assim, o que faz rir na literatura tem um aspecto importante: a descrição de situações engraçadas pode ser burlesca, mas a própria

linguagem pode transformar-se em objeto do riso quando o autor é capaz de explorar as inúmeras possibilidades criativas de manipulação dela.

É um recurso próprio dos bons literatos lavrar textos que provocam nos leitores risos com uma infinidade de nuances: gáudio, humor, incredulidade, condescendência, ironia, desprezo diante das cenas focalizadas, descritas com sutileza pelo artífice da palavra.

O escritor e o riso

Apesar destas virtudes literárias, como observa Carlos Leonardo Weber Jorge, “talvez em virtude de sua origem tão geral – e freqüentemente de “baixa estirpe” – o humor tenha escasso atrativo para a crítica literária.” (2)

O sério, de fato, se apresenta como um paradigma de sabedoria, o que pode ser uma causa da marginalização do que envolve a hilaridade.

No entanto, há algo existencial no fato do riso que oferece campo imenso para uma análise profunda.

Existe um aspecto fenomenológico que exige muita sutileza para captar a razão do contraste, o que levaria a uma revalorização da literatura de humor, na qual se pode apreender a essência fenomenal do que é hilariante.

Se o riso é um modo existencial e artístico permitindo descobrir sua dimensão estética, o escritor que o sabe provocar merece ser encomiado, uma vez que com sabedoria penetra neste aspecto antropológico do homem.

O riso é essencialmente humano e de uma grandeza sem limites relativamente aos seres irracionais. Cunhou-se até o dito *rideo, ergo sum* – Eu rio, logo, existo”, plagiando o que disse Descartes: *cogito, ergo sum* – Eu penso, logo, existo.

Além disto, se ressalte que um bom escritor humorista sabe explorar a finitude de quem é contingente e se envolve por vezes em situações engraçadas. Percebe com acuidade o imprevisto que não é racional numa situação de tensão que a torna cômica. Esta tensão leva a uma solução

inesperada e excita uma manifestação de riso, dado que este escritor capta a absurdidade do que ocorre.

A Bíblia e o riso

Os diversos livros da Bíblia abordam os vários aspectos desta manifestação humana. Personagens bíblicos sabiam rir e em vários trechos inspirados se apreende uma força cômica acentuada. (3)

Símbolo de alegria foram, porém, os risos de Abraão e Sara ao saberem que, apesar de idosos, teriam prole, e Isaac por ser considerado o filho do riso (Gên. 17, 17.19;18.12-15);

A condenação dos ímpios foi registrada no Eclesiástico: “A conversação dos insensatos é nauseante e o seu riso é orgia pecaminosa” (27,13). É que “o irresponsável, quando ri, faz grande estrépito, mas o homem sábio ri discretamente” (21,20).

Inúmeras passagens, indiretamente, condenam o riso dos petulantes, dos zombadores e os opõem aos assisados, sobretudo no *Livro dos Provérbios*. Condenação dos que riem por mera ironia diante das desgraças alheias. Trata-se de uma comunicação repleta de perversidade imanente.

De fato, os zombadores têm uma maneira peculiar de expressar o seu escárnio, rindo da desventura alheia. São os opostos dos sábios que se manifestam com gáudio perante as circunstâncias afortunadas que envolvem a si e aos outros. O Eclesiastes, aliás, mostra que há o tempo certo de rir (3,4). O riso dos bons expressa o alívio da alma repleta das graças divinas. Como bem diagnosticou Davi: “Desataram-se então os nossos lábios para o riso e a nossa língua para os cantos de alegria” (Sl 126,2).

Sentenças famosas

Ridentem dicere verum. Quid vetat? Que impede digamos a verdade, a rir? (Horácio, liv.I,sat.I,v. 24). De fato se pode abrandar a verdade com o véu de um gracejo construtivo.

Ridenda imbecillorum superbiloquentia – As fanforronadas são dignas de riso, proclamou Phedro (Epígrafe da fáb. VI, liv.II). São as atitudes fora do comum, esdrúxulas, extravagantes que, com seus contrastes, causam espécie em razão da surpresa que provocam.

Risus abundat in ore stultorum – Na boca dos estultos o riso transborda. Falta-lhes, realmente o senso crítico para analisar os episódios, era o que se dizia no latim medieval. Se assim é, quando o sensato ri, sua mensagem merece ser decodificada.

Ride, cum tibi flendus eris. – Ri, quando tiveres motivo para chorar, foi o conselho de Ovídio. (Remedia Amoris 494].

Ridere concessum est, vituperetur tamen cachinatio – O riso é permitido, mas censure-se a gargalhada, alertou Cícero (Tusculanae 4.31), pois a risada ruidosa e prolongada é sinal certo de desequilíbrio interior.

Ridere in stomacho – Rir no estômago, significa rir por dentro, rir à socapa, rir consigo mesmo, tendo sido captado o risível que a outros escapa.

Conclusão

Pode-se concluir que todo ser humano vive de sentimento, do patos, ou seja, do patético expresso na fala ou nos escritos e, até na linguagem não-verbal. Por serem racionais, o homem e a mulher, experimentam continuamente sensações, reagindo a tudo que passa em seu derredor. É um fenômeno universal.

Ora, as emoções servem para comunicar e o riso é sempre a expressão de uma emoção.

Uma análise do riso social e cultural oferece assim um campo imenso para considerações sobre o significado do humor, desta disposição de espírito tão plena de significado antropológico.

Cumpra apreender a lógica e o paradoxo do riso num olhar sobre o contexto no qual está a veia cômica; a graça, o estado de alma de cada um, o que o leva a exprimir algo sério ou uma mera estultice.

É uma arte dos bons literatos lavrar textos que despertam nos leitores risos nas mais diversas ocorrências e, neste caso, a crítica literária destes textos merece também o louvor das Academias de Letras.

NOTAS

1 <http://cidmarcus.blogspot.com.br/2012/03/divagacoes-sobre-o-riso.htm>

2 <http://www.letras.ufpr.br/documentos/graduacao/monografias/ss-2009/>

3 Bíblia Sagrada. Tradução dos textos originais do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, São Paulo, Paulinas, 1967.

FONTES

BERLO, David K. *O processo da comunicação*. Portugal, Fundo de Cultura, 1970

BORN, A. Van den et alii. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. Petrópolis, Vozes, 1977.

ESCALIER, Christine. *Pedagogie et humour: le rire comme moyen de construction d'un public attentif d'une salle de classe*. Universidade da Madeira, Portugal

MINOIS, George. *Histoire du rire et de la dérision*. Paris. Gayard, 2000.

GRETT Iosephus. *Elementa Philosophiae*, Friburgi Brisg., – Barcinone, Herder, 1953.

LÉON-DUFOUR, XAVIER et alii. *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis, Vozes, 1972.

MALOUX, Maurice. *Dictionnaire des proverbes, sentences et maximes*. Paris-VI. Larousse, 1960

PAILLAT, Sylvie. *Métaphysique du rire*. Paris, L'Harmattan, 2014.

SILVA, Arthur Vieira de Rezende. *Phrases e Curisidades latinas*, Rio de Janeiro, 1952.



Um Carnaval muito antigo

Fábio Doyle*

O presidente era o general Dutra, o governador, Milton Campos, o prefeito, Octacílio Negrão, o secretário, Pedro Aleixo, as músicas mais cantadas, *Não me digas adeus* e *A mulata é a tal*.

Foi ontem. Anteontem, talvez. Muitos anteontens, certamente, tantos e tantos que não dá para contar, Mas que saudade! Estou me lembrando de carnavais passados e vividos. Muitos, bem vividos. A época é própria, A festa deveria ter acabado na terça-feira, chamada antigamente, e bota antigamente nisso, de terça-feira gorda. Gorda de quê, e por quê? Pra que saber, também?

O Carnaval, todos sabem, tem origem muito remota. A palavra significa “festa da carne”. Certamente não a carne do açougue, do Friboi do Lulinha, ou não é dele? Era a festa do corpo, do suor do corpo, do uso do corpo no corpo a corpo da folia. Folia que vem do francês, maluco. Voltando ao Carnaval, a festa da carne, ela surgiu para aproveitar, na alegria gostosa e insensata da folia, durante três dias e três noites, a véspera da quaresma. Quando tudo que possa ser considerado pecado, é proibido. A carne, inclusive a do açougue, também.

Mas o mundo mudou. Para melhor ou para pior, cada um que julgue. Mas nos muitos anteontens da saudade, a folia durava apenas três dias. E era o bastante. Na madrugada da quarta de cinzas, o começo da quaresma, os pandeiros e tamborins, as fantasias, os lança-perfumes inocentes e perfumados mesmo, eram recolhidos aos armários, que eram chamados

* Jornalista, da Academia Mineira de Letras. Ocupa a cadeira nº 10.

de guarda-roupas, no aguardo dos três dias de Momo, o Primeiro e Único, do ano seguinte. Hoje, cadê as cinzas, cadê a quaresma?

No Rio, capital nacional da festa maior dos brasileiros – existe outra que a supere, existe outra cidade que suplante a alegria dos cariocas? – no Rio os blocos não saem das ruas, pelo menos até o domingo seguinte.

Na quarta-feira tem o julgamento das escolas, para apontar a campeã, a melhor mulher menos vestida, a bateria mais barulhenta, os adornos mais espalhafatosos, os carros alegóricos mais suntuosos. Na sexta ou no sábado o desfile das vitoriosas nas sapucaís alegres da vida. No domingo de sol e praia, ou de chuva, pouco importa, a comemoração continua, até que, finalmente, a segunda-feira da suposta quaresma convoque todos os foliões para o trabalho, para a rotina, para as filas dos ônibus, dos metrô, dos caixas bancários, dos guichês das concessionárias de luz, de água, de telefone, que recebem contas sempre mais caras, sugando do trabalhador o que ele conseguiu economizar dos gastos carnavalescos. É a vida.

Alguém me pediu um texto sobre meus carnavais de antigamente. Logo eu, um falso carnavalesco, um cidadão muito sem jeito para a coisa. Mas vou me lembrar de um, o que mais me marcou, pois foi durante ele que minha vida mudou, certamente para muito melhor. Era um rapaz, ela uma menina. Não namorávamos, ainda, mas estávamos nos preparando. Tudo começou na segunda-feira, melhor dizendo, quase começou. Era o “Baile do Marinheiro” no Iate Clube, na Pampulha, uma das festas mais animadas daqueles tempos. Vesti minha calça branca, minha camisa azul, e fui para o Grande Hotel, aquele que destruíram na rua da Bahia com Augusto de Lima, encontrar meu amigo e companheiro de Iate, João Garcia. Rico, de família rica lá de Uberaba, éramos contemporâneos de escola, a velha Escola de Direito, depois apelidada de “vestusta”, pela sua antiguidade e pela sua tradição que começou em Vila Rica, depois Ouro Preto. Os estudantes pobres ou remediados moravam em repúblicas ou pensões. Os mais prósperos, hospedavam-se no melhor hotel da nossa então tranquila e amena cidade. João Garcia era um deles. Recordo-me que cheguei ao hotel e ele, olhando para meus pés, deu a sentença: “Este sapato marron não combina com o traje de marinheiro”. Tinha toda a razão, mas eu não tinha, e nunca usei, sapato branco. A solução veio

rápida: “Vamos ao meu quarto, tenho outro par de sapatos brancos, e nosso número é o mesmo”. E lá fomos nós, de carro de praça (os táxis daqueles tempos), para o Iate. Mas a menina que eu procurava já tinha voltado para casa, com sua irmã, seu cunhado, que dormia sempre cedo. Fiquei lá a noite e a madrugada tentando participar dos cordões animados. Na volta para casa, perdi-me do João Garcia. Voltei com um colega amigo, que tinha já o seu carro próprio, Lúcio Pentagna Guimarães. Que ao me deixar diante de minha casa, na Rua Aimorés, entre São Paulo e Rio de Janeiro, brindou os que já dormiam no quarteirão, meus pais e irmãos, inclusive uma vizinha loura e linda, que morava em frente de minha casa, filha de italianos, com uma primorosa exibição de óperas cantadas com sua belíssima voz de tenor.

Mas aquele Carnaval não terminou no Iate, nem na cantoria do grande Lúcio. No dia seguinte, terça-feira, o baile mais famoso era o do Automóvel Clube. A menina lá estaria. Preparei meu traje de quase marinheiro, sem o sapato branco do Garcia, e fui para lá com outro contemporâneo e grande amigo, Celso de Oliveira Santos. Procurei por ela e nada. Eu e Celso portávamos um lança-perfume Rodouro. Era permitido naqueles bons tempos em que a única droga, se assim puder ser chamada, era a “prise” do lança. Os antigos me entendem. Estávamos, eu e ele, num canto do salão, com o lenço perfumado no nariz, quando percebi um braço no meu ombro, a mão do braço tomando o meu lenço. E a voz da menina, condenando a “prise” inocente. E desde aquele dia, o quase carnavalesco passou a ser um feliz e submisso súdito da menina.

Alguém pode querer saber quando tudo isso aconteceu. Posso dizer apenas que o governador era o austero Milton Soares Campos, o prefeito era o grande engenheiro Octacílio Negrão de Lima, o secretário do Interior e Justiça era o nosso professor de Direito Penal, Pedro Aleixo. O presidente, o sério e respeitado general Eurico Gaspar Dutra. O país vivia em paz, sem escândalos, sem corrupção, sem inflação, sem mensalões, sem petrolões, a lei sempre acima dos homens, aplicada por juízes e ministros corretos, isentos, independentes. E para melhor fixar a memória daquele Carnaval, posso afirmar que duas músicas fizeram o sucesso maior, *Não me digas adeus* e *A mulata é a tal*. Que diferença, que saudade!

Uma obra de peso

*Manoel Hygino dos Santos**

Uma obra que não pode faltar às bibliotecas que se prezam. A afirmação corresponde perfeitamente ao *Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história*, lançado recentemente em Belo Horizonte, pelo Instituto Cultural Amílcar Martins, na Coleção Memória de Minas.

Antes de ingressar propriamente no tema, convém dizer da importância do Instituto presidido pela Sra. Lúcia Flecha de Lima, e de que são diretores os irmãos Amílcar Vianna Martins Filho, nosso confrade na Academia Mineira de Letras, e Roberto Borges Martins, nomes conhecidos à suficiência nos meios culturais e a que se devem iniciativas e empreendimentos que muito honram os mineiros.

O ICAM, com instalações na Rua Ceará quase com Contorno, dispõe de um acervo esplêndido sobre a história de Minas e exige uma visita de reconhecimento, que despertará ou aguçará o interesse de todos os que amam a história de nossa terra e de nosso povo.

Dentro de sua linha de atuação, o Instituto lançou o *Novo Dicionário Biográfico*, por justificáveis razões. Uma delas, como está na apresentação da obra, é não incluir “apenas biografias de membros de elite política, mas sobretudo de outras personalidades que se destacaram em diferentes atividades, no território mineiro”.

* Jornalista, escritor, da Academia Mineira de Letras. Ocupa a cadeira 23.

Assim se programou, assim se fez, com rigoroso cuidado. Na relação dos biografados, há mineiros natos ou pessoas que aqui se radicaram e ganharam projeção em suas respectivas atividades. Há gente de vários ofícios: escritores, poetas, historiadores, artistas plásticos, artesãos, músicos, dançarinos, atores, cineastas, cantores, profissionais liberais como médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, militares, professores, cientistas e pesquisadores, que vieram sobretudo da Europa para um novo descobrimento do Brasil, aquele que Cabral e Pero Vaz de Caminha sequer imaginariam.

Coordenado por Amílcar Vianna Martins Filho, o trabalho resulta dos esforços de uma equipe do mais alto nível no cenário cultural de Minas, cujos nomes me sinto no dever de enunciar: Vera Alice Cardoso Silva, João Antônio de Paula, Alexandre Cunha e Marcelo Godoy, docentes da UFMG; pesquisadores Maria do Carmo Salazar Martins, Cleber Araújo Cabral e Cristina Ávila; e os estagiários André Sander Diniz, Fabiana Rachid Viana, Janine Rodrigues Rangel de Assis, Luiz Felipe Bruzzi Curi, Mariana de Moraes Silveira, Miguel Vitor Tavares, com papel significativo na elaboração do trabalho, peça agora indispensável aos estudiosos do país, particularmente de Minas.

Não se permitirá esquecer que a edição se deve ao apoio da CEMIG e da CBMM, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a que aliás se devem patrocínio e participação na concretização de outros importantes projetos na área da história das artes e das ciências.

O que o estudioso não encontrará possivelmente em livros, obrigando-se a uma demorada e exaustiva pesquisa nos jornais da época, poderá ser encontrado com facilidade e suficiente conteúdo, no *Novo Dicionário*, que – além de novo, é bom e útil. É livro pesado, pela carga material, como comentei com o autor, mas também pela riqueza do conteúdo em suas mais de quinhentas páginas.



A menina da ilha*

*Carmen Schneider Guimarães***

Destino é uma coisa difícil de entender-se.

A jovem de 12 anos encontrava-se no cais do porto, onde, após as aulas, pegava a lancha que atravessava a baía de Vitória, e a deixava em Paul, local em que tomaria o bonde para o segundo tempo do trajeto diário, de ida e volta. Naquele dia, um alarido diferente preenchia os ares da capital espírito-santense. Meninos-jornaleiros bradavam: “GUERRA! GUERRA! A ALEMANHA INVADIU A POLÔNIA!”.

Até chegar em casa, e ouvir do pai as explicações que ele acabara de captar nas ondas do rádio, onde colava o ouvido para perceber melhor o teor das alarmantes notícias, fugindo dos “estáticos”, a jovem não atinara com a importância dos berros dos meninos que vendiam jornais, pois era esse o hábito da época. Ela pensava: “Que temos nós a ver com isso, já que a guerra é em outro mundo, isto é, na Europa?” Mas ela se enganava. Daquela invasão tão distante, surgiria para ela o rumo de sua vida.

Alguns anos mais tarde, o presidente Getúlio Vargas, coagido (já que demonstrava certa simpatia pelas ideias do Führer), decidiu declarar guerra à Alemanha, a partir de pressões internas, motivadas por torpedeamentos de navios nossos, nas costas do país. O Exército Brasileiro formou legiões de “Expedicionários”, que seguiam para a

* Publicado no jornal *Folha do Povo*, de Itaúna, dias antes de a autora receber a outorga da Câmara Municipal, no Grande Teatro da Universidade de Itaúna.

** Da Academia Mineira de Letras, cadeira n. 5. É membro do Conselho Fiscal da Universidade de Itaúna.

Itália, a fim de combater as tropas do denominado “Eixo”, que se compunha das potências da Alemanha, da Itália e do Japão; e os “pracinhas” cantavam, naquele mesmo cais do porto, de onde partiam para o “front” da Segunda Guerra Mundial: “Não permita Deus que eu morra sem que volte para lá. Sem que leve por divisa esse V que simboliza a vitória que virá...”

Os dirigentes militares brasileiros decidiram resguardar também o litoral do país, enviando oficiais e aspirantes a fim de estabelecerem-se núcleos de defesa em ilhas e ilhotas de nossa costa.

De Minas Gerais, em maio de 1943, chegaram dez aspirantes e alguns oficiais, para o Batalhão do Terceiro BC (hoje, Coronel Tibúrcio), sediado em Vila Velha, e é, exatamente, onde começa esta história. Um daqueles jovens aspirantes, nascido na terra que Gonçalves da Guia palmilhou em primeira mão, a Itaúna que o Tupi nomeou mais tarde, apaixonado, ele mesmo, tornou-se o protagonista desta novela.

Quatro anos mais tarde, conforme promessa ao pai da escolhida, o Segundo Tenente e bacharel recém-formado, José Luiz Gonçalves Guimarães, foi buscar a “Menina da Ilha” – que vivera sempre cercada de água por todos os lados, para acomodá-la entre montanhas e vales.

A moça trocou a paisagem marinha, a imagem laboriosa dos pescadores espírito-santenses, pelos boiadeiros das terras e faiscadores dos rios mineiros. Situou-se naquele peito de ferro, com um nobre coração de ouro, na metáfora do poeta.

Em mãos, hoje, sessenta e cinco anos mais tarde, com muito orgulho, a Certidão de Nascimento que o povo santanense me outorgou, pelo voto da sua egrégia Câmara Municipal, em 13 de maio de 2014.

Vim buscar, em 1949, aconchego e pedir pousada, e recebo, além de tudo, amor e carinho, já que sou eu mesma, aquela “jovem da ilha”. Não posso dizer mais nada – apenas que me sinto feliz por nascer de novo, na terra de meu marido, onde criei cinco filhos e arregimentei para minha biografia afetiva um contingente de amigos, agora irmãos de berço. Esta é minha nova certidão de vida, recebida em 1º de novembro de 2014, em Itaúna, na Sant’Ana do Rio São João Acima, nesta comuna brilhante, de nobres e valorosos conterrâneos.

Carnaval: uma forte expressão da história

*Roque Camêllo**

História e Carnaval são duas palavras nascidas da mesma mãe, a língua latina, e ambas só existem em razão da existência humana. Ninguém se refere, por exemplo, à História do Sol, de Marte, de Plutão, de uma Galáxia etc., etc. até que recebam a presença do homem. Ao longo de nossa trajetória, fomos aprendendo a nos mostrar, individual e coletivamente, a fazer, a construir, a evoluir, a expressar sentimentos. É a História que se transforma em Cultura, identidade do indivíduo e dos povos. Entre nossas diversas expressões culturais, uma é marcante: o CARNIVAL.

Nos tempos medievais, se escrevia CAROVALE, significando “adeus à carne” porque, após a sequência de festas profanas, as pessoas se recolhiam em jejum. Com o poder de tudo transformar, o jejum se tornou alegria e um tempo de bem-querer. Mais engenhosos e criativos, os brasileiros, desde o século 19, vem fazendo do carnaval a grande festa da integração e da unidade social, verdadeira democracia. Nasceram os “Blocos” e as “Escolas” como forças institucionalizadoras desse movimento essencialmente cultural. Assim, se chega ao Salgueiro, sobrenome do português Domingos Alves Salgueiro, ali residente. No

* Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Presidente da Comissão em Defesa do Patrimônio Histórico da OAB/MG.

alto do Maciço da Tijuca, nasceu o vitorioso Grêmio Recreativo Escola de Samba do Salgueiro que, desde 1954, pisou na avenida, explodindo de alegria os corações cariocas e do Brasil. Não é apenas uma “Escola de Samba”. Cristalizou-se agência fomentadora de Cultura. Basta ler, em seu currículo, os temas de seus enredos. É, sem dúvida, escola de História e Geografia que procura ensinar, pelas alegorias e metáforas, por onde andaram e andam este país e seu povo, pois, quem conhece suas raízes, descobre o caminho de seu destino e cria forças para alcançá-lo. Com isto, ela é palco formador de cidadania.

O Salgueiro já fez muito e vai continuar. Resolveu, inclusive, construir uma Estrada Real que, no passado, ligava Parati a Minas do Ouro. A do Salgueiro busca as montanhas de Minas para a Cidade Maravilhosa, levando para a avenida personalidades de nossa História, Chica da Silva (1963), Chico Rei (1964), Dona Beja (1968) e, agora, iluminando o século 21, DONA LUCINHA, a mulher de mãos mágicas, sábias e abençoadas das quais nasceu o samba enredo de 2015: “Do fundo do quintal, saberes e sabores na Sapucaí”.

É uma justa homenagem à amada professora da zona rural da Vila do Príncipe, cidade do Serro, a primeira do Brasil a receber, em 1938, o título de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dona Lucinha ensinava às crianças a importância do alimento, simples que fosse, para o corpo e o sentido do alimento para a alma quando o ingrediente é o amor. Tinha razão. Alimentar-se é ato de nobreza ao partilhar com o Criador a construção da vida. O Brasil conhece muito bem esta mulher guerreira, sempre preocupada com os menos afortunados. Criou 11 filhos, dividindo amorosamente a responsabilidade com o companheiro de todas as horas, Marcílio Nunes.

A chama do fogão que ela acendeu, lá nos cantinhos do Serro, não se apagou. Tornou-se livro, programa de televisão, belos restaurantes e vai esquentar e perfumar a Sapucaí, abrindo o apetite de alegria de milhares nas arquibancadas e camarins e milhões no Brasil.

Quando? Quando a dupla de carnavalescos Renato e Márcia Lage, realizando seu sonho em 2015, e os 3.500 componentes da “Vermelho e Branco” colocarem seus pés dançantes na passarela sagrada do samba

cujo nome homenageia outro mineiro do Império, que muito realizou pelo país. A cada ano, naquele quarteirão festivo do Rio de Janeiro, o carnaval celebra também a memória do Marquês de Sapucaí, nascido em Nova Lima, cidade integrante da Estrada Real e onde reinou o ouro e reina a boa comida como na Vila do Príncipe, o Serro da Dona Lucinha. De onde estiver, ouvindo a bateria do Salgueiro, o velho e bom Marquês cantará com a multidão: “Prepara a mesa, bota a fé no coração / Numa só voz vai meu samba em louvação / É o meu Salgueiro com gosto de quero mais / Oh, Minas Gerais!”

Explode, coração, porque não haverá jejum de alegria!



O jurista e filósofo Clóvis Beviláqua

*Rogério Medeiros Garcia de Lima**

Introdução

Este trabalho aborda a vida e obra do grande jurista e filósofo brasileiro Clóvis Beviláqua.

Nascido em Viçosa, estado do Ceará, trazia nas veias a mistura de sangue italiano, português, indígena e brasileiro.

Ao iniciar o curso de Direito, interessava-se por política e literatura. Depois de formado, revelou-se a vocação pelos assuntos jurídicos e filosóficos. Foi professor da Faculdade de Direito do Recife.

Casado com Amélia, levava vida familiar afetuosa e pacata. A família instalou-se definitivamente no Rio de Janeiro, quando Clóvis elaborou o projeto de Código Civil Brasileiro.

Estudioso e disciplinado, trabalhou diuturnamente até morrer.

O pensamento filosófico de Clóvis Beviláqua deve ser compreendido no contexto da Escola do Recife. Esse movimento, que teve como figura central o professor sergipano Tobias Barreto de Menezes, buscou a renovação do pensamento brasileiro, notadamente no campo jurídico, a partir de novas ideias filosóficas.

O denominado culturalismo estava no cerne do movimento recifense. Para Tobias Barreto, cultura é “a antítese da natureza, no sentido de que ela importa uma mudança do natural, no sentido de fazê-lo belo e bom”.

* Doutor em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor do Centro Universitário Newton Paiva e da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Clóvis Beviláqua não foi um filósofo criador e original, mas era dotado de inextinguível habilidade para assimilar o que havia de bom em novas ideias.

Na mocidade, recebeu forte influência do positivismo. Mais tarde, estudou a fundo todos os sistemas e concepções filosóficas. Leu monistas e dualistas, cepticistas e moralistas, enciclopedistas e ideologistas, pessimistas e otimistas, ecletistas e sensualistas, teologistas e misticistas, quietistas e dogmatistas, positivistas e evolucionistas.

O momento áureo da Escola do Recife não está na filosofia, mas na filosofia do direito. Pela primeira, vez em nossa cultura, o direito é transformado em fenômeno histórico, sujeito a desenvolver-se no tempo, ligado à vida.

Beviláqua, autor do Projeto do Código Civil Brasileiro de 1916, ainda influencia intensamente o pensamento jurídico brasileiro. O Superior Tribunal de Justiça, mais alta Corte brasileira para interpretação da lei federal, proclama, ainda hoje, que o jurista há de aplicar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro. Deve levar em conta o estado de coisas existentes no momento em que ela deve ser aplicada, pois somente assim assegura o progresso do Direito, um progresso razoável para uma evolução lenta.

Nascimento e infância

Clóvis Beviláqua foi um notável jurista, filósofo, literato e historiador brasileiro. Nasceu em 4 de outubro de 1859, na cidade de Viçosa do Ceará, a cerca de 350 quilômetros de Fortaleza.

A família Beviláqua tem origem italiana (SCHUBSKY, 2006, p. 20-1). Seu avô paterno, Ângelo Beviláqua, chegou ao Brasil entre o final do século XVIII e o início do seguinte. Instalou-se no Nordeste e se casou com Luiza Gaspar de Oliveira, de ascendência indígena.

O avô materno de Clóvis, José Aires da Rocha, era português, enquanto a avó materna, Maria da Costa Ferreira, nasceu no Piauí.

O pai do jurisconsulto, o padre e político cearense José Beviláqua, foi vigário de sua cidade natal, Viçosa do Ceará, na serra de Ibiapaba, onde manteve união estável com Martiniana Maria de Jesus.

Em seu testamento, José afirmou ter vivido “de portas adentro” com Martiniana, natural do Piauí. Da união, entre outros filhos, nasceu Clóvis. Observe-se que, durante o século XIX, não eram raros elos matrimoniais envolvendo clérigos.

O jurista – verifica-se – trazia nas veias a mistura de sangue italiano, português, indígena e brasileiro. É um exemplo da miscigenação referida por Gilberto Freyre:

“Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (FREYRE, 1983, p. 283).

Clóvis era um menino meigo e, desde a infância, mostrou-se amigo dos animais, notadamente os pássaros. Antes de completar dez anos, aprendeu as primeiras letras com o pai, padre José. Inclusive rudimentos de francês e latim (SCHUBSKY, 2006, p. 24).

Formação em Direito

Clóvis iniciou os estudos na Faculdade de Direito do Recife, em 1878. Graduou-se em 1882.

Nos anos iniciais da faculdade, seu interesse era totalmente voltado para a política e a literatura, mais especificamente a crítica literária.

No final do curso, Clóvis passaria a manifestar gosto e vocação pelos assuntos jurídicos e filosóficos. Ao longo da vida, depois de formado, sua produção intelectual multifária desabrocharia em diversos sentidos.

Em seus estudos políticos e literários, emergiu o vigoroso defensor dos ideais republicanos e abolicionistas. Ainda em 1882, participou do Clube Republicano Acadêmico e colaborou com o jornal desse agrupamento estudantil, *A República*.

Sob a influência de vultos da inteligência brasileira, especialmente dos pensadores, juristas e escritores sergipanos Tobias Barreto e Sílvio

Romero, Clóvis vinculou-se à Escola do Recife, grupo filosófico que representou importante renovação de ideias no país. Na realidade, até o advento da Escola do Recife, não havia originalidade no pensamento filosófico nacional, profundamente marcado por visão conservadora e arisca às inovações (SCHUBSKY, 2006, p. 28-30).

Recato e vida familiar

Clóvis Beviláqua casou no Recife, em 1884, com Amélia de Freitas.

Depois de Clóvis ser convidado para elaborar o Projeto do Código Civil, a família fixou residência definitivamente na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo a neta Maria Cecília, o avô Clóvis “era um espírito manso, dedicado à esposa, às filhas e à leitura”. Abrigava mais de vinte mil livros em sua casa, no bairro da Tijuca. Maria Teresa, outra neta, afirma que, à exceção da cozinha e do banheiro, em todos os outros cômodos da residência havia livros: “Nas estantes que iam do chão ao teto, quase três metros de altura, e empilhados pelos cantos”.

O jurista adorava bichos. Seu insólito mundo incluía animais de estimação, às dezenas: gato, cachorro, tartaruga, aves etc. A neta Maria Cecília revela episódio pitoresco. Alguém se dirigira à casa do avô para pegar um parecer por ele concluído. No entanto, Clóvis fez o cliente esperar, porque um gato estava dormindo sobre o volume de papéis. Tranquilamente, avisou: “Vamos esperar o gatinho acordar” (SCHUBSKY, 2006, p. 36-7).

A casa dos Beviláqua era uma espécie de “epicentro do saber jurídico do Rio de Janeiro”. Clóvis recebia diariamente a visita de especialistas e, principalmente, estudantes de Direito.

Nos fins de semana, promovia “almocinhos”. Eram “eventos jurídico-gastronômicos que combinavam a boa mesa e apaixonados debates sobre Filosofia, Sociologia, Literatura e, claro, Direito” (SCHUBSKY, 2006, p. 37-8).

O jurista era apaixonado por Amélia, vivia sempre ao lado da esposa. Ela era escritora e Clóvis rompeu com a Academia Brasileira de Letras,

que ajudara a fundar, em razão da recusa, pela entidade, em aceitar a inscrição de Amélia para disputar a cadeira de Alfredo Pujol (SCHUBSKY, 2006, p. 40).

Inobstante o talento e fama do jurista, Clóvis auferia modesta renda.

Disciplinado, acordava todos os dias, por volta das quatro horas. Tomava o café que ele mesmo preparava e voltava ao quarto para trabalhar. Ali, passava praticamente o dia todo, parando apenas para as refeições ou atender os visitantes.

Morte

Embora debilitado fisicamente, no dia em que morreu, 26 de julho de 1944, Clóvis repetiu o ritual cotidiano. Só não preparou o café, porque estava adoentado. Ainda pela manhã, a filha Floriza entrou no quarto e encontrou o pai caído, morto. Sobre a mesa, estava o último texto que Clóvis havia produzido (SCHUBSKY, 2006, p. 38-42).

Breve passagem pela política

Clóvis Beviláqua, após a proclamação da República (1889), foi eleito deputado da Assembleia Constituinte do seu estado natal. Mudou-se para Fortaleza e colaborou ativamente na elaboração da Constituição do Ceará.

Todavia, foi a única vez que exerceu mandato político: “Convidado, mais tarde, para a Câmara dos Deputados e para o Senado, recusou. Francisco Sá quis indicá-lo para governador do Ceará, mas Clóvis declinou, cedendo a vez a Justiniano de Serpa, e volta para o magistério no Recife, o seu meio intelectual” (ROMÉRO, 1956, p. 55).

Literatura

Clóvis Beviláqua foi notável escritor e crítico literário. Publicou vários ensaios e se tornou conhecido e respeitado nacionalmente. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Ocupou a cadeira catorze, cujo patrono é Franklin Távora.

Carreira jurídica

Escreveu Hermes Lima: “Toda a atuação de Clóvis Beviláqua verificou-se no campo intelectual. A política não o seduziu. Não o seduziu a advocacia. Desde muito moço ocupa-se de questões gerais de filosofia, de sociologia, de direito e de literatura” (ROMERO, 1956, p. 55).

Com dificuldade, conseguiu ser nomeado promotor de justiça em Alcântara, Maranhão. Não primou pela assiduidade e era pouco produtivo (SCHUBSKY, 2006, p. 30).

Em 1889, prestou concurso público e se tornou professor de Filosofia no Curso Anexo da Faculdade de Direito do Recife. A seguir, assumiu a cátedra de Legislação Comparada naquela instituição.

Docente dos mais respeitados, escrevera excelentes livros sobre Direito Civil e Legislação Comparada. Em 1899, Eptácio Pessoa, Ministro da Justiça, convidou-o a escrever o projeto do Código Civil Brasileiro.

José Carlos Moreira Alves, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, assinalou a rapidez impressionante com que Clóvis redigiu o projeto.

Desde a sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro, vindo de Recife, até a elaboração do texto, decorreram aproximadamente sete meses. Teixeira de Freitas, responsável pela primeira tentativa de elaboração de nossa codificação civil, demorou alguns anos, e não chegou a concluir seu projeto, que já tinha mais de quatro mil artigos. Coelho Rodrigues gastou quase três anos, na Suíça, para a feitura do seu projeto. Concluiu Moreira Alves:

“Um Código Civil, como bem dizia o professor Miguel Reale, é em verdade a Constituição do homem comum, porque nele se faz o detalhamento dos aspectos de vida que a todos interessa. Daí, sua importância capital” (SCHUBSKY, 2006, p. 177).

Clóvis Beviláqua foi assessor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, onde, ao longo de muitos anos, produziu excelentes pareceres. Sua casa tornou-se uma espécie de sucursal do Ministério. “Tia Dorinha (a primogênita) contava que, em 1934, o governo instalou aqui uma linha

telefônica exclusiva para que vovô e o jurisconsulto que assumiu o seu lugar, como consultor do Itamaraty, pudessem conversar’, revela Maria Cecília. A linha só teria sido desligada quando Clóvis morreu” (SCHUBSKY, 2006, p. 28-30).

O jurista elaborava também pareceres privados. Eram um alívio financeiro para a família, especialmente depois da sua aposentadoria. Apesar do prestígio alcançado nacional e internacionalmente, Clóvis vivia em situação de penúria. “Mesmo sendo uma fonte de renda essencial, (...) dava pareceres a quem batesse à sua porta, sem pensar nos honorários. Dinheiro não tinha a menor importância.

“Não era raro aparecer alguém aqui para pagar por um parecer que ele nem sequer lembrava que tinha feito, acentua Maria Teresa” (SCHUBSKY, 2006, p. 38).

Em suma, o jurista, professor e político San Tiago Dantas cunhou a expressão “oráculo” para se referir a Clóvis Beviláqua, quando discursou durante sessão da Câmara dos Deputados, de 5 de outubro de 1959, em homenagem ao centenário de nascimento do jurista cearense (SCHUBSKY, 2006, p. 142-143).

O pensamento filosófico de Clóvis Beviláqua

Não se compreende o pensamento filosófico de Clóvis Beviláqua fora do contexto da Escola do Recife, tantas vezes mencionada neste colóquio.

Esse período de efervescência intelectual, na capital pernambucana, coincide com a chamada “Questão Coimbrã”. Foi um movimento, na Universidade de Coimbra, em Portugal, de renovação literária e ideológica, que tinha entre os protagonistas Antero de Quental (SARAIVA e LOPES, s. d., p. 824, 829 e 851; MÓNICA, M. F., 2001, p. 23-24; COUTINHO, Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 nov., 2014).

A figura nuclear da Escola do Recife era o professor sergipano Tobias Barreto de Menezes, que ingressou em 1882, por concurso, como professor daquela faculdade:

“Encarnou a luta entre o escolasticismo formalista de uma tradição jurídica imóvel e as últimas correntes laicizantes e revolucionárias que

Tobias desejava encarnar. Foi o maior animador intelectual da época, (...) segundo seus discípulos Sílvio Romero e Graça Aranha” (PAES e MASSAUD, 1967, 51-52).

Para Fernando de Azevedo, Tobias Barreto, sem ser filósofo ou pensador original, mas antes agitador de ideias e destruidor de rotinas, prestou à cultura nacional serviços assinalados. Atraiu a atenção para os estudos filosóficos, vulgarizou os autores alemães e contribuiu, como nenhum outro, para a renovação das concepções jurídicas no Brasil:

“A sua coragem indômita e o gosto pela luta que o arrastavam a polêmicas, quase sempre violentas e bravias, como as de Sílvio Romero, outro admirável debatedor de ideias, se lhe tiraram a serenidade para as obras de criação, formaram em torno de seu nome uma atmosfera de batalha e lhe permitiram fazer uma pequena revolução intelectual, de libertação do espírito, numa atmosfera carregada de preconceitos” (AZEVEDO, 1964, p. 340).

As primeiras faculdades de direito surgiram para preparação dos quadros políticos e administrativos do Império brasileiro, logo após a Independência.

Com elas, era superada a desvantagem de continuar a tê-los formados, com mentalidade reinol, pela Universidade de Coimbra.

Essa mentalidade ainda estava presente nas sebtas didáticas coimbrãs, associadas às exegeses conservadoras da legislação das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas do Reino de Portugal (CHACON, 2008, p. 11-12).

André Rebouças scandalizava-se, em 15 de maio de 1864, diante do atraso da Instrução Pública em Pernambuco:

“Os lentes da Escola de Direito são quase pela mor parte ultramontanos. O direito natural é aí ensinado por Pe. Ventura Caparelli. (...) Os alunos são irmãos de Nossa Senhora do Bom Conselho. Acompanham as numerosas procissões do Recife, vestidos de casaca preta, com opa e trazendo pendentes do pescoço uma medalha com as armas da Escola presas a uma fita vermelha” (CHACON, 2008, p. 89).

A Escola do Recife reagiu principalmente com Jhering e Kant:

“A reação foi iniciada pelos próprios estudantes em ruidosos e frequentes protestos, e aprofundou a movimentação com ‘um bando de ideias novas’ na sua definição por Sílvio Romero, rumo à elaboração do Código Civil de Clóvis Beviláqua e Código Penal de Virgílio de Sá Pereira, aquele aceito nos começos da Primeira República, este recusado ao seu término” (CHACON, 2008, p. 11-12).

Para Antonio Paim, a preferência pela vida espiritual, no que ela tem de mais nobre e elevado, caracteriza o projeto da Escola do Recife. Reformar o país é alterar e redirecionar essa camada mais alta de sua tradição cultural, inclusive a meditação de caráter ético.

No plano filosófico, a Escola do Recife soube se situar no momento de interseção em que viveu, quando a filosofia se defrontava com a onda positiva contestadora de sua validade.

A Escola do Recife desenvolveu interesse pela produção intelectual brasileira, herdada dos primeiros românticos. Despe-a, contudo, da feição ingênua de que se revestira. Esse trabalho assume a forma de inventário. Pretende-se científico e duradouro.

À Escola do Recife pode ainda ser atribuído o mérito de ter lançado as bases da sociologia brasileira.

No entanto, fracassaram as incursões da Escola do Recife na arena política. A única reforma institucional importante que lhe pode ser atribuída é a elaboração do Código Civil de 1916, devida a Clóvis Beviláqua (PAIM, 1997, p. 94-96).

Miguel Reale denominou de culturalismo o movimento, característico da Escola do Recife, que elegeu a filosofia como elemento unificador da variada incursão promovida nos diversos componentes da vida social.

Para Tobias Barreto, a cultura é “a antítese da natureza, no sentido de que ela importa uma mudança do natural, no sentido de fazê-lo belo e bom”. Designa pelo nome geral de natureza “o estado originário das coisas, o estado em que elas se acham depois do seu nascimento, enquanto uma força estranha, a força espiritual do homem, com sua inteligência e vontade, não influi sobre elas e não as modifica” (PAIM, 1979, p. 62 e 65).

Tobias Barreto acompanhou a mudança processada na ideia de cultura elaborada na Alemanha. Kant e Hegel permitiram-lhe, cada um a seu modo, compreender a cultura como objeto filosófico. Incluía a capacidade humana de estruturar projetos racionais, base da meditação filosófica. Tobias observou as consequências negativas de se reduzir cultura a uma categoria restrita da ciência sociológica, conforme entendiam os positivistas. Compreendeu-a como expressão de valores e, assim, chegou a um conceito de cultura abrangente da ideia de que se trata de uma forma de controle e aperfeiçoamento do homem e de um resultado da ação:

“A sociedade enquanto conjunto de pessoas em movimento decide pelos valores, formula-os como expressão histórica. Devemos compreender a cultura como um elemento capaz de impor ao sujeito o autoaperfeiçoamento. A cultura passa a ser entendida como um sistema de forças que tem objetivos éticos. A prática cultural provoca a eliminação das anomalias da vida social, e o conceito de seleção natural empregado por Darwin ganha o sentido de uma seleção ética, jurídica, religiosa, intelectual, estética, cuja orientação contraria a noção de evolução biológica” (CARVALHO, 2011, p. 82-83).

Clóvis Beviláqua sintetizava:

“Assim como o lago, cristalino ou turvo, reflete o firmamento, cada um de nós reflete, fraca ou fortemente, o espírito dominante na época em que vive, porque o homem é parte componente do meio social, cuja influência necessariamente recebe” (ROMÉRO, 1956, p. 17).

O pensador cearense era cético ao afirmar:

“É bem verdade que não podemos apresentar no Brasil um filósofo que incontestavelmente tenha dado contribuição original e indispensável ao pensamento filosófico e científico da humanidade, a ponto de provocar em Tobias Barreto a afirmação de que: ‘Não há domínio algum da atividade intelectual em que o espírito brasileiro se mostre tão acanhado, tão frívolo e infecundo como no domínio filosófico’ (Tobias Barreto – *Questões Vigentes* – pág. 245). E o pensador sergipano tinha razão na época em que escreveu, porque pode-se afirmar, em face de indagação histórica, que a Filosofia, nos três primeiros séculos de nossa existência,

foi totalmente estranha na literatura nacional, devido ao abandono da colônia, e, ainda mais, ao atraso da metrópole, em relação ao pensamento filosófico da época. Foi preciso avançar quase um século mais, para que se deparasse com algum produto desta ordem, e, assim mesmo, como uma pequena realidade.

“Entretanto, se nada criamos de original no domínio filosófico, refletiu sempre a nossa mentalidade, mais ou menos intensamente, com firmeza de convicção variável, as tentativas de interpretação do mundo que a ciência universal engendra. Ao tempo em que escrevia Tobias aquelas palavras, estávamos assistindo ao mais brilhante surto, que, no campo filosófico, até então, havíamos conhecido; e, porque Portugal não tinha filósofos, era natural que as nossas vistas se voltassem para outros países, principalmente a França, que, desde longos anos, tem sido a nossa metrópole intelectual, apesar das concessões mais francamente feitas, agora, à literatura alemã, à inglesa, à italiana e à russa” (ROMÉRO, 1956, p. 169).

Clóvis não foi um filósofo criador e original, mas era dotado de inextinguível habilidade para assimilar o que havia de bom em novas ideias (ROMÉRO, 1956, p. 170).

Foi um livre pensador e definiu filosofia como “a mais alta generalização dos conhecimentos humanos fornecidos pela ciências particulares”. Para ele, o “caráter essencial da filosofia, o que a distingue de todos os outros conhecimentos, é a universalidade” (ROMÉRO, 1956, p. 171 e 198).

Ainda moço, foi influenciado pelo grande movimento filosófico nascido e propagado na França, sob a influência de Auguste Comte. Esse movimento repercutiu no Brasil através dos grandes vultos de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Atraiu figuras das mais representativas da cultura brasileira, como Benjamin Constant, Martins Júnior, Clodoaldo de Freitas, Pereira Barreto e tantos outros, quase todos adeptos do regime republicano (ROMÉRO, 1956, p. 172).

A proclamação da República no Brasil, em 1889, decorreu de um movimento militar inspirado pelo ideário positivista. A bandeira nacional, desde então, ostenta o dístico “Ordem e Progresso”:

“Os oficiais que se reuniam (à volta do Marechal Floriano Peixoto) possuíam outras características. Eram jovens que haviam frequentado a Escola Militar e recebido a influência do positivismo. Concebiam sua inserção na sociedade como soldados-cidadãos, com a missão de dar um sentido aos rumos do país. A República deveria ter ordem e também progresso. Progresso significava (...) a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações” (FAUSTO, 1994, p. 246).

No Rio, onde fez estudos preparatórios, recebeu Clóvis Beviláqua os primeiros ensinamentos do positivismo, por intermédio dos trabalhos de Miguel Lemos, mas se firmou na doutrina no Recife, lendo o próprio Comte. Aprimorou seus conhecimentos com o estudo dos trabalhos de Littré e S. Mill, os dois maiores comentaristas do positivismo.

Mais tarde, estudou a fundo todos os sistemas e concepções filosóficos, lendo monistas e dualistas, cepticistas e moralistas, enciclopedistas e ideologistas, pessimistas e otimistas, ecletistas e sensualistas, teologistas e misticistas, quietistas e dogmatistas, positivistas e evolucionistas. Decorrido algum tempo, Clóvis Beviláqua notou algumas falhas na doutrina do positivismo e passou a se dedicar ao transformismo darwínico, depois ao monismo haeckeliano, para terminar firmando-se no evolucionismo spenceriano, talvez devido à influência de Tobias Barreto e Sílvio Romero, que a princípio foram também comtistas.

Entretanto, Clóvis não se submeteu incondicionalmente ao grande pensador inglês, naqueles pontos em que o evolucionismo ainda não conseguiu convencer plenamente, nem calar as rebeldias da crítica, como na classificação dos conhecimentos humanos, na teoria sobre o desenvolvimento das ideias religiosas e na tentativa de conciliação entre a religião e a ciência (ROMÉRO, 1956, p. 172).

Considerava o agnosticismo, sem dúvida, uma das notas fundamentais da filosofia deste século:

“Porém o sábio que afasta em todos os domínios da natureza a intervenção do sobrenatural não poderá, sem notável inconsequência, fazer do que ele ainda não conhece uma redoma onde vá colocar um princípio que ele ainda conhece menos.

“Prefiro considerar a religião como uma criação fundamental do espírito humano sim, porém que emudece quando o verdadeiro sábio a interroga sobre as dúvidas que lhe atormentam o espírito indagador’ (Clóvis Beviláqua – *Sílvio Romero* – Lisboa, 1905 – pág. 41)” (ROMÉRO, 1956, p. 197-198).

Em síntese:

“Clóvis Beviláqua foi um espírito aberto à compreensão e à tolerância ideológica, mesmo quando seu pensamento era divergente. Não fez da Filosofia o maior motivo de suas preocupações mentais; mas durante vários anos teve nela um objetivo consciente de realização, estruturado e definido através de páginas que evidenciam uma inteligência superior. Foi o direito que atraiu, em definitivo, o seu espírito; jamais, porém, abandonou a visão filosófica dos problemas humanos na pesquisa jurídica. A sua obra de jurista tem sangue de pensador da Filosofia: é uma das raízes mais penetrantes de sua grandeza”. (NOGUEIRA, 1959, p. 45-46).

A filosofia do direito em Clóvis Beviláqua

Para Antonio Paim, o momento áureo da Escola do Recife não está na filosofia, mas na filosofia do direito. Pela primeira, vez em nossa cultura, o direito é transformado em fenômeno histórico, sujeito a se desenvolver no tempo e ligado à vida. Tobias Barreto, seguindo Jhering, mas igualmente contribuindo com ideias próprias, proclamou que, “no imenso mecanismo humano, o direito figura também como uma das peças de torcer e ajeitar, em proveito da sociedade, o homem da natureza”. Não mais o direito natural abstrato e divinizado, mas o fenômeno histórico, produto cultural da humanidade, ligado à violência e à luta. Numa expressão magistral Tobias Barreto diria que “a força que não vence a força não se faz direito; o direito é a força que matou a própria força” (PAIM, 1997, p. 96).

Prossegue Barreto:

“Dizer que o direito é um produto da cultura humana importa negar que ele seja, como ensinava a finada escola racionalista e ainda hoje sustentam os seus póstumos sectários, uma entidade metafísica, anterior e superior ao homem.

“A proposição do programa é menos uma tese do que uma antítese; ela opõe à velha teoria, fantástica e palavrosa, do chamado direito natural, a moderna doutrina positiva do direito oriundo da fonte comum de todas as conquistas e progressos da humanidade em seu desenvolvimento.

“(…) Quando, pois, dizemos que o direito é um produto da cultura humana, é no sentido de ser ele um efeito, entre muitos outros, desse processo enorme de constante melhoramento e nobilitação da humanidade; processo que começou com o homem, que há de acabar somente com ele, e que aliás não se distingue do processo mesmo da história” (BARRETO, 2001, p. 31-33).

Clóvis Beviláqua também assinalou suas concepções jurídicas:

“Não é preciso discutir agora as diferentes definições dadas ao direito por filósofos e juristas. Seria ocioso. Como resultado de indagações anteriores, estabelecamos que, sociologicamente, o direito é uma regra social obrigatória, quer sob a forma de lei, quer sob a de costume. É desse ponto de vista que JHERING o define: ‘complexo das condições existenciais da sociedade, coativamente asseguradas pelo poder público’. Olhando-o por esse mesmo aspecto, disse STAMMLER que o direito não é mais do que ‘o modo pelo qual os homens realizam, em comum, a sua luta pela existência’. (...)”

“Era preciso dar ao direito maior elasticidade, para que ele não fosse um entrave à evolução social, que, afinal, depois de alguma resistência, passaria por cima da lei assaz rígida, desorganizando a função normal das fontes jurídicas dos tempos modernos. Percebeu-o, inteligentemente, um dos mais ilustres mestres da Faculdade de Paris, BUFNOIR. Compreendendo que o direito oferece uma extensão maior do que a dos textos, e que não é a lógica o único instrumento de que se deve servir o intérprete, ensina que ‘a ciência do direito deve dobrar-se às exigências da vida real, e a solução que preconiza é a mais em harmonia com as

necessidades e as tendências da sociedade, no meio da qual desenvolve as suas doutrinas.’. Esta orientação é seguida por SALEILLES, que desenvolve o ponto de vista do BUFNOIR; por GENY, que dá um passo adiante e quer estabelecer o prestígio da livre indagação científica, ‘inspirando-se nos resultados fornecidos por todas as disciplinas, que, analisando o mundo social, revelam, na sua estrutura íntima e nas suas exigências profundas, o que se pode chamar de natureza positiva das coisas; por LAMBERT, o profundo e erudito escritor do ‘Droit civil comparé’, e por muitos outros.

“Esta feição nova da doutrina em França e as audácias crescentes de jurisprudência, mostram, de um lado, que as ideias sobre interpretação já não satisfazem mais hoje as exigências do momento; que a lei não é a fonte única do direito; e que a vida social reage incessantemente sobre o direito” (BEVILAQUA, 1976, p. 17, 18, 47 e 48; grifos no original).

A grande contribuição do jurista Clóvis Beviláqua – um dos maiores, senão o maior que o Brasil conheceu – ainda se faz presente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a mais alta Corte nacional para interpretação da lei federal:

“O jurista, salientava Pontes de Miranda em escólio ao Código de 1939 XII/23, ‘há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro’. ‘Para cada causa nova o juiz deve aplicar a lei, ensina Ripert (*Les Forces Créatives du Droit*, p. 392), considerando que ela é uma norma atual, muito embora saiba que ela muita vez tem longo passado’; ‘deve levar em conta o estado de coisas existentes no momento em que ela deve ser aplicada’, pois somente assim assegura o progresso do Direito, um progresso razoável para uma evolução lenta” (trecho do voto do ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, relator do Recurso Especial nº 196-RS, in *Revista dos Tribunais*, vol. 651, janeiro de 1990, pp. 170-173).

Referências bibliográficas

AZEVEDO, F. de. *A Cultura Brasileira – Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, Obras Completas, vol. XIII, 4ª ed., 1964.

BARRETO, T. *Introdução ao Estudo do Direito – Política Brasileira*. São Paulo: Landy, 2001.

BEVILAQUA, C. *Teoria Geral do Direito Civil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª ed., revista e atualizada por Caio Mário da Silva Pereira, 1976.

CARVALHO, J. M. de. *Miguel Reale: Ética e Filosofia do Direito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CHACON, V. *Formação das ciências sociais no Brasil* (Da Escola do Recife ao Código Civil). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2ª ed., 2008.

COUTINHO, João Pereira. *Eça agora!* Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 nov., 2014, Caderno Ilustríssima, p. 4-5.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Educacional, 1994.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 22ª ed., 1983.

MÓNICA, M. F. *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NOGUEIRA, A. *O pensamento filosófico de Clóvis Beviláqua*. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1959.

PAES, J. e MASSAUD, M. (organizadores). *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.

PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PAIM, A. *A Escola do Recife – Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil*. Londrina: Editora UEL, vol. V, 3ª ed., 1997.

REALE, M. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 15ª ed., 1993.

ROMÉRO, L. *Clóvis Beviláqua*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

SARAIVA, A. J. e LOPES, Ó. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora Ltda., 4ª ed., sem data.

SCHUBSKY, C. *Clóvis Beviláqua: um senhor brasileiro*. São Paulo: Lettera.doc, 2010.



O Barroco de Gregório de Mattos

*Maria Natalina Jardim**

Alimento com entusiasmo minha admiração pela estética do barroco em suas diversas expressões nas artes visuais, no teatro e na música, como também no barroco literário. A arquitetura, a pintura e a escultura, especialmente valorizadas pela pompa ornamental das igrejas, e a literatura, cheia de arrebatamento nos textos plenos de arreoubs saltitantes e extravagantes, em flagrante instabilidade, constituem modalidades da arte barroca que se fundem, num mixto de atração e exaltação, com suas variações para o *rocaille* e o rococó.

Incontestavelmente, uma riqueza. Cresce o meu interesse pela arte barroca cada vez que visito nossas cidades históricas. Um apelo emocional me invade quando, nelas, me deixo retroceder aos séculos 17 e 18 para constatar o início da libertação artística, em plena afirmação de nacionalidade, momento em que nossos artistas trabalharam a pedra-sabão e cobriram com o ouro das nossas minas os interiores das igrejas. Afinal, um gesto de brasilidade.

A aristocracia neoclassista do século 18 rejeitava o barroco, então tido como arte de mau gosto, por sua exuberância e apelação para o dramático. Utilizado na literatura desde o século 16, esse movimento parece não ter sido tão significativo para as letras como o foi para as artes

* Escritora, da Academia Feminina Mineira de Letras.

visuais, que formam majoritariamente o acervo artístico-cultural tanto da Europa, quanto do Brasil. A partir do século 19 foi que o barroco firmou verdadeiramente seu conceito literário, embora, muito antes, já fosse manifestado na poesia, na oratória sacra e na prosa laudatória por muitos de seus adeptos.

A linguagem pomposa, rebuscada e paradoxal do barroco insinuava um sentido pejorativo, o texto surgindo sem método e sem lógica, com a preocupação de salientar contrastes e imagens fora da realidade. No Brasil o barroco encontrou expressão na poesia de Gregório de Mattos e na tribuna sacra do Padre Antonio Vieira. Aquele, o poeta satírico hoje reconhecido como o mais importante da língua portuguesa no período barroco; este, o orador sacro cujos Sermões enaltecera a língua portuguesa pelo resto do mundo.

Respeitadas as divergências que há sobre as datas de nascimento e falecimento, segundo historiadores baianos contemporâneos, consta que Gregório de Mattos e Guerra nasceu em Salvador em 1636 e morreu no Recife aos 59 anos de idade. Diplomou-se em Leis pela Universidade de Coimbra em 1661, depois de cursar Humanidades no Colégio dos Jesuítas, na Bahia. Seguiu a carreira jurídica em Portugal e lá escreveu o notável poema satírico *Marinícolas*, em alusão ao Marinismo, estilo precioso e arrebicado da época, surgido na Itália.

Recebeu influência espanhola de Gongora e Quevedo, dos quais foi acusado de imitador. A riqueza formal de seus escritos, sempre recorrendo aos jogos verbais, às metáforas cultistas – expressões de uma alma patética, dilemática, ambivalente, entre idéias opostas: céu e terra, paraíso e inferno, Deus e diabo, carne e espírito – está adequada ao que exigia a estética do estilo que o caracterizou.

De volta ao Brasil, trocou cargos no Arcebispado por uma vida boêmia e desregrada, passando a dirigir cruel ofensiva à falsa nobreza, sem perdoar o clero, os padres corruptos, toda uma burguesia improvisada, exploradora da Colônia. Para tanto, usava seu alento satírico, o que lhe valeu o cognome de “Boca do Inferno”.

É relativamente difícil classificar escritores e poetas agrupando-os num estilo de época, pois literatura é sempre um processo contínuo,

mutável de acordo com a situação histórico-social reinante. Daí ser um tanto imprudente aceitar Gregório de Mattos exclusivamente como poeta barroco. Seus poemas líricos têm a mesma sensibilidade encontrada nos poemas de grandes poetas do Romantismo e do Simbolismo que, pela religiosidade, mostravam também uma herança barroca.

O caráter barroco da poesia de Gregório de Mattos já se definia quando apresentava lado a lado anseios religiosos, expressões de amor carnal e sátiras mordazes à sociedade e aos governantes. As sátiras, peculiaridade que o notabilizou, eram de cunho corriqueiro e mordaz, tendo influenciado grandes cantadores de cordel. Todavia, ou talvez por isso mesmo, sua produção satírica é valorizada por constituir excelente material de análise do ponto de vista sociológico e sobretudo lingüístico. Em *Verdades Miúdas* descreve, em heptassílabos, o óbvio, no cotidiano universal. Eis um trecho:

Todo chapéu é sombreiro;
As canoas são de pau;
Tudo que não presta é mau;
Quem faz barbas é barbeiro;
Tem cano a pena de pato;
Filho de pardo é mulato;
Mulheres todas são fêmeas;
Duas de um ventre são gêmeas;
No pé se calça o sapato.

As rimas aí vêm, ora intercaladas, ora seguidas, ora ao sabor do momento.

Uma das características de Gregório de Mattos como poeta satírico é o uso do interrogatório, especialmente quando critica, com a mordacidade de sempre, o clero, as autoridades, a sociedade e a cidade. Vejamos:

Que falta nesta cidade? Verdade.
Que mais por sua desonra? Honra.
Falta mais que se lhe ponha? Vergonha.

O Demo a viver se exponha,
Por mais que a fama a exalta,
Numa cidade onde falta
Verdade, honra, vergonha.

Quem a pôs neste recrócio? Negócio.
Que causa tal perdição? Ambição.
E no meio desta loucura? Usura.
Notável desventura
De um povo néscio e sandeu,
Que não sabe que o perdeu
Negócio, ambição, usura

Pela leitura conclui-se: perguntas com a imediata resposta, oriunda do espírito crítico. Ora tercetos, ora quartetos. Os tercetos perguntam e respondem. Os quartetos comentam, criticando.

E nos frades há manqueiras? Freiras
Em que ocupam os serões? Sermões.

E assim vai. A irreverência é sem limites, principalmente em relação a padres e freiras.

Num belo soneto – gênero preferido do poeta para manifestar-se – em versos dedicados a Maria dos Povos, com quem se casou em segundas núpcias, o sentimento pessoal vem retratado no vocativo inicial que reflete a admiração e o afeto próprios dos admiradores da beleza feminina. Ei-lo:

Discreta e formosíssima Maria,
Enquanto estamos vendo a qualquer hora,
Em tuas faces a rosada aurora,
Em teus olhos e boca o sol e o dia:

Enquanto com gentil descortesia
O ar, que fresco Adônis te namora
Te espalha a rica trança voadora,
Quando vem passear-te pela fria:

Goza, goza da flor da mocidade,
Que o tempo trata a toda ligeireza
E imprime em toda a flor sua pisada.

Oh! não aguardes que a madura idade
Te converta essa flor, essa beleza,
Em terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada.

Exaltando a beleza da sua Maria, o poeta compara-a às maravilhas da natureza: o sol, o dia, a aurora. No horror manifestado à ação destruidora do tempo, está nítido o excesso de sentimentos, mais uma de suas marcas.

Apesar de sua tendência maior ter sido calcada no estilo satírico, é no religioso que Gregório de Mattos manifesta maior talento, pelo calor de sua manifestação amorosa para com Jesus. Essa manifestação se dá em outros lindos sonetos, como em *Pecador Contrito aos pés de Cristo crucificado*, aliás, de sua última hora de vida, quando revela o mesmo entusiasmo amoroso dedicado ao Criador por São João da Cruz e Santa Teresa de Ávila, em suas respectivas obras místicas.

Ofendi-vos, meu Deus, é bem verdade,
verdade é, meu Senhor, que hei delinqüido,
delinqüido vos tenho, e ofendido
ofendido vos tem minha maldade.

Maldade que encaminha a vaidade,
vaidade, que todo me há vencido,
vencido quero ver-me e arrependido,
arrependido a tanta enormidade.

Arrependido estou de coração,
de coração vos busco, dai-me abraços,
abraços, que me rendem vossa luz.

Luz, que claro me mostra a salvação,
a salvação pretendo em tais abraços,
misericórdia, amor, Jesus, Jesus!

Reflexo de angústia, este soneto constitui uma confissão sincera, em ânsia declarada de transformação espiritual. Nele foi usada a anadiplose, recurso que retoma a última palavra de cada verso para, com ela, iniciar o verso seguinte. Trata-se de recurso valorizador das palavras-chave, com o que encadeia as idéias em ritmo harmonioso. No final do soneto volta a explosão emocional do poeta.

Meu Deus, que estais pendente de um madeiro, é outra manifestação de um espírito atormentado:

Meu Deus, que estais pendente de um madeiro
em cuja lei protesto de viver,
em cuja santa lei hei de morrer
animoso, constante, firme e inteiro:

neste lance, por ser o derradeiro,
pois vejo a minha vida anoitecer,
é, meu Jesus, a hora de se ver
a brandura de um pai, manso cordeiro.

Mui grande é o vosso amor e o meu delito;
porém, pode ter fim todo o pecar,
e não o vosso amor que é infinito.

Esta razão me obriga a confiar,
que, por mais que pequei, neste conflito
espero em vosso amor de me salvar.

Aqui vemos confirmar o que é dado como uma das atitudes barroquistas de Gregório de Mattos: a inconstância ao retornar à tradição cristã, depois de impiedosas ofensas aos representantes do cristianismo. Os versos, por isso, manifestam o espírito cheio de tensão interna, pela sensação de transitoriedade, resvalando às vezes no pessimismo.

Clérigo que foi, Gregório de Mattos não pôde fugir de sua vocação às coisas de Cristo, mesmo tendo passado grande parte da vida afastado do Seu convívio. O espírito barroco do poeta evidencia-se na vida contraditória que levou. Ao mesmo tempo em que se perdia na devassidão de costumes, era assaltado pelo remorso e se manifestava com exaltação de sentimentos, até reconhecer, submisso, sua pequenez perante Deus. Na esperança da salvação pelo empenho de Jesus em recuperar as almas, como na parábola da ovelha perdida, eis de novo o poeta:

Pequei, Senhor; mas não porque hei pecado,
Da vossa alta clemência me despido;
Porque, quanto mais tenho delinqüido,
Vos tenho a perdoar mais empenhado.

Se basta a vos irar tanto pecado,
A abrandar-vos sobeja um só gemido:
Que a mesma culpa que vos há ofendido,
Vos tem para o perdão lisonjeado.

Se uma ovelha perdida e já cobrada
Glória tal e prazer tão repentino
Vos deu, como afirmais na sacra história,

Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada,
Cobrai-a; e não queirais, pastor divino,
Perder na vossa ovelha a vossa glória.

A linguagem bem trabalhada e o vaivém dos argumentos, em verdadeiro descontrole emocional, tanto serviram para expressar sua

angústia religiosa como para criticar e satirizar. Essa situação contraditória, assim como os paradoxos, as antíteses e as interrogações deram aos grandes críticos da literatura a certeza de que Gregório de Mattos Guerra consolidou no Brasil o desejo de liberdade artística iniciado na Europa, especialmente na Itália. Em sua obra, com grande virtuosismo, salientou os contrastes conceituais da época.



Inconfidência Mineira: vitória da palavra

*Paulo Roberto Pereira**

No Brasil, na fase de transição do estatuto do intelectual oriundo do pensamento da Contrarreforma para o Iluminismo, a disseminação de ideias contrárias à antiga ordem absolutista, divulgada pelos chamados deístas, livres-pensadores ou libertinos, vinda por meio dos livros, dos viajantes e das trocas comerciais, encontraram forte adesão na nascente classe burguesa, que aliava formação intelectual ao poder econômico. Nos centros urbanos das principais cidades do Brasil da segunda metade do século XVIII, particularmente Ouro Preto, Salvador e Rio de Janeiro, o letrado inconformista transforma-se no mazombo jacobino ao tomar consciência da condição colonial, posicionando-se contra a metrópole.

A formação cultural dos filhos da América Portuguesa passava obrigatoriamente pela atividade da Igreja Católica, que controlou o ensino no império lusitano até o advento do governo do marquês de Pombal, a partir de 1750. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, originou-se o ensino laico, mantido pelo Estado, de espírito científico, antiescolástico e impregnado do pensamento moderno por influência do livro *Verdadeiro método de estudar*, do pedagogo Luís Antônio Verney, que teorizava uma reforma geral na educação portuguesa.

* Membro titular da Academia Carioca de Letras e do PEN Clube do Brasil. Curador da exposição “500 Anos de Brasil na Biblioteca Nacional”. Organizou, entre outras publicações, *Cartas chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga (2013).

A modernização da Universidade de Coimbra, a única existente em todo o império lusitano na época, permitiu o aparecimento de uma geração de brasileiros ilustrados que lideraram o processo de autonomia política do país. A vida colonial americana sentiu o reflexo dessa nova mentalidade, que abandonava o iluminismo católico de inspiração italiana, que dominara a vida mental dos “estrangeirados” no reinado de d. João V, e adotava o Iluminismo revolucionário e irreligioso de motivação francesa, simbolizado, sobretudo, nas obras de Voltaire, de Rousseau e de Raynal.

A obra paradigmática do século XVIII da elite letrada no universo colonial americano ante a ação coercitiva da metrópole foi a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, de Guillaume-Thomas François Raynal, conhecido apenas como Abade Raynal. Considerado por muitos como o “Oráculo da Revolução Francesa”, essa obra, publicada inicialmente em 1770, revista em 1774, atingiu sua forma quase definitiva em 1781. Somente na quarta edição, que veio a lume após a morte de Raynal, em 1820, chega à sua versão definitiva, revelando em plenitude as ideias desse pensador que colocou seu texto a serviço da revolução política. Por defender os povos colonizados, foi esse livro, na Europa e nas Américas, fenômeno editorial, conseguindo, entre 1770 e 1787, cerca de setenta impressões. Talvez a explicação para esse sucesso editorial da segunda metade do século XVIII se deva atribuir ao fato de a *Histoire des deux Indes* atacar “a Igreja, a intolerância religiosa, as guerras genocidas de conquistas, a escravidão e o comércio de negros e o governo monárquico centralizado”.¹ Na verdade, o Iluminismo na sua vertente francesa, representado por Rousseau, Voltaire, Diderot, Montesquieu, Raynal, passou a simbolizar para os povos colonizados os ideais de liberdade a que tanto aspiravam. E das muitas obras dos filósofos que propugnavam pela Razão, como condutora dos caminhos da liberdade, se afigura outra do Abade Raynal, tributária da sua *Histoire des deux Indes*, que apareceu

¹ RAYNAL, Abade. *A revolução da América*. Prefácio de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Oswaldo Munteal Filho. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 5.

em Londres em 1781, publicada simultaneamente em inglês e francês, com o sugestivo título de *Révolution de l'Amérique*. As suas inúmeras tiragens, que percorriam os rincões das Américas inglesa, francesa, espanhola e portuguesa, serviram de estímulo aos movimentos de independência dos territórios coloniais, pois “a Revolução da América é o momento em que o direito à rebelião é estendido às colônias, onde é oferecido um modelo de independência capaz de libertá-las do domínio metropolitano e organizá-las politicamente como nações.”²

Por influência da filosofia iluminista surgiu no Brasil do século XVIII um novo tipo de letrado, o mazombo, que questionava politicamente o sistema colonial. A palavra “mazombo”, de provável origem africana, já abonada por Antônio de Moraes Silva, se refere ao indivíduo nascido no Brasil, de pais estrangeiros, especialmente portugueses. Cedo deixou de ser empregada com significado depreciativo, pois, na segunda metade do século XVIII, tinha sentido nativista, conforme se nota no interrogatório do inconfidente Domingos de Abreu Vieira: “Sendo o primeiro cabeça della, (rebelião) o dito Alferes Joaquim José, o qual dizia, que elle Alvarenga, e o dito Tenente Coronel Francisco de Paulo haviam de ser os heroes da acção pois defendiam a sua Pátria: que os *mazombos* (grifo nosso) também valiam e sabiam governar”.³

O termo mazombo, utilizado no Brasil pelos inconfidentes mineiros, teve o seu equivalente na América Hispânica: tupamaro. É um neologismo criado a partir do nome de Tupak Amaru, líder da revolta indígena no Peru em torno de 1780, que significava, no final do século XVIII, sedicioso, rebelde contra o domínio colonial espanhol na América. É nesse sentido que José Basílio da Gama exalta, no “Soneto a Tupac Amaru”, o chefe das tribos incas que se revoltaram contra os castelhanos. Portanto, mazombo e tupamaro, na defesa dos valores americanistas, funcionaram como sinônimos de jacobinos nos movimentos de independência dos países sob o domínio dos impérios coloniais ibéricos.

² Idem, p. 18.

³ In: *Autos de Devassa da Inconfidencia Mineira*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1936, vol. 1, p. 95.

Contudo, o estatuto colonial, coercitivo por sua própria natureza, tornava a atividade intelectual quase proibitiva, motivando a criação de uma literatura autonomista em que o delito de pensar diferente praticado pela *intelligentsia* libertina ajudou a derrocar, no alvorecer do século XIX, o domínio metropolitano.

A produção literária do Brasil no século XVIII teve como constante o nativismo localista de exaltação da terra como estímulo para a tomada de consciência da pátria de nascimento. A realidade americana – a natureza paradisíaca e o índio – descrita pelos letrados que se aliaram às reformas pombalinas, foi utilizada como tema recorrente do nativismo ilustrado. Recorde-se que no projeto da bandeira dos inconfidentes mineiros constava um índio quebrando grilhões.

A Conjuração Mineira representa a mais importante manifestação política ocorrida no Brasil colonial no campo das ideias. O seu perfil nativista baseava-se nas potencialidades do país com suas riquezas agrícolas e minerais; na frustração do mazombo em ver o reinol ocupar os melhores postos na administração pública; na reação da elite econômico-financeira da capitania de Minas Gerais ante o fisco metropolitano; no modelo doutrinário que serviu de base à independência das colônias inglesas da América do Norte; no enciclopedismo filosófico francês, contestador do poder absolutista do Antigo Regime.

Na América Portuguesa, o movimento pela independência da Colônia deixou sua ação refletida nos vários autos de devassa instaurados pelo poder metropolitano, que revela o papel político-ideológico desempenhado pela burguesia liberal ilustrada do Brasil setecentista. Pois o país, que nos dois séculos iniciais de sua colonização crescera muito lentamente, sofreu rápida transformação na centúria seguinte, em virtude do “intenso e rápido povoamento e da urbanização, no século XVIII, de grandes áreas do interior, em decorrência da mineração e atividades correlatas”⁴. Essa riqueza permitiu, em poucos anos, o nascimento de importantes cidades pelo interior do Brasil, como Vila Rica, que em algumas décadas se

⁴ ELLIS, Myriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII. In: *Caderno de Cultura*, Rio de Janeiro: MEC, 124: 45, 1961.

tornou a terceira maior aglomeração urbana do país na segunda metade do século XVIII, e “que teria chegado a abrigar 30.000 habitantes no período áureo da mineração”⁵, só superada por Salvador que contava, aproximadamente, 50.000 habitantes na mesma época. O Rio de Janeiro teria pouco mais de 40.000 habitantes e seu florescimento devia-se ao deslocamento do centro econômico do Nordeste para o Sudeste, tornando-se a nova capital do vice-reinado do Brasil, a partir de 1763.

As raízes da Inconfidência Mineira podem ser identificadas, no século XVIII, pelas ideias consubstanciadas no nativismo localista, tendo como suporte a nascente burguesia nacional de raízes iluministas, refletindo-se, nas obras de alguns participantes do movimento inconfidente, o conflito que os dividia entre a sujeição e a rebeldia, ante o controle da capitania pela metrópole portuguesa. A vida cotidiana de Ouro Preto é o melhor exemplo das relações que aproximavam burocratas da administração colonial, potentados de ouro e diamante, literatos e músicos, arquitetos e escultores, desenvolvendo-se o foco de agitação política que se tornou contrário ao domínio lusitano. Essa cidade cosmopolita de intensa vida urbana e grande mobilidade social, pela riqueza que nela circulava no século XVIII, refletia a ebulição intelectual capaz de absorver novas ideias libertárias:

“Não é inessencial acentuar, para a compreensão da pré-revolução da independência, que a sociedade mineira era essencialmente urbana, e todo o desenvolvimento econômico atendia às necessidades da solicitação urbana. Ela não tem nada a ver com aquela sociedade de Senhores e Escravos, de Sobrados e Mucambos, que se pretendeu fosse generalizada no Brasil. Nem era uma sociedade patriarcal, mas uma sociedade composta de magnatas, palavra muito referida dos documentos da época, gente livre, pobre e escravos.”⁶

Figura típica desse universo em mutação foi a do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que exercera diversas atividades como

⁵ AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. *Boletim*, São Paulo: USP — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 208:51, 1956.

⁶ RODRIGUES, José Honório. De Tiradentes à Independência. In: ---. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 84.

militar, dentista, minerador, mascate e agitador político, que levava sempre consigo um exemplar do *Recueil des loix constitutives des Colonies Angloises confédérées sous la dénomination d'États-Unis de l'Amérique-Septentrionale*,⁷ publicado em 1778 por Claude Ambrose Regnier e dedicado a Benjamin Franklin, a confirmar que “tudo vinha da França ou por via francesa. A hora da América era-nos dada pelo meridiano de Paris”⁸.

A começar pelo nome dado ao movimento ideológico e político acontecido em Minas Gerais na década de 80 do século XVIII – Conjuração ou Inconfidência – pode-se perceber que o tema gerou dissensões. A primeira análise sobre os sediciosos de 1789 à luz dos documentos das devassas, *A História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto de Souza Silva, publicada em 1873, criou celeuma por não mitificar a personagem que assumiu para si a responsabilidade pela divulgação do movimento, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Outros estudiosos também foram às fontes dos acontecimentos procurar um retrato mais próximo dos ideais republicanos do que aquele que planeara Norberto, acusado de faccioso por suas ligações com a monarquia. O resultado foi o aparecimento de uma obra de inegável valor: *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, de Lúcio José dos Santos, que confere maior destaque, dentro do movimento conspiratório, ao “protomártir” da independência brasileira. Mas os estudos sobre a Conjuração Mineira só mudaram de perspectiva quando Afonso Arinos de Melo Franco deu a lume *As Ideias da Inconfidência*, em que, numa síntese admirável, redirecionava sua interpretação: “Movimento de ideias, como é considerada, e com razão, só através delas consegue a Inconfidência ser bem compreendida.”

Após a fase interpretativa, coroada nessas três obras, a maioria do que se editou sobre a Inconfidência Mineira, e especialmente Tiradentes, foram trabalhos repetitivos com intuito panegírico, visando a endeusar o

⁷ MAXWELL, Kenneth (coord.) *O livro de Tiradentes*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

⁸ FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego*. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. p. 40.

valeroso Alferes. Com a publicação, entre 1936 e 1938, dos *Autos de Devassa* pela Biblioteca Nacional, sob a supervisão de Rodolfo Garcia, iniciou-se uma etapa que influenciou, sobretudo, a geração dos historiadores modernistas. Não custa lembrar que os dois principais mestres da história do Brasil da época colonial, Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, pouco ou nada valorizaram o movimento inconfidente de 1789; a ponto de Capistrano lembrar que para o visconde de Porto Seguro “a Conjuração Mineira é uma cabeçada e um conluio”.⁹ Coube a José Honório Rodrigues, sucessor dessa excepcional linhagem que vai da *História Geral do Brasil* aos *Capítulos de História Colonial*, tratar do legado da Inconfidência Mineira em nova perspectiva. Essa fase caminhou em duas direções: uma corrente voltou-se para a análise das fontes primárias, mais acessíveis após a publicação dos *Autos de Devassa*, que teve seu modelo no instigante ensaio de Eduardo Frieiro, *O Diabo na Livraria do Cônego*; outra, paralela das fontes, simbolizou-se na divulgação dos documentos do Arquivo da Casa dos Contos, sob a direção de José Afonso Mendonça de Azevedo, além de trabalhos fundamentais, como os realizados por Herculano Gomes Mathias. A bibliografia exaustiva da Inconfidência Mineira, pelo menos até 1977, foi elaborada pelo saudoso Hélio Gravatá.¹⁰ Depois desse imprescindível repertório apareceu um estudo de extraordinário valor, *A devassa da devassa*, de Kenneth Maxwell, que se tornou referência obrigatória do movimento inconfidente.

As comemorações do bicentenário da Inconfidência Mineira, em 1989, e da execução de Tiradentes, em 1992, ensejaram o aparecimento de diversas obras sobre a conjuração, como o livro *A poesia dos Inconfidentes*, organizado por Domício Proença Filho,¹¹ de que somos um dos colaboradores, que traz um excelente “painel histórico” da

⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos*. 1ª série. 2 ed. Nota liminar José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 89.

¹⁰ GRAVATÁ, Hélio. *Contribuição bibliográfica para a história de Minas Gerais; Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, 1978, 296 p.

¹¹ PROENÇA FILHO, Domício (Org.). *A poesia dos Inconfidentes*. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

Inconfidência Mineira, escrito por Luciano Figueiredo; além de importantes números especiais de revistas resultantes de seminários, como o *IX Anuário do Museu da Inconfidência*;¹² a *Revista Acervo*;¹³ a *Revista do Brasil*;¹⁴ a *Análise e Conjuntura*¹⁵ e os *Anais da Biblioteca Nacional*.¹⁶

As pesquisas realizadas em Minas Gerais ensejaram a criação de grupos que apresentaram importante contribuição, aliando a abordagem metodológica de caráter universitário com a tradição erudita, proveniente do Instituto Histórico, do Arquivo Público Mineiro e de arquivos particulares, como o de Nelson Figueiredo. Entre trabalhos importantes publicados a partir da década de 80 do século 20 citam-se os de Almir de Oliveira, Caio César Boschi, Fábio Lucas, Francisco Iglésias, Heloísa Murgel Starling, José Crux Rodrigues Vieira, José Geraldo Vidigal de Carvalho, Júnia Ferreira Furtado, Luiz Carlos Villalta, Márcio Jardim, Maria Eigênia Lage de Resende, Oiliam José, Paulo Gomes Leite, Rui Mourão, Tarquinio J. B. de Oliveira. Fora desse circuito, cumpre mencionar os estudos voltados para a problemática do Iluminismo que confluem para as questões pertinentes à Inconfidência Mineira, como os de Francisco José Calazans Falcon, Renato Janine Ribeiro e, especialmente, Sérgio Paulo Rouanet.

O envolvimento dos três poetas da Arcádia com a Inconfidência vem sendo examinado desde o século XIX, atingindo especial relevo no século XX, sobretudo com a contribuição de ensaístas de Minas. O papel desempenhado por Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga nas reuniões sediciosas dos magnatas mineiros confirma a aliança entre a política e a literatura, exigindo um olhar diferenciado sobre a criação poética desses árcades ultramarinos.

¹² *IX Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1993.

¹³ *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v 4, nº 1, jan.-jun., 1989.

¹⁴ *Revista do Brasil*. Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1789/1989. Rio de Janeiro: Rio Arte/Fundação Rio, ano 4, nº 9, 1989.

¹⁵ *Análise e Conjuntura*. Anais do Seminário Inconfidência Mineira e Revolução Francesa — Bicentenário: 1789-1989. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, maio-dezembro de 1989.

¹⁶ *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 112, 1992 (1994).

Em Minas se formou um princípio de consciência nacional, expresso de modo mais visível na arte. Há literatura consistente, traduzida sobretudo na poesia: a sátira de Francisco Melo Franco e Tomás Antônio Gonzaga, a épica de Basílio da Gama e Santa Rita Durão, a lírica de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto...¹⁷

A emancipação política do Brasil na estrutura do sistema colonial encontrou ambiente propício no século XVIII, em virtude de a riqueza econômica ter estimulado manifestações de sentimentos nativistas. A consciência de que se estava formando uma nação diferenciada, fruto da miscigenação, afetou a criação dos letrados americanos ante os modelos portugueses. A notícia da independência dos Estados Unidos e a difusão das ideias iluministas contribuíram para revelar o opressivo estatuto colonial, fundamentado num sistema tributário de monopólios e privilégios, acabando por despertar um espírito nativista, consubstanciado em três sedições emancipadoras da segunda metade do século XVIII: a Inconfidência Mineira, em 1789; a Conjuração da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1794; e a Inconfidência Baiana, de 1798, dando ensejo a uma literatura cuja constante foi a afirmação progressiva da nacionalidade.

A Inconfidência Mineira representou a cristalização ideológica do sentimento nativista de cunho autonômico como reflexo das aspirações da elite civil, eclesiástica e militar de Minas Gerais. Talvez, por isso, a conspiração esperasse obter sucesso por meio do tripé articulado “entre os três níveis de apoio ao levante, ativistas, ideólogos e interesses financeiros, os últimos eram os que, de muitos modos, exerciam influência maior”.¹⁸ Daí se notar a ausência da participação popular na vasta rede de implicados nos autos de devassa. Entre os militares envolvidos, encontravam-se basicamente os de alta patente, como o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, comandante do Regimento de

¹⁷ IGLÉSIAS, Francisco. Sobre a Inconfidência: história e mitologia. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, 9:9, Rio Arte/Fundação Rio, ano 4, 1989.

¹⁸ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*; a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 150-151. (cf. espec. p. 141-151).

Cavalaria de Minas; sem contar oficiais por prêmio devido ao prestígio econômico e social, como os coronéis Alvarenga Peixoto e Joaquim Silvério dos Reis. Não era diferente a situação de burocratas, negociantes, profissionais liberais e fazendeiros. Havia advogados, como Cláudio, Gonzaga e Alvarenga; engenheiros, como José Álvares Maciel e José de Sá Bittencourt e Accioli; médicos, como Salvador Carvalho do Amaral Gurgel e Domingos Vidal de Barbosa Lage. O mais alto cargo da magistratura na Capitania, o de ouvidor-geral, fora exercido por Gonzaga. Cláudio, além de fazendeiro, fora secretário de dois governos. Alvarenga Peixoto dedicava-se à mineração, agricultura e pecuária. O português João Rodrigues de Macedo, amigo dos três poetas inconfidentes, era considerado “o maior banqueiro de Minas Gerais, talvez o homem mais rico da Capitania e, sem embargo, o maior devedor entre os mineiros à Fazenda Real”¹⁹. Esse poder financeiro livrou João Rodrigues de Macedo das malhas da justiça colonial. O velho banqueiro não se intimidou ante as devassas e auxiliou muitos dos conjurados presos, particularmente a família de Alvarenga Peixoto.²⁰ Não se deve esquecer que dentro da plutocracia da capitania se encontravam os três principais denunciante do frustrado projeto autonomista: Joaquim Silvério dos Reis, que “ao tempo da sua denúncia, era ele arrematante e Caixa (administrador) dos Contratos das Estradas de Minas. Devia à Fazenda Real mais de 300.000 cruzados”²¹ e utilizou o fato de ter sido o primeiro denunciante para receber várias honrarias do governo metropolitano; outro, o mestre de campo Inácio Correia Pamplona, nas suas solicitações de benesse não alegava a delação, mas haver desbravado o sertão mineiro e “argumentava que desfez quilombos, desbaratou o gentio e animou os povos a estabelecerem-se naquele dito continente”²²; o tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago, que nutria especial ódio aos brasileiros,

¹⁹ JARDIM, Márcio. *A inconfidência mineira*; uma síntese factual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p. 164.

²⁰ OLIVEIRA, Tarquinio J. B. de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto: Centro de Estudos do Ciclo do Ouro-Casa dos Contos, 1981.

²¹ LAMEGO, Alberto. *Mentiras históricas*. Rio de Janeiro: Record, /s.d./ p. 15.

²² BARBOSA, Waldemar de Almeida. Inácio Correia Pamplona. In: ---. *A decadência e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1971. p. 117-137. Cf. p. 120.

conforme se pode ler em seu testamento, parece que não recebeu grande quinhão por ser delator.

A participação de padres na Inconfidência Mineira advém tanto do *status* econômico, quanto do prestígio intelectual de alguns dos implicados. Não se deve pensar que a maioria do clero da Colônia abraçasse uma rebelião contra a metrópole:

Os bispos e grande parte do clero mais conservador permaneciam fiéis à doutrina da sacralidade do poder monárquico, através da concepção do direito divino dos reis, enquanto outra parte do clero, inspirada na filosofia liberal, apelava para os direitos do homem em sua luta pela autonomia política da Colônia”²³.

A principal figura religiosa da Inconfidência Mineira foi, provavelmente, o cônego da Sé de Mariana, padre Luís Vieira da Silva. Professor de Filosofia, detentor da principal biblioteca de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, era apontado, ao lado de Cláudio, de Gonzaga e de Alvarenga Peixoto, como um dos ideólogos da insurreição mineira. Outro clérigo de Minas havido por notável inconfidente foi o padre Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário da paróquia de Santo Antônio, na Comarca do Rio das Mortes, em São José del-Rei. O padre Toledo era considerado um potentado, residente em um dos mais belos palácios de toda a Capitania. Dono de fazendas, escravos, transacionava com capital e gerenciava até com truculência suas freguesias tributárias. Possuía uma notável biblioteca para a época.²⁴

Dentre os cinco clérigos arrolados nos autos de devassa da Inconfidência Mineira, assoma o padre José da Silva e Oliveira Rolim, religioso de vida dissoluta, que cuidava apenas dos seus negócios particulares; e por ser filho do primeiro Caixa dos Diamantes do Arraial do Tijuco, era considerado homem de grande fortuna. Os dois últimos religiosos incluídos como inconfidentes eclesiásticos foram os padres Manuel Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira, tidos como

²³ AZZI, Riolando. Igreja e estado em Minas Gerais, crítica institucional. In: *Revista do Instituto de Artes e Cultura*. Ouro Preto, UFOP, 0: 27, jan. de 1987.

²⁴ JARDIM, Márcio. Op. cit., 1989, p. 290.

prósperos fazendeiros. A participação desses dignitários da Igreja na Inconfidência demonstra que “a conjura de Minas foi uma formidável conspiração que tinha o apoio de alguns dos homens mais ricos e influentes da capitania”.²⁵

As devassas instauradas no Rio de Janeiro por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa e em Minas Gerais por decisão do visconde de Barbacena montaram uma rede policial para prender os implicados na Conjuração, utilizando-se para isso de todos os meios violentos que o pacto colonial permitia, confirmando a premissa de que “a história nos mostra que para o colonizado não há, nem nunca houve, bom colonizador.”²⁶

O destaque que adquiriu a Inconfidência Mineira nos estudos históricos do Brasil desde o século XIX, juntamente com a progressiva transformação de Tiradentes no grande herói precursor da Independência, tem gerado acirrada polêmica. Há uma corrente que lembra ser a Inconfidência Baiana de 1798 um movimento jacobinista mais profundo do que os acontecimentos de 1788-1789 de Minas Gerais, por sua base popular de cunho social, reivindicando para a “Conjuração dos Alfaiates” maior atenção. Outros lembram que a Revolução Pernambucana de 1817 foi a única que de fato conseguiu antes da Independência conquistar o poder, não importa se não pôde mantê-lo por muito tempo. Entretanto, Afonso Arinos de Melo Franco lembra o verdadeiro sentido para se compreender a Inconfidência Mineira: “Revolução de Ideias. Movimento de intelectuais. Eis o que sustentam os participantes, eis o que se depreende da Devassa, eis o que afirmam, às vezes com desdém, os historiadores”²⁷. É, portanto, pelo aspecto ideológico que se pode

²⁵ MAXWELL, Kenneth. Condicionismos da Independência do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.) *O império luso-brasileiro — 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986. pp. 335-389.

²⁶ CUNHA, Celso Ferreira da. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 9.

²⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Inconfidência Mineira. Origens e tendências ideológicas. In: *Anais do 3º Congresso de História Nacional — Outubro, 1938*. (Boletim do IHGB). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, 7ª vol., p. 47-126. Reeditado como: As ideias da Inconfidência. In: ---. *Terra do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939, pp. 1-117.

considerar a Inconfidência Mineira como o mais consistente movimento autonomista ocorrido no Brasil colonial. A referência, algumas vezes pejorativa como revolta de poetas, ajuda a compreender a reserva com que alguns historiadores, como Varnhagen e Capistrano, trataram a Inconfidência, não destacando do seu legado político e ideológico a disseminação de ideias modernizadoras do Iluminismo.

O tema da emancipação recebia, portanto, um tratamento mais elaborado entre os intelectuais do grupo, formados na Europa ou de qualquer maneira educados nos valores da Ilustração, cuja difusão o pombalismo propiciara. O lastro de leitura dessa *intelligentsia* pode, aliás, ser observado pelo exame de uma biblioteca como a do Cônego Luís Vieira²⁸.

A violência com que o poder metropolitano agiu contra os acusados demonstra que a descrição do quadro político do Brasil, feita por José Joaquim da Maia para Thomas Jefferson, não exagerava a realidade do tempo: “Sou brasileiro e sabeis que a minha desgraçada pátria geme em atroz escravidão, que se torna todos os dias mais insuportável depois da vossa gloriosa independência”²⁹.

O encontro do estudante brasileiro em França com o embaixador norte-americano fazia parte de um projeto de levar o país à sua autonomia política. Na Colônia, os sediciosos aproveitavam-se das queixas da população contra as proibições de comércio e locomoção, estudos superiores e publicações para arregimentar adeptos, sendo a tributação excessiva o principal instrumento que sufocava a Capitania, aliada à ameaça da derrama:

“Primeiro, que o povo de Minas era obrigado a garantir 100 (sic) arrobas de ouro anualmente à Real Fazenda; segundo, que para completar esta quota, o povo devia ceder todo o ouro extraído das minas às casas de fundição; terceiro, que, se a quota ainda não ficasse completa, o povo deveria perfazer a diferença por meio de um imposto *per capita*, a

²⁸ SANTOS, Célia Nunes Galvão Quirino dos. A Inconfidência Mineira. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 20:137-178, (Cf. espec. p. 161).

²⁹ Segunda carta de Wendek (José Joaquim da Maia) a Thomas Jefferson. In: *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. 2 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977. v. 8, p. 21.

derrama, sendo esta determinação essencial complemento e garantia da primeira, devendo ser sempre exata e inexoravelmente observada.”³⁰

Tal situação explosiva gerou a ideia de um levante contra as autoridades reinóis, a partir da posse em 11 de julho de 1788 do novo governador da capitania de Minas Gerais, o capitão-general Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, que assumiu querendo cobrar toda a dívida atrasada para com a Fazenda Real; o que deu motivo a várias reuniões sediciosas no segundo semestre de 1788, visando à quebra dos laços coloniais. Os conjurados passaram a discutir a forma de governo, o desenvolvimento econômico, os símbolos como a bandeira, a criação de uma universidade. Entre os impasses surgidos nas reuniões dos inconfidentes, figurava o da escravatura:

“Havia um grande obstaculo, que era o numero dos negros ser maior que o dos brancos, e que por conseguirem a liberdade tomariam o partido contrario, matando os brancos, e supposto que o dito Coronel Alvarenga quiz remediar isto, dizendo, que se lhes daria primeiro a liberdade, sempre elle Respondente lembrou, que não ficaria em boa ordem o serviço das Minas.”³¹

Alguns estudiosos alegam, no entanto, “que os conjurados de 1789 perceberam os erros de uma engrenagem socioeconômica execrável e desejavam uma nova ordem social na qual o escravismo seria banido”.³² Cumprе lembrar que a base ideológica de sustentação das ideias dos inconfidentes mineiros era política e não social. Os homens que almejavam livrar Minas do jugo português, provavelmente, queriam continuar com seus escravos. Diferente a situação da Inconfidência da Bahia de 1798: movimento social das classes populares, fundamentado no igualitarismo mais radical por influência da Revolução Francesa e da

³⁰ MAXWELL, Kenneth. Op. cit., 3 ed., 1985, p. 127. Segundo José Jobson de Andrade Arruda, entre 1750-1755, “auge da produção aurífera nas Minas Gerais. As frotas transportam em média 12 toneladas de ouro anuais para Portugal.” In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.) *O império luso-brasileiro — 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986, p. 145.

³¹ Auto de perguntas feitas a José Álvares Maciel. In: *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Biblioteca Nacional, 1936. v. IV, p. 398.

³² CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. Os conjurados de 1789 e a escravidão. In: *Revista de História*. São Paulo, 119:19, USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988.

Revolução Haitiana de 1791, nascida da rebelião dos escravos de Santo Domingo, conforme se vê nos pasquins divulgados na época.³³ Em Minas, a elite econômica, intelectual e militar se opunha à metrópole. Na Bahia, escravos, soldados, alfaiates enfrentaram o duplo poder: o dos prepostos do reino e o dos senhores da terra. É natural, portanto, que nas discussões dos magnatas mineiros sobre a alforria permanecesse o impasse, a ambiguidade.

Em Minas Gerais, entre os inconfidentes, a questão da escravidão foi objeto de controvérsia. Havia os que defendiam sua imediata abolição, como Alvarenga Peixoto. Havia os que queriam manter a escravidão, como Álvares Maciel. E ainda os que pragmaticamente pensavam na abolição como instrumento de captação do apoio dos escravos.³⁴

Fato aparentemente inexplicável é o de terem os inconfidentes se deixado “prender um a um, com intervalos de meses, que se prolongaram por dois anos, sem gente que saísse ao brado de – Viva a liberdade! – ou acudisse à senha do projetado batizado”³⁵. À medida que crescia o número de presos, o pânico tomava conta de todos. Buscou-se então a desonrosa saída da denúncia para escapar ao castigo cruel que o crime de lesa-majestade prescrevia: “Pensavam que delatando uns aos outros se livrariam da pecha de inconfidentes, e de maus católicos e vassalos, e estavam todos salvos!”³⁶

O próprio Gonzaga, tido como o líder natural do movimento, preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, utilizou-se de algumas liras para se defender e acusar seus desafetos. Escreveu poemas que serviram como prova de que não participara das reuniões sediciosas contra a Coroa portuguesa. Exemplo disso é a lira “Eu vejo aquela deusa...”, publicada pela primeira vez na *Marília de Dirceu*, edição Lacerdina de 1811, em que Dirceu, num diálogo com a Deusa da Justiça, faz-se porta-voz dos

³³ *ANAIIS do Arquivo Público da Bahia*. Autos de devassa do levantamento e sedição intentados na Bahia em 1798. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959/1961, volumes XXXV e XXXVI.

³⁴ PAULA, João Antônio de. A Inconfidência: revolução e limites. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, 9:44, Rio Arte/Fundação Rio, ano 4, 1989.

³⁵ SILVA, J. Norberto de Sousa. *História da Conjuração Mineira*. 2 ed., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, t. II, p. 50.

³⁶ Idem, 1948, t. II, p. 53.

apelos de Gonzaga ante a rainha D. Maria I. O crítico Alberto Faria já percebera a finalidade política desse texto, denominando-o de “Crônica processual rimada”,³⁷ por servir aos intuits de Gonzaga em tentar convencer as autoridades coloniais de que não participara da frustrada conspiração, como consta nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Por outro lado, Manuel Rodrigues Lapa ao designar essa lira de “o tipo acabado de poesia ao serviço da jurisprudência”,³⁸ afirma que a “lira constitui uma prova de que Gonzaga não entrou diretamente no levante”.³⁹ Apesar da afirmação do professor Lapa e da negativa de Gonzaga, existem documentos que comprovam a sua liderança nas reuniões preparatórias da Inconfidência, como a carta da denúncia de Silvério dos Reis de ser “o desembargador Tomás Antônio Gonzaga, primeiro cabeça da conjuração”.⁴⁰ Além disso, os papéis achados em sua casa no dia da prisão, que podiam talvez incriminá-lo, foram entregues ao ouvidor que o substituiu em Vila Rica, desembargador Pedro José de Araujo Saldanha, que lhes deu destino ignorado.

Nessa lira o cantor de Marília acusa um dos inconfidentes de não terem condições de liderar a insurreição. Muitos historiadores e críticos literários apontaram que a figura visada por Gonzaga era Tiradentes. Entretanto, Tarquínio J. B. de Oliveira afirma que o objetivo de Gonzaga era, na verdade, atingir a Joaquim Silvério dos Reis.⁴¹ E existe um documento que serve de apoio à hipótese de Tarquínio: As *Cartas Chilenas*. Na oitava *Carta* Critilo denuncia, entre outros escândalos, o do coronel Joaquim Silvério dos Reis, batizado de Silverino, que foi contratador de cobrança de impostos da capitania. Antes mesmo de ser o

³⁷ GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Edição Alberto Faria. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922, p. 141.

³⁸ GONZAGA, Tomás Antônio. *Obras completas*. Edição M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, vol. 1, nota p. 114.

³⁹ Idem. *Obras Completas* v. 1., 1957, nota pp. 115-116.

⁴⁰ *AUTOS DE DEVASSA da Inconfidência Mineira*. Supervisão Herculano Gomes Mathias; notas Tarquínio J. B. de Oliveira. 2. ed., Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976. 10 v., v. 1, p. 92.

⁴¹ Idem. 2. ed., volume 9, 1977, notas páginas 65-66. Ibidem: GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Fontes Textuais. Edição Tarquínio J. B. de Oliveira. São Paulo: Referência, 1972, p. 180, nota 185/190.

primeiro denunciante dos inconfidentes, Silvério dos Reis aparecia nas *Cartas Chilenas* como o mais venal dos homens, desistindo o poeta de registrar todas as suas roubalheiras. Silverino inclui-se entre as poucas personagens em que Critilo, de maneira desabrida, o ataca com a violência desse verso: “Eu já te deixo em paz, roubando o mundo” (*Carta VIII*, 198).

O delator, certamente, aguardou a oportunidade de acabar com a carreira do decidido ouvidor de Vila Rica que atrapalhava suas falcatruas: “Silverino, na denúncia escrita que apresenta ao visconde de Barbacena sobre a conspiração da Inconfidência, só acusa um homem, só escreve o nome de um homem, só atribui a responsabilidade a um homem: Tomás Antônio Gonzaga.”⁴²

Há em Minas um homem,
ou por seu nascimento, ou seu tesouro,
que aos outros mover possa
à força de respeito, à força d’oiro?
Os bens de quantos julgas rebelados
podem manter na guerra,
por um ano sequer, a cem soldados?

Ama a gente assisada
a honra, a vida, o cabedal tão pouco,
que ponha uma ação destas
nas mãos dum pobre, sem respeito e louco?
E quando a comissão lhe confiasse,
não tinha pobre soma,
que por paga ou esmola lhe mandasse?

No entanto, parece que a delação pouco serviu aos conjurados, exceto aos três portugueses que se beneficiaram com a denúncia. Se a Conjuração

⁴² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Edição. *Critilo. Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 80.

Mineira como “drama de ideias e de consciência, nasceu de motivação ideológica e econômica”⁴³, para alguns intérpretes, como Sílvio Romero, ela se transformou em símbolo espiritual do povo brasileiro:

No meio de uma agitação política mesquinha, grosseira e sem nobres impulsos, e, não sei se o diga, no meio de uma literatura sem profundos incentivos, aqui dentre os gemidos dos oprimidos, que pedem liberdade, dos proletários, que pedem trabalho, dos moços, que pedem luz, do povo, que pede glória, deixai-nos fitar o sol da Inconfidência; deixai-nos chorar com Cláudio, amar com Dirceu, sofrer com Alvarenga; deixai-nos ouvir, em sua queda para o futuro, o rolar da cabeça do Tiradentes, acordando em todos os peitos, capazes de audácia, os ecos da emancipação, os tons imensos do patriotismo...”⁴⁴

Um dos legados da Inconfidência Mineira foi a conscientização dos brasileiros de que não podiam mais continuar subjugados a um poder estrangeiro. “A Conjuração Mineira ia ser esmagada, mas a Independência não vinha longe”⁴⁵. Por isso, naquele momento decisivo da vida nacional, podia-se vislumbrar como a literatura e a política estavam associadas, refletindo o anseio autonomista da nação. Quanto ao aspecto político, até os intérpretes do poder metropolitano sentiam a presença de uma nova realidade. Segundo Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, guardião do Convento de Santo Antônio, que presenciou a execução de Tiradentes em 21 de abril de 1792, “ali estavam a altivez e a perfídia postas em tormento; e via-se bem o fim que podiam ter os loucos desejos de uma sonhada liberdade”⁴⁶. Estas proféticas palavras a respeito da “sonhada liberdade” confirmavam o amadurecimento do ideal político almejado pela maioria dos brasileiros, o de verem sua pátria libertada do jugo colonial. Do mesmo modo, Frei Raimundo da Anunciação Penaforte, no

⁴³ RODRIGUES, José Honório. Paixão e morte de Tiradentes. In: ---. *História, corpo e tempo*. p. 112.

⁴⁴ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 2 ed., Rio de Janeiro: Garnier, 1902, p. 268.

⁴⁵ SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência mineira*. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. 2 ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. p. 87.

⁴⁶ Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde 17 até 26 de abril de 1792. In: *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. 2 ed., Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, v. 9. p. 101.

depoimento sobre os inconfidentes, demonstrou não entender a presença da população da cidade do Rio de Janeiro no ato final em que os prepostos da rainha d. Maria I enforcavam o réu Joaquim José da Silva Xavier.

O povo foi inúmero e, se não fossem as patrulhas avulsas, sem dúvida ele mesmo ficaria esmagado debaixo do peso de sua imensa massa. Como se abala o povo para ver o que deve precaver!”⁴⁷

A facilidade com que os governantes portugueses desarticularam o movimento inconfidente revelava a fragilidade de sua organização; e dos vários motivos que se podem arrolar para justificar seu fracasso, provavelmente dois se sobrepõem. O primeiro, a ausência de um chefe, pois, como ressaltou Tiradentes em seu depoimento:

“Não havia cabeça algum, que o réu Respondente fora sim o primeiro que falara na matéria conversando a respeito da derrama, os mais foram seguindo, e aprovando mas sem nenhum se fazer cabeça e na realidade sempre a coisa ficou como meio feita no ar”⁴⁸.

O segundo, a falta de uma data para se deflagrar a rebelião que, se divulgada, provavelmente receberia apoio popular. Os inconfidentes, em vez de tomarem a iniciativa, aguardaram a decretação da derrama pelo governador, sob a alegação de que a medida revoltaria a população. O mandatário, ciente da insatisfação reinante na capitania, suspendeu a cobrança do imposto antes mesmo das primeiras denúncias da projetada intentona, mostrando mais uma vez a face terrível do poder metropolitano.

“O homem acusado do crime de lesa-majestade perdia o direito às mais elementares prescrições da justiça. Tudo contra ele era permitido; e não somente contra ele, mas contra toda a sua família. E semelhantes horrores e violências se faziam sem o mais ligeiro inquérito, sobre a base apenas das mais miseráveis delações. Quando se fez o formidável sumário, já a desgraça era profunda para todos, culpados ou inocentes”⁴⁹.

⁴⁷ Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789, pelo frade que os assistiu em confissão. In: *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. 2 ed., Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. v. 9, p. 175.

⁴⁸ Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 5ª inquirição – Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras – 4-2-1790. In: *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. 2 ed., Brasília; Belo Horizonte: Câmara dos Deputados/ Governo do Estado de Minas Gerais, 1982. v. 5. p. 44.

⁴⁹ SANTOS, Lúcio José dos. Op. cit., 2 ed., 1972, p. 401.

A condenação dos sediciosos mineiros de 1789 revelara, nos autos de devassa e no exame das bibliotecas sequestradas, que a rebelião a que se propunham para a quebra dos laços coloniais fundamentava-se na ideologia iluminista. O momento político especial, representado pela independência dos Estados Unidos e a difusão dos ideais de liberdade veiculados por pensadores como Rousseau, Voltaire e Raynal, transformara os poetas Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga em líderes intelectuais da Inconfidência Mineira, confirmando que “restaram da Inconfidência Mineira as ideias e ‘a estranha potência das palavras’”.⁶⁰ Assim, pela primeira vez no Brasil, o letrado mazombo uniu a palavra artística à ação política, transformando o fracasso do movimento dos magnatas de Minas em vitória, tornando a Inconfidência símbolo da luta nacionalista que libertou o país do domínio colonial e, um século depois, proclamou a República.



⁶⁰ FURTADO, Júnia Ferreira e STARLING, Heloísa Murgel. República e sedição na Inconfidência Mineira. In: MAXWELL, Kenneth (coord.) *O livro de Tiradentes*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, p. 132.

O colosso norte-mineiro*

*Eugênio Ferraz***

Nos últimos anos, temos sempre enaltecido este especial estado. Estas Minas e estas Gerais. As Minas do ouro, que tanto poder deram ao reino de Portugal, do século XVIII em diante, perpetuaram a importância histórica da região central da capitania em razão do fastígio econômico do Ciclo do Ouro, propiciaram inestimável contribuição à cultura, quer seja pela estatuária e edificações, seja pelas músicas, pelos monumentos ou pelas pinturas e, enfim, pela Liberdade.

Liberdade, essa palavra mágica que, tal e qual *saudade*, todos sabem o que significa, mas ninguém consegue descrever, senão sentir tão bem esse valor é ensinado e faz acontecer nestas Minas e nestas Gerais.

Naquelas Minas surgiram, dentre outros tantos menos conhecidos um pintor Ataíde, um músico Emerico, um arquiteto Arouca, um escultor Aleijadinho e um herói Tiradentes, mestres que o foram de fato e de direito no esbanjamento irrestrito e vanguardista de suas atividades e ações, artísticas, cívicas e heroicas.

Dois daqueles maiores foram o Aleijadinho, nascido Antônio Francisco Lisboa, Patrono das Artes no Brasil, cujo legado artístico impressiona a todos e a todo o mundo – em 2014 se completaram 200 anos de sua morte, e Joaquim José da Silva Xavier, o herói maior deste país, que simboliza a Liberdade, a essência destas Minas Gerais.

** Discurso pronunciado em 8.12.14, na cerimônia de entrega das Medalhas dos Gerais e Maria da Cruz, em Matias Cardoso, MG.

* Orador oficial, diretor-geral da Imprensa Oficial de MG.

Entretanto, sem a visibilidade potencializada e amplificada pela descoberta aurífera naquela região central das Minas, uma vertente silenciosa de ocupação, de fato e de direito, ao norte já se instalara, há tempos, no desbravamento do sertão, fundindo-se e confundindo-se com territórios vizinhos e por onde se iniciou, de fato, a criação do nosso atual estado.

Sem nenhuns vislumbres de polêmicas, quer seja com rosianos, linguistas ou redatores oficiais, podemos afirmar que Minas é muitas e, ao mesmo tempo, que Minas são muitas.

Com a mais absoluta certeza, podemos afirmar, em alto e bom som, em brado inegavelmente ufanista, que os Gerais, desse forte, impávido e colossal norte são muitos e absolutamente singulares na sua pluralidade.

Minas é muitas e os Gerais são muitos, ou vice-versa, ou versa e vice, mas fato é que Minas Gerais é única e daqui originária. Indiscutivelmente! Aqui é o grande sertão dos Gerais e das Minas.

Sertão que Riobaldo, na magistral obra de Guimarães Rosa, o encantado, palmilhou no caminho pela Bahia até alcançar Goiás. Uma epopeia moderna que se refaz na vida de tantos mineiros, de tantos brasileiros sempre em busca de um novo Brasil.

E daqui se descortinou um novo país, quando portugueses desbravadores, vindos da metrópole de Salvador, se embrenharam pelos Gerais, seguindo o São Francisco como o grande portal das Minas que ainda não eram Gerais.

Ao longo de trechos inóspitos formaram-se as primeiras fazendas, garantindo o povoamento do desconhecido, mas sabidamente rico e opulento. Daqui muitos desbravadores redimensionaram e mapearam o sertão além do São Francisco, na busca das primeiras minas, que já se sabia, estavam por todos os lados.

Anos depois, fugindo das fiscalizações e dos terríveis impostos implantados ao longo dos caminhos das Minas, Manuel Nunes Viana passou por estas bandas com suas boiadas, fazendo riqueza e revoluções na Minas mineradora, lutando ao lado dos emboabas e dando a Minas e ao Brasil o sentimento de nacionalidade.

A Guerra dos Emboabas é um marco na formação de Minas Gerais e a consolidação da consciência de que formávamos uma nação. Grandiosa Nação.

Faltava à nossa história oficial uma dedicação maior a esse período e ao portal que foi o Norte de Minas, nos caminhos que se estabeleceram nas margens do São Francisco, o rio da integração nacional.

Aqui dois biomas se entrelaçam: o Serrado e a Caatinga, que dão a dimensão exata do povo que aqui vive, o sertanejo do mais profundo Brasil. Aquele que verga, mas não quebra. Aquele que trinca a casca, mas não perde a essência.

E para ele toda nossa admiração, porque o sertanejo é, sobretudo, um forte.

Porém, os daqui ainda e sempre são tão ou mais especiais no contexto geral do nosso país. Alguns tantos dispersos, ora no chamado sul maravilha, ora no Triângulo e sudoeste quase paulista, ora no sudeste mais para carioca e capixaba a nordeste, enfim, por todas estas Minas Gerais, a síntese completa do Brasil.

Aqui no norte, sofridos todos, seja pela inclemência do escaldante sol, seja pela impiedosa seca, seja pela quase infinita distância, seja pelo quase sempre descaso oficial, cada vez mais os Gerais desta porção que deu origem ao estado se alevantam e se mostram heroicos símbolos de uma nação, desta Minas Gerais quase nação que se agiganta pelo seu povo.

Este portão de entrada foi, por muito tempo, deixado para trás, quase esquecido pelas historiografias oficiais e oficiosas, como em uma diáspora, no abandono de nossas próprias origens...

Há pouco, muito pouco tempo, fez-se justiça à História, através da própria história resgatada pela PEC do deputado Paulo Guedes, que arregimentou outros 25 deputados, na proposta relatada pelo parlamentar Luiz Henrique. Importa registrar a participação do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais ao reconhecer e emitir parecer favorável às evidências anteriormente expostas pela UNIMONTES, prefeitura de Montes Claros e Associação de Municípios Mineiros da Área da Sudene, a partir do movimento Catrumano, que foi neste norte nascido, e ter na história tão bem vencido.

Reescreveu-se a história destas Minas Gerais, nela inserindo suas próprias origens a partir desta terra também encantada. Terra que deu ao Brasil o exemplo de Matias Cardoso e Maria da Cruz, ambos, se ainda não equiparados condignamente com outros tantos heróis e heroínas, cada qual a seu modo e em seu tempo, ombreiam com tais no patamar de destaque junto a tantos e tantas que orgulham o nosso estado.

As medalhas, que fogem ao usual e ao lugar comum na heráldica, de rara e significativa força escultural, homenageiam Matias Cardoso, bandeirante que, com mais de uma centena de homens, pouco depois da segunda metade do século XVII, organizou, a partir de São Paulo, pousos e suprimentos para a Bandeira de Fernão Dias. Fundou ele, à beira do São Francisco, a hoje Januária, além de São Romão.

Neste Morrinhos, agora a localidade presta homenagem a seu fundador, tomando-lhe emprestado o nome, Matias Cardoso.

Ela, também Maria da Cruz, em sua fazenda, também aqui, à época, mantinha orfanato e fazia benemerências a enfermos, inválidos e menores. Mulher à frente de seu tempo...

Foi ela uma das líderes da revolta contra o pagamento dos quintos impostos pela Coroa... São ambos heroicos pioneiros destas Gerais.

Nestas paragens, temos a primeira igreja de Minas Gerais, erigida nesta praça, ao alcance de nossas vistas, até há pouco tempo como a suplicar, há muito, muito tempo, pelas paredes descascadas pelo descaso e chão com tumbas abandonadas e corpos esquecidos, seu efetivo e completo restauro para perpétuo registro histórico de nossas origens.

Restauro completo e necessário como exige o zeloso pároco Daniel Cordeiro e o Ministério Público de Minas Gerais, vigilante guardião do nosso patrimônio. Ah, nesta matriz de Nossa Senhora da Conceição, testemunha da história, se suas paredes falassem, tudo ouviríamos... Ah, se seus porões verdadeiramente se abrissem, tudo veríamos... Ah, se suas covas e túneis tanto revelassem, de tudo saberíamos... Novos rumos há muito teria a nossa História... Como em cada pedaço de chão destas Minas e destas Gerais, solo sagrado, aqui também se deve respirar o glorioso passado, se deve preservar a história, mesmo ainda que tardiamente...

Ao proferir esta oração oficial na entrega das Medalhas dos Gerais e Maria da Cruz, dupla pioneira na ocupação primeira desta Minas Gerais, intencionamos destacar a importância de ambas em nossas raízes históricas.

Por isso, hoje, aqui, Matias Cardoso é a capital do estado de Minas Gerais. Pelas suas origens históricas, agora resgatadas para a nossa memória. Memória que, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, vimos tentando restaurar, quer seja na reinserção da entidade no cenário cultural, quer na recuperação de suas próprias origens, a exemplo do que aqui se faz nesta cerimônia.





Emeric Marcier

*Carlos Perktold**

Emeric Racz Marcier (1916-1990), além de pintor brilhante, era especialista em Picasso, com tese defendida em 1938, na Real Academia de Belas Artes de Brera, em Milão, artista de quem era admirador incondicional. No ano seguinte, fundou ateliê em Paris. Em 1940, com a II Grande Guerra já em andamento, seguiu para Lisboa a convite de Maria Helena Vieira da Silva e de seu marido Arpad Szenes, ambos pintores atuando em Portugal. Da capital portuguesa foi uma travessia para o Brasil, com carta de apresentação para Mário de Andrade, Portinari e Jorge de Lima, brasileiros que dispensam apresentações. Sorte nossa ter amigos portugueses com visão de lince como o casal. Marcier fixou residência no Rio de Janeiro onde morou na Pensão Roma e depois naquela de Djanira Motta e Silva, que se interessava pela pintura e se tornou a artista que hoje conhecemos. Ela era dona de outra pensão onde ele e vários pintores se hospedaram na década de 1940 e para onde Marcier se mudou, sempre preocupado de onde caberia sua obra-prima *A Crucificação*, naquela época ainda em fase de elaboração.

* Psicanalista. Integra a ABCA e a AICA.

Ali conheceu literalmente todos os intelectuais que viviam na Cidade Maravilhosa: escritores, poetas, jornalistas e pintores, todos de uma geração de brasileiros brilhantes e que nos honram com seus trabalhos. O Rio de Janeiro é sempre um amor fulminante, mas, como em toda paixão, há um momento em que se corre o risco de não vivermos o encanto dos primeiros dias de paixão, seja porque descobrimos uma nova, seja porque descobrimos no país paisagens que nos falam com a intimidade de amigos de infância. Pois foi viajando por Minas Gerais a serviço da revista *O Cruzeiro*, que Marcier descobriu o barroco mineiro, o céu, a luz e as cores das nossas cidades históricas e, em especial, de Barbacena, tal como Guignard havia descoberto e se apaixonado pelas de Ouro Preto. Nosso barroco e nossas cidades falaram no ouvido do artista e ele caiu de amores pela conversa, deixando-se seduzir pelo que elas traziam consigo. Ele morou anos em Barbacena, no mesmo sítio que se transformou em museu em sua homenagem. Entre tantas obras executadas nessa cidade, há um painel imenso *Céu de Barbacena*, agora em conhecida coleção carioca, uma obra-prima digna de qualquer museu e que merece especial citação.

Como todo bom pintor, Marcier criou suas próprias cores e, ao primeiro olhar, é possível identificar seus trabalhos pelo uso frequente do ocre, sempre de forma magistral em óleo ou em aquarelas. Ocre é uma cor perigosa de trabalhar porque, mal utilizada, deixa o registro de sujeira na tela. Aplicando-a com bom gosto e arte, acompanhada de outras cores vivas, Marcier criou e marcou um estilo próprio nas paisagens e figuras humanas, em especial, nos retratos e nus femininos, deixando nestes uma atmosfera sensual e provocadora. Na maioria de textos sobre ele e suas obras, os autores ressaltam sempre que elas são sombrias. É verdade. Elas são prováveis reflexos de uma vida interior cheia de dolorosas vicissitudes vividas e relatadas em livro, hoje esgotado até em sebos, e cujo título dá ideia de sua vivência pessoal: *Deportado para a Vida*. Essa sobriedade pictórica tão expressionista ocorre com mais frequência nas paisagens de Ouro Preto e menos nas de Tiradentes e São João del-Rei. A primeira é exemplo clássico de como é o barroco mineiro: fechado, triste e oprimido como era o homem barroco. As duas últimas cidades têm arquitetura

mais leve, como se pode comprovar hoje, sobretudo na levíssima cidade de Tiradentes. É ainda provável que ele se identificasse com as cidades de Minas e projetasse nas telas o sentimento interno descoberto nas suas sombras. Em casos especiais, como o atual Museu da Inconfidência, deixou claro nas telas como ali foi, no nosso passado histórico, um local terrível, um somatório de barroco mais prisão. Em qualquer circunstância, suas pinturas têm o silêncio cerimonioso de um belo farol isolado.

Mas Marcier era um homem do mundo e, por isso, o leitor encontrará outras obras retratando marinhas, figuras humanas, naturezas-mortas e paisagens de várias cidades do mundo, incluindo Roma, Veneza, Paris, interior da Itália e outros locais europeus. Suas obras vão das paisagens deslumbrantes dessas cidades, percorrem as mineiras e chegam a cenas e figuras sacras do Novo Testamento, os célebres nus femininos, retratos e terminam nos autorretratos, muitos autorretratos. Estes são encantadores. O mercado de arte os conhece em óleo sobre tela ou em aquarela, quando o artista já estava idoso, com longas barbas brancas, rosto de intelectual romeno e de homem que pagou preço alto por suas conversões.

A primeira delas foi aquela pela pintura, época na qual a arte, esse objeto de desejo, era oferecida a um povo brasileiro cheio de necessidades. Oferecer desejo a quem tem necessidade é uma quimera comercial ímpar. Por isso, as vendas eram poucas e vendidas para amigos que sabiam do seu valor, o que acontecia nos primeiros anos de sua permanência no Brasil e com a maioria de seus contemporâneos. Como o desejo é maior que a necessidade, o mineiro-romeno apaixonado por Barbacena não deixou o grito interior ser abafado. Sabia-se destinado a ser pintor e artista talentoso. Jamais largou essa atividade para se beneficiar de algum lucro imediato em outra atividade.

Marcier tornou-se amigo de Mário de Andrade, e este era católico praticante e amigo dos padres dominicanos do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Convivendo com eles, Marcier fez sua segunda conversão: tornou-se cristão e católico, algo mal visto pela comunidade judaica, da qual era oriundo. Marcier passa, então, a pintar cenas do Novo Testamento, da vida de Jesus Cristo, sobretudo, várias *vias crucis* e imagens de santos, conteúdos imperdoáveis aos olhos da doutrina

israelita. Em Belo Horizonte, Emeric deixou painel sacro em afresco, técnica da qual era mestre absoluto, no bairro da Serra, na antiga residência dos mesmos padres dominicanos, *Encontro com Emaús*, restaurado em 2009 depois de anos de abandono. O resultado daquela sua ousadia e desta última conversão se reflete até hoje, pois suas obras são semivalorizadas, diminuídas comercialmente se comparadas ao seu valor artístico e aos seus prestigiados coevos. O desinteresse da comunidade judaica pelos seus trabalhos, por causa da sua conversão, por certo contribuiu para esse fenômeno comercial. Como a arte é filha do tempo, ele voltará, pois é grande demais para ficar submetido às vicissitudes religiosas da vida.

Minas Gerais deve muito a vários de seus filhos ilustres e talentosos. A Emeric Marcier deve a edição de um livro no qual ficará registrado o acervo de um artista que nasceu na longínqua Romênia, viajou pela Europa, ficou muito tempo no Rio de Janeiro e tinha preferência por Barbacena, em Minas. Morreu “de coração”, em Paris, *causa mortis* e local como convém a todo artista, deixando sua marca no Brasil e, em particular, em Minas Gerais, onde se tornou um artista universal.



Aridez e emoção em Euclides

Mara Narciso*

É um vexame para alguém que se diz literato, apreciador de livros, não conhecer a obra *Os Sertões, Campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha. As minúsculas letras nas 416 páginas da 33ª edição de 1987, impressa pela Livraria Francisco Alves Editora, são desafiadoras. Consegui vencê-las na segunda tentativa. Na primeira vez, fui até a página 49, na qual, até então, não havia aparecido nenhum ser vivo. Entenda aqui por “ser vivo” uma mísera folha seca. Escrito em 1902, e referente à Guerra de Canudos, ocorrida no interior baiano, em 1897, o autor manifesta uma liberdade e um conhecimento vocabular assustador até para pessoas cultas. É preciso ler devagar e com extrema atenção, relendo e avançando frase a frase, para que não se perca o melhor da festa: riqueza na descrição da miséria, em todas as suas cores.

Por quase 50 páginas, temos em cena apenas a terra seca, o pó, os acidentes geográficos descritos como a palma da mão, com mais detalhamento do que uma fotografia digital por satélite, milímetro a milímetro. É como se o mapa geográfico fosse feito para que alguém o memorizasse e tivesse de passar por lá à noite, a pé, sem bússola, e sem perder a direção. O vocabulário é técnico e mais árido do que o local descrito. Pouco a pouco se vai entrando na imensidão do conhecimento de Euclides da Cunha e do lugar onde acontecerá uma guerra.

* Médica endocrinologista, jornalista e escritora.

É possível, durante a leitura, sentir o calor descrito, o mormaço, e até mesmo a sede, além do pó entrando narina e boca adentro. A narrativa invade o leitor, abafando-o com vasta sequidão de minúcias. Senti-me completamente abafada e parei a leitura. Alguns meses depois retornei ao começo, e então, senti que seria uma vergonha recuar. Pois, se o autor construiu essa obra prima, como eu não teria capacidade de lê-la e entendê-la?

Depois da explicação enciclopédica sobre o relevo, seguido da vegetação e de aulas de Botânica, é preciso acompanhar as análises dentro da Antropologia, Sociologia e outras ciências para entender o preconceito vigente à época, e que nem pode ser visto pelos olhos atuais, do século XXI.

Euclides da Cunha, na qualidade de jornalista escrevendo o primeiro livro-reportagem do país, não poupa citação de defeitos físicos, morais e nem de comportamento quando se refere à mistura de raças, que, em sua opinião, deteriorava o físico e o caráter. Fala da preguiça geral resultante da miscigenação, da feiúra do povo, e ele, sendo do estado do Rio de Janeiro, de Cantagalo, sequer percebe estar vendo os baianos de forma distorcida e cruel.

Crítica os arranjos sociais e comportamentais do relapso povo que por ali sobrevivia. E muito adiante é que surge o personagem principal, Antônio Conselheiro, que, beato desvairado, segundo o autor, impregna o povo de fé cega e estes passam a segui-lo em suas loucuras e vontades, obedecendo-lhe irracionalmente, como a um Messias. É um típico anti-herói, barbudo e descabelado, envelhecido precocemente, vestido com uma bata larga e azul, seco, só ossos, de cabeça baixa e, ao fazer pregações, a cada palavra proferida arregimentava mais gente. Tinha um código próprio e incompreensível para a população considerada civilizada. Não falava com as mulheres. Morava só. Quase não comia. Esse detalhe do jejum é marcante entre esse povo capaz de passar o dia com um punhado de farinha da mandioca e alguma água.

As pessoas vendiam o que tinham e acompanhavam o beato, sem nem saber o motivo. E no detalhamento das ações vai-se seguindo a narrativa. Poucos personagens recebem denominação, funcionando no enredo como

um grupo, sem individualidade. Constroem igrejas, a comunidade cresce, ganha força, e chega às autoridades a notícia de que Antônio Conselheiro era contra a recém-proclamada república. Isso é suficiente para que o exército brasileiro se prepare e se mobilize amplamente em pelotões de norte a sul para combater os insurgentes. É preciso riscar Canudos do mapa.

Os fanáticos foram menosprezados e muitas vezes chamados de jagunços. Isso acabou beneficiando-os, e o fator surpresa fez com que conseguissem matar muitos mil homens fardados que iriam aniquilá-los. Até o narrador parece não entender como podiam homens magros, frágeis, desnutridos, atrasados, sem organização estratégica, vencer vários agrupamentos do exército, que em dado momento mobilizou mais de seis mil homens para acabar com os revoltosos.

Canudos era uma vila de cinco mil casebres de barro minúsculos e amontoados em vielas, com seus 20 mil habitantes, boa parte velhos e crianças. Lá dentro, vários arranjos familiares, sem nenhum freio moral. Mesmo sabendo do possível resultado da batalha, do iminente massacre, a coragem dos sertanejos faz o leitor torcer por eles. São vencidos, porém, depois de inacreditáveis meses de batalhas. Antônio Conselheiro já estava morto e, ainda assim, continuaram lutando com a mesma convicção. Venciam parte do exército e pegavam as suas armas, fortalecendo-se.

De forma mais livre do que os seguidores do beato, por atrevida, escrevo sem reabrir o livro, sem ter anotado nada, relatando exatamente o que senti e sinto, meses depois de tê-lo encerrado. Destaco que a riqueza e variedade das palavras, algumas já em desuso, são o maior trunfo do livro, que fala das táticas de guerra, como num manual para oficiais, por ser mais uma das especialidades do autor. O bravo povo baiano, massacrado por diversos batalhões de vários estados, ficou muito bem na História, com sua fé e coragem suicida. O paraíso não é deste mundo, acreditavam. Perto deles, meu atrevimento é um curto passeio a pé num clima ameno, oposto ao de *Os Sertões* e sua abominável guerra.

Um presente do céu

*Petrônio Souza Gonçalves**

O câncer não é solidário. Tem uma estranha missão de devastar vidas, separar amores, corroer homens e mulheres, meninos e meninas, por dentro. Em sua sanha, não conhece fronteiras, amputa sonhos, ignora o belo. Segue, impávido e colossal, rasgando a vida, de um extremo a outro.

Na ala de tratamento do câncer da Santa Casa de Belo Horizonte, uma paciente admirava o ir e vir das belas e inocentes crianças pelos corredores do hospital, com uma indignação silenciosa e doída. Perguntava a Deus, ao nada, ao além, o porquê de tão triste sorte. Falava sozinha, sabendo ser mais uma entre tantos. Pedia por um momento de paz, um sinal de vida, um sopro de esperança, quando a chuva caía lá fora, molhando os sonhos que ela não nutria mais. Era final de ano, véspera de Natal, e ela pedia por um presente que sabia não ganhar. Chorou por ela, pelas crianças que, alheias a tudo, brincavam à sua volta. Obstinada, começou a cultivar dentro de si o espírito do verdadeiro Natal, a celebração da vida, o acolhimento ao sagrado, a comemoração do sonho que virá. Saía, em seus intervalos do tratamento, a coletar presentes pela cidade. Depois de muito colher, pensou no sonho repartido, quando ganhou uma roupa de Papai Noel bem menor que sua grande estatura. Se pôs a vestir, a amarrar aqui, ali, e saiu pelos corredores do hospital distribuindo carinho, abraços, esperança, alegrias e presentes. Ao encontrar um menino pelo corredor, recebeu dele um abraço apertado, demorado, sereno e quente. Pôs-se a chorar, quando o menino lhe puxou a barba revelando o rosto de mulher. O meninozinho sorriu, abraçou de novo o Papai Noel, e chorou a dor que

* Jornalista e escritor.

não era só dele. O Papai Noel perguntou para o menino de cabeça raspada e corpo franzino se ele havia gostado do presente: um caminhãozinho usado e arranhado pelo tempo. Ele passou o carrinho por sobre a cabeça do Papai Noel e falou: Gostei sim, mas gostei mais foi do abraço... O Papai Noel caiu em choro compulsivo, quando voltou a abraçar o meninozinho que se transformou em um destemido guerreiro. Ao tocar o braço do Papai Noel, o menino descobriu o cateter escondido. Levantou o braço e levou o Papai Noel pelos corredores do hospital até chegar a um altar de orações. Ele se ajoelhou, puxou o Papai Noel pela mão, que se ajoelhou, e começou a dialogar com Deus: Papai do Céu, como o Senhor pode fazer isso com o Papai Noel?! Ele não pode ficar doente não, ele tem muita coisa para fazer no mundo. Por favor, Papai do Céu, cura o Papai Noel para mim, porque o mundo precisa muito dele e ele não pode ficar assim não, ele é muito bonzinho para sofrer... O Papai Noel abraçou o meninozinho que mirava o Papai do Céu, pedindo, em silêncio, um presente de Deus para ele e para todas as crianças do mundo. Foi um momento da mais profunda e verdadeira paz.

No ano seguinte o Papai Noel fez o mesmo ritual, agora com a ajuda de muitos. Ao chegar à porta do quarto do menino, percebeu o que não foi preciso perguntar: o Papai do Céu havia levado para seu lado um valente guerreiro que se tornou um anjo, e todas as noites ele vaga pelo céu das grandes esperanças.



Olivas Patton: memórias de um sobrevivente da Guerra Civil Espanhola em Varginha – MG

*José Roberto Sales**

Narro em primeira pessoa, com as minhas palavras, as trágicas memórias que João Pedro Oliva Patton, brasileiro nato, filho de imigrantes espanhóis, que residiu na Espanha durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), me relatou em duas entrevistas realizadas em sua residência em Varginha – MG, nos dias 4 e 10 de março de 2010, perfazendo um total de duas horas e quarenta e cinco minutos. Dei aos relatos desses dois dias os subtítulos: “Rua do Desengano, n.º 24”, “Minha mãe carregava uma mortalha” e “Estrangeiro na terra natal”. Esses subtítulos foram extraídos dos conteúdos fornecidos pelo entrevistado.

O objetivo do presente relato é apresentar sua memória individual da Guerra Civil Espanhola. Propositamente, evitei apresentar uma introdução com pequeno histórico sobre esse conflito armado. Creio que isso quebraria o “ritmo” e a dinâmica do texto, além de lhe conferir uma desnecessária feição acadêmica que não contribuiria para enriquecê-lo e seria, portanto, alheia ao nosso intento. Ademais, nossa modesta introdução histórica, obviamente, nada acrescentaria a um assunto exaustivamente descrito e analisado por renomados historiadores e sociólogos. O leitor interessado pode consultar a extensa e detalhada bibliografia existente.

* Escritor, psicólogo, presidente da Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências.

Aqui, o foco é nos fragmentos de uma memória individual difusa que nos permitem reconstruir como alguns episódios da Guerra Civil Espanhola foram vivenciados por um menino brasileiro dos nove aos doze anos de idade. Os psicanalistas e psicólogos sabem, há muito, que a memória não é uma “filmagem” exata do fato ocorrido. A memória é uma espécie de reconstrução impressionista das vivências. Sete décadas depois, a idade, agora avançada, não apagou as vívidas imagens que as cenas da guerra deixaram impregnadas de forma permanente em sua subjetividade. Assassinatos; fuzilamentos; sangue e ossos humanos; viagens; ideologias em conflito; insegurança institucional e pública; situação política; polícia; prisões; fome e racionamento de alimentos; condições sanitárias e de higiene; carestia; igrejas e religiosidade católica com imagens esculpidas de santos; edificações históricas; afetividade materna; relacionamentos familiares; brincadeiras infantis; imaginação, sonho, pesadelo e fatos históricos se misturam na construção de uma narrativa impactante e emocional. Não poderia ser diferente: são memórias de uma guerra.

As entrevistas não foram gravadas em meio audiovisual, mas digitadas em tempo real no computador pelo entrevistador. O texto, tal como é apresentado, foi lido e analisado pelo entrevistado, que o aprovou para publicação.

A sequência narrativa respeita, tanto quanto possível, a fala, o fluxo verbal, as repetições e a (des)ordenação espontânea das lembranças do entrevistado. O “professor Patton”, como é conhecido em Varginha, foi meu professor de matemática no início da década de 70, profissão na qual se aposentou. No período em que foi entrevistado, ele estava com 82 anos, saudável, fluente, gentil e lúcido. As informações fornecidas são de inteira responsabilidade do entrevistado.

RUA DO DESENGANO, Nº 24

Meu nome é João Pedro Oliva Patton. O sobrenome “Oliva” deveria ser “Olivas” como o do meu pai e de seus ascendentes, mas no cartório de registro civil foi registrado “Oliva”. Atualmente, resido em Varginha, Minas Gerais, cidade na qual fixei residência no ano de 1972, depois de ter morado na vizinha cidade de Três Corações.

Quando a Guerra Civil Espanhola irrompeu, eu tinha nove anos de idade e me encontrava na Espanha. Meus pais eram imigrantes espanhóis. Nasci em Birigüi, estado de São Paulo, em 24 de junho de 1927. Pouco antes da guerra, meus pais decidiram vender as propriedades que possuíam no Brasil: plantações de café, uma casa velha e uma casa nova que haviam construído. Uma estrada separava as duas casas; havia um riacho ao fundo da casa velha onde morávamos antes de nos mudarmos para a casa nova.

Meu pai Pedro José Olivas Fernández tinha renome, era um homem benquisto. Os cavalarianos comemoravam o Dia de São Pedro visitando-o e fazendo uma festa na fazenda. Apesar da vida agradável no Brasil, meu pai sentia muitas saudades da Espanha, pois amava Chiclana de Segura¹, em Jaén, sua terra natal, município a leste de El Condado, vizinho de Segura de La Sierra e da província de Ciudad Real, a qual ficava num promontório, em uma montanha elevada da qual se podia avistar a cidade de Sorihuela del Guadalimar² e El Campillo, um arraial distante cerca de seis quilômetros de Sorihuela. Minha mãe Genara relutava em voltar, por ela nós jamais teríamos saído do Brasil.

Quando eu e minha família chegamos à Espanha em um navio de bandeira alemã, aportamos em Vigo, província de La Coruña, cujo porto estava danificado. Ancoramos um pouco afastados do porto e fomos levados em barcas, passageiros e pertences, para o porto. De lá, fomos para Madri e, em seguida, para Andaluzia. Não me lembro como fomos de Madri para Sorihuela, apenas de Vigo para Madri. Fazia muito frio e o trem corria muito. Moramos em Sorihuela até 1939. Quando a guerra acabou, nos mudamos para Valencia del Cid.

A Guerra Civil Espanhola começou no dia 18 de julho de 1936 e naquela mesma noite soube que os homens seletos, figurões, potentados da cidade, foram levados para a Igreja Paroquial de Santa Águeda³ na cidade de Sorihuela del Guadalimar, província de Jaén, Andaluzia, onde eu morava com meus pais e irmãos. Dentro da igreja, todas essas pessoas foram massacradas pelos esbirros comunistas, exaltados, assassinos. Eu não vi o massacre, mas ouvi os relatos daqueles que perambulavam pelas ruas, os relatos que corriam de boca em boca. Eu vi a vala, as marcas sanguinolentas, os coágulos de sangue no chão e nas paredes da igreja onde as pessoas foram fuziladas. A cripta da igreja foi arrombada e os esqueletos arrancados das sepulturas e jogados ao chão.

Pelo que me lembra, Sorihuela del Guadalimar foi poupada dos bombardeios, mas não dos crimes. A sensação constante de intranquilidade era muito grande, o que nos impedia de ter uma vida normal.

Havia em Sorihuela del Guadalimar três irmãs. Uma delas era a prefeita da cidade, ou “alcaldesa” [feminino de *alcaide* ou *alcalde*: prefeito] como se diz na Espanha. Ela andava com um bordão, uma espécie de bengala, símbolo da autoridade do prefeito na Espanha naquela época. As três irmãs foram levadas para a beira da ponte sobre o Rio Guadalimar e lançadas com toda a violência sobre sua parede. A dentadura de uma delas ficou na parede. Os cadáveres rolaram pelas águas até serem encontrados e sepultados por camponeses piedosos.

Na noite do irrompimento da guerra, lembro-me que tive dor no molar direito e, chorando, clamei pela minha mãe. Ela me disse: “*Hijo mio, sienta-te en el dentel de la puerta hasta que pase el dolor*”. Era verão e fazia muito calor. Podia-se ficar na rua que não acontecia nada de ruim, pela tranquilidade que havia naquela época.

Durante o período de guerra, passamos terrível fome, carestia de alimentos e de roupas. Em janeiro de 1938, minha mãe cozinhou e fritou a carne de um gato muito gordo, que todos comemos. Naquele tempo o futuro nos parecia incerto e negro, e o presente misturava dor, angústia e medo.

Meu irmão Teodoro, que havia nascido no Brasil, foi convocado para o treinamento como soldado para ir ao campo de batalha. Ele invocou a

nacionalidade brasileira e se negou a participar da guerra, por isso, foi punido sendo enviado para um batalhão disciplinar cujos membros deviam quebrar pedras com marretas durante todo o dia.

Meu outro irmão, Carmelo, nascido na Espanha, também foi convocado para ir à guerra. Por ser espanhol, ele não se negou a participar de batalhas sendo que em Castellón de la Plana, cidade na costa mediterrânea, feriu-se durante um combate corpo a corpo. Nesse combate foram derrotados os vermelhos – “Los Rojos”⁴ – e meu irmão foi feito prisioneiro. Os prisioneiros foram formados em filas e o “chefão”, o brigadeiro, general, entrevistava cada soldado perguntando o nome de cada um. Quando chegou ao meu irmão Carmelo, ele lhe perguntou: “Qual é o seu nome?”. “Carmelo” – ele respondeu. O general lhe disse: “Opa! tantos anos como militar e nunca achei um soldado com o meu nome. O meu nome também é Carmelo”. Esse encontro afável e a coincidência dos nomes valeram ao meu irmão um convite do general para ser o seu ajudante.

Com isso, meu irmão participou de várias batalhas. Ele esteve nos Pireneus como soldado. O fato de estar como soldado nos Pireneus era para evitar que “Los Rojos”, ou seja, os soldados comunistas fugissem para a França e também para evitar que a Tchecoslováquia enviasse munições para os vermelhos da Espanha. Nos Pireneus, dava-se o fato de que quando os soldados começavam a rir muito, a rir estupidamente, era sinal de que estavam começando a ficar enregelados. Para evitar que os enregelados morressem, os demais soldados davam-lhes uma surra. Na terrível batalha do Rio Ebro, próximo ao Golfo de Biscaia, morreram tantos soldados que as águas desceram sanguinolentas. Meu irmão Carmelo foi ferido nessa batalha. Uma bala fez um zigue-zague e parou na íngua de sua perna esquerda. Ele foi salvo por um soldado espanhol-marroquino e levado para a retaguarda da batalha e, posteriormente, hospitalizado. Carmelo ficou muito tempo andando de muletas. Com o tempo recebeu a graduação de sargento ex-combatente.

Meu irmão Teodoro, que estivera no campo de concentração, posteriormente, recebeu do novo governo o título de “Cavaleiro Ex-Cativo” por ter se negado a participar da guerra. O título lhe conferia

certos privilégios como, por exemplo, ter direito a uma casa em construção.

Outro lance da guerra, enquanto morávamos em Sorihuela del Guadalimar, é que meu pai foi acusado pelo delegado comunista de ser um beato. Durante a guerra, na Espanha, ninguém poderia dizer que acreditava em Deus, pois seria assassinado. Era o marxismo ateu. Meu pai foi obrigado a mostrar as mãos para o delegado comunista porque achava que ele ficava o dia todo com as mãos em prece na igreja e teria, portanto, fina, a pele das mãos. Meu pai respondeu para o delegado mostrando-lhe as mãos: “Minhas mãos são as de um trabalhador”. “É assim que você responde ao delegado? Tu ficarás vinte e quatro horas detento”. E meu pai ficou no cárcere durante vinte e quatro horas.

Na cidadezinha de Sorihuela del Guadalimar, naquela época da guerra, e muitos anos depois de acabada a guerra, não havia saneamento básico. A água que bebíamos era procurada em “los caños”⁵, torneiras instaladas na via pública por onde escorria muita água. Nós íamos até “los caños” com cântaros e vasilhas para levar a água para casa. As casas não tinham privadas [vasos sanitários] nem lavatórios. Defecava-se no quintal. Minha casa ficava na “Calle del Desengaño”, número 24; o quintal era muito grande.

O marido de minha tia Eugênia chamava-se Santiago Campallo. Os filhos dela, meus primos, eram líderes marxistas “rojos”. Meu tio Santiago ficava na sacada de sua casa com “anteojos” [binóculo] vigiando aqueles trabalhadores que batiam o trigo para soltar os grãos que depois eram recolhidos em sacos. Não havia automóveis naquela época, as ruas eram tranquilas. Quando a guerra acabou, meu tio Santiago e meus primos foram mortos pelo governo nacionalista. Depois da tomada do poder, uma das maneiras pelas quais o governo franquista [do general Francisco Franco⁶] eliminava os vermelhos [comunistas] era através de surras. Os guardas civis portavam cassetetes que se dobravam facilmente. Os vermelhos foram mortos em surras nas quais os soldados utilizavam esses cassetetes.

Meu tio Ceferino Patton González, irmão de minha mãe Genara, era mestre-escola, pessoa muito esclarecida; andava com duas muletas, pois,

quando menino havia caído de uma égua o que lhe ocasionou uma lesão nas pernas que o impedia de andar. Ele ajudou muito as pessoas que eram alvos das violências dos “rojos”. Porém, quando acabou a guerra, o governo nacionalista o mandou preso para a cidade de Ubeda, próxima ao Rio Guadalimar, e lá, ele foi posto contra um paredão e fuzilado.

Quando a guerra acabou, minha família se mudou para Valencia del Cid. Lá, me inscrevi no Colégio Militar, uma espécie de preparatório para o ingresso na Academia Militar da Marinha Espanhola.

MINHA MÃE CARREGAVA UMA MORTALHA

Em 1936, na Igreja Paroquial de Sorihuela del Guadalimar, da qual Santa Águeda era a padroeira da cidade, “Los Rojos”, os marxistas, pouparam da destruição a imagem esculpida de Santa Águeda que foi levada para a Casa do Povo, uma espécie de salão no qual os marxistas realizavam suas reuniões. A imagem permaneceu nesse local até o final da guerra sem ser destruída.

Sempre que possível, eu e outras crianças saíamos da proteção de nossas casas para brincar nas ruas. Tiroteios frequentes assolavam toda a cidade. Percorríamos as ruas até as proximidades da igreja matriz, na região central. Pelo caminho, deparávamos com cenas horripilantes de pedaços de crânios humanos encravados nas paredes das casas e da ponte que interligava o bairro ao centro.

A Casa do Povo ficava ao lado do castelo que existia desde o tempo da Reconquista, “El Castillo Viejo”⁷, quando os árabes e cristãos lutavam pela posse do solo espanhol. Eu, menino, junto com outros meninos brincávamos para tomar posse do Castelo. Entrávamos no Castelo e defendíamos-lo lançando pedras um grupo contra outro. Isso, durante a guerra.

Eu não tinha religião. Menino bastante curioso vi “Los Rojos”, sempre exaltados contra a Igreja Católica, arrastarem as demais imagens dos santos da Igreja de Santa Águeda pela cidade. Eles amarravam as imagens, davam-lhes pontapés e as arrastavam pelo chão. Um dos

“Rojos” pegou o escapulário da Virgem do Carmo, rasgou-o com os dentes e o jogou ao chão. Peguei uma parte rasgada desse escapulário e a dei para minha mãe. Ela exclamou, horrorizada: “Oh, filho meu, isso aí é o escapulário da Virgem do Carmo” – e o guardou.

A Guerra Civil Espanhola, em minha opinião, foi mais uma guerra de fundo religioso que envolveu gente exaltada. O governo democrático espanhol adotou algumas medidas para restringir o enorme poder da Igreja Católica Romana o que colaborou, em parte, para a eclosão da Guerra. Monumentos na Espanha foram erguidos em homenagem aos cerca de seiscentos mil mortos⁸. Recordo-me das paredes com cruzes e das listas de “los caídos”⁹ com os nomes das pessoas assassinadas pelos marxistas. Em Sorihuela del Guadalimar, onde eu residia, havia perto de “los cânos” uma cruz com os nomes das pessoas assassinadas. Os franquistas, vencedores da guerra, mandavam pôr as cruzes e as listas. Durante o governo franquista, quando acabou a guerra, homenageava-se a José Antonio Primo de Rivera que foi assassinado em Alicante pelos marxistas. Sua irmã Pilar Primo de Rivera foi Chefe Nacional da Juventude Franquista. Ambos eram filhos do Marquês de Estella. José Antonio Primo de Rivera era homenageado com a música *Cara al Sol*: “Rosto ao sol com a camisa nova que, ontem, tu bordaste vermelha...”.

Os comunistas eram muito cruéis e assassinavam as pessoas que não lhes ajudavam, que não partilhavam com eles da mesma ideologia. Quando o generalíssimo Franco tomou o poder e instaurou uma ditadura, ordenou o assassinato dos comunistas de uma forma ainda mais brutal e cruel. As crianças presenciavam esses crimes.

Minha mãe Genara faleceu em setembro de 1974. Ela morava em Valencia del Cid e, periodicamente, ia a Sorihuela del Guadalimar porque lá vivia um sobrinho dela chamado Juanito, pessoa bastante empreendedora que cuidava muito bem das fazendas – “Los Cortijos” – que ele adquirira. Ele gostava de mostrar para minha mãe as coisas que comprava. Em uma dessas viagens, ela veio a falecer. Minha mãe carregava a própria mortalha em uma mala. Ela me dizia: “Não quero dar a ninguém o trabalho de fazer a minha mortalha”. Um dia, após o jantar,

ela sentiu dor de cabeça, foi levada para o quarto e faleceu enquanto dormia. Isso foi bem depois da guerra. Ela foi sepultada no mesmo panteão dos senhores para os quais trabalhou de empregada doméstica quando solteira: o panteão dos Montoro.

Depois da guerra era comum, na Espanha, os cidadãos cantarem o hino espanhol com a mão estendida para frente. O gesto era semelhante ao feito por Hitler durante seus comícios políticos para as multidões.

ESTRANGEIRO NA TERRA NATAL

Em 1952, aos 25 anos de idade, graduado professor de Filosofia Pura, após uma temporada em um seminário na Itália, próximo à cidade de Turim, soube de uma oportunidade de trabalho no Brasil. Em 9 de maio do mesmo ano, no porto mediterrâneo de Valência, embarquei para o Brasil. Saímos do Mar Mediterrâneo atravessando o estreito de Gibraltar, também famoso por suas histórias de guerra. A travessia durou quinze dias, com intempéries e poucas escalas durante o percurso da Europa ao Brasil.

Então, um novo dilema se me impôs: brasileiro, após dezesseis anos voltava para minha terra natal, mas perdera o domínio do idioma materno. Regressava para a terra de origem como se fora estrangeiro. Antevi as dificuldades que teria de enfrentar. Desembarquei no Porto de Santos, aonde cheguei em 24 de maio de 1952. Fizeram-me jurar à bandeira brasileira, dizendo em alto e bom som palavras de que não compreendia bem o significado. Fi-lo consciente de que estava a iniciar uma nova vida.

No Brasil, trabalhei como professor, casei-me com uma mineira, tive três filhos (dois rapazes e uma moça) e me aposentei. Aqui é a minha terra. As trágicas lembranças dos episódios da Guerra Civil Espanhola me acompanharam todos esses anos e jamais se apagarão da minha memória.

NOTAS

- 1 Há, na Espanha, outro lugar com o nome de Chiclana. Trata-se de Chiclana de la Frontera, município da província de Cádiz
- 2 Sorihuela del Guadalimar [pronuncia-se “*Sorirruela*”] é um pequeno município do extremo sudeste da comarca de El Condado, que conta com um enclave territorial a noroeste da comarca de La Loma e Las Villas. A principal atividade econômica é a agricultura. Na época da Guerra Civil Espanhola, a população do município era inferior a 1.000 habitantes.
- 3 Santa Águeda de Catania, virgem e mártir, é a padroeira de Sorihuela del Guadalimar.
- 4 Esse período da história espanhola é também denominado de “período rojo”, ou seja, “período vermelho” ou comunista. Vermelho é a cor dos comunistas.
- 5 Há, em Sorihuela del Guadalimar, uma praça denominada “Plaza de los Caños”.
- 6 General Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Barramonde (1892-1975), mais conhecido com o nome abreviado de Francisco Franco.
- 7 Provável referência ao Torreón Árabe, construído no ano de 886 pelo general Hashim ben Abd al-Aziz.
- 8 Segundo algumas fontes, cerca de um milhão de pessoas pereceu na Guerra Civil Espanhola.
- 9 Há, em Sorihuela del Guadalimar, a “Cruz de los Caídos”.



Lembranças doces e amargas

Iara Tribuzzi*

Em outubro, no dia do meu aniversário, o melhor dos meus presentes era ouvir a voz bonita da minha mãe... Uma das suas cantigas – alegre ou triste, que acalentasse o meu coração e aliviasse o meu estranhamento pela sua ausência.

Ouvia desde sempre, porque ela gostava de cantar, e eu amava ouvi-la. Até hoje sei de cor as músicas: a *Marselhesa*, a *Giovinezza*, o *Hino à América*, à *Escola*, a *Montes Claros*, à *Primavera*...

A primavera é uma estação florida
Cheia de flores e real fulgor
De flores enche o coração da vida
De vida enche o coração da flor...

XXXX

Papai do céu, por favor
Deixe voltar a maninha
Pobre dela, coitadinha
Ela nunca mais brincou.

* Professora, escritora, sobrinha dos escritores Cyro e Waldemar dos Anjos, reside em Belo Horizonte.

A Mamãe vive a chorar
E lá em casa tudo chora
A vovó só conta histórias
Quando a maninha voltar...

Deus, escuta meu pedido,
Ela não suja o vestido
Eu vou segurando o véu.

E quando a noite chegar
Maninha torna a voltar
Pra dormir aí no céu...

Intrigava-me quem seria esta Maninha, pois ela não perdera ainda nenhum dos seus oito irmãos e seis meio-irmãos. Depois me lembrei: mamãe contava, repetidas vezes, que brincava, numa tarde, de zangue-zalange¹ com Clélia, sua prima em primeiro grau.

Discutiram pelo direito de se balançar, o balanço estava armado numa árvore gigantesca, no quintal. Clélia ganhou no par ou ímpar, sentou-se, e, ao firmar o pé no chão, deu um grito. Sentira uma ferroadinha forte. Os adultos vieram, mandaram chamar tio Mário, farmacêutico e irmão de tia Joaninha, mas não houve jeito: um escorpião se disfarçara entre as folhas secas e horas depois a Clélia morria.

Naqueles idos de 1923, não se usava levar crianças à psicóloga, e Mamãe se emocionava sempre ao se lembrar da prima e amiga. Mas não chorava, e aprendi com ela a segurar o pranto.

Em 1927, perdeu subitamente o pai e tal perda a marcou profundamente. Em 1930, Mamãe estava no cortejo de vice-presidente da República Mello Vianna², em visita a Montes Claros, levando pela mão

¹ Zangue- Zalange: era como se denominavam os balanços rústicos ou caseiros, confeccionados com cordas e tábua.

² Um tiroteio vespertino na maior cidade norte-mineira, após ali desembarcar o vice-presidente Mello Viana, acompanhado de ilustre comitiva, contribuiu para precipitar o processo de ebulição política e eclosão da revolução, que se confiava, seria mais que substituição de um presidente. (SANTOS, Manoel Hygino. *Dos Vargas de São Borja a São Borja* - Belo Horizonte, 2009).

seu irmão Ruy, que tinha as pernas fracas, recém-saído de uma doença prolongada.

Quando passavam pela Praça Dr. João Alves, em frente à casa da famosa dona Tiburtina, casada com o médico doutor João Alves, onde está hoje o Automóvel Clube da cidade, escutaram um intenso tiroteio, e ninguém sabia de onde vinham os tiros. A multidão se apavorou, e dizem que um veterano de Guerra do Paraguai gritou:

– Deita, minha gente!

Ambos se desgarraram da mãe, Vovó Antônia Veloso, que estava junto, e correram com o povo até o antigo cemitério, no terreno da catedral, que ainda não fora construída. Todos estavam assustadíssimos, os boatos eram muitos, diziam que havia mortos e feridos.

Não havia luz no cemitério e a escuridão aumentava o medo, os adultos estavam mais amedrontados que as crianças. Muito tempo depois, alguém os reconheceu e levou-os para a casa de Vovô Antônio dos Anjos. Sua filha Alice Versiani dos Anjos já se sentia mal, não sabia o que lhes teria acontecido. Disseram à boca miúda que a ordem de atirar teria sido dada pela dona Tiburtina³, registrada na história como mulher destemida e ousada.

Dona Wanda, minha mãe, estudou algum tempo em Pitangui, na casa dos tios Tônico Versiani dos Anjos e Sophia Ferranti, que eram muito sociáveis e promoviam bailes adorados por ela. Daquela cidade trouxe uma canção lindíssima, contando a história da moça assassinada pelo pai, em Ouro Preto:

Dizem velhos moradores
ainda transidos de horror
que em tempos já distantes
fora ali assassinado
por um pai desnaturado
um jovem casal de amantes.

³ Tiburtina: em 6 de fevereiro de 1930 registrou-se trágico incidente em Montes Claros, que Assis Chateaubriand batizou de “emboscada de bugres”, de que se aproveitou largamente a imprensa nacional.

Mamãe veio para Belo Horizonte, acompanhando o avô Antônio dos Anjos, os tios Cyro e Waldemar e as tias Alice, Biela e Carlotinha. Vovó Carlota Versiani dos Anjos já era falecida. Passou a frequentar a Escola Normal Modelo – hoje Instituto de Educação. Contava que todos se apavoraram com os tiros disparados durante a Revolução de 30, que atingiram várias galinhas do quintal, na Rua Tomé de Souza, bairro Funcionários.

A família regressou a Montes Claros e ela se matriculou na antiga Escola Normal. Suas colegas eram Ruth Tupinambá Graça, dona Dezuyta e Maria Aparecida Dias Netto, entre outras. Depois de formada, em 1933, deu aulas no Grupo Escolar Gonçalves Chaves, na Praça Dr. João Alves.

Foi nomeada para o Grupo Escolar Dr. João Porfírio, em Salinas, junto com Heloísa Veloso Sarmento, sua irmã e amiga mais querida. Mudaram-se em 1934. Casou-se em 1935 com o salinense Lúcio Ramos, e éramos cinco irmãos. O mais velho – Wilson José Ramos, faleceu aos 46 anos.

Em 1959, toda a família mudou-se para Montes Claros e dona Wanda ainda trabalhou no Grupo Escolar Dr. Carlos Versiani – nome de seu bisavô – até se aposentar.

Moramos na Avenida Afonso Pena e depois na Francisco Sá. Quando papai faleceu, em 2002, Mamãe quis permanecer na mesma casa, onde residia há mais de 30 anos.

Sua saúde foi-se debilitando, nos últimos anos estava na cadeira de rodas. Tinha muito medo do CTI, pedia que não a deixássemos ser levada para lá. Sua estrutura óssea definhou, ficou uma mulher miudinha, que ainda adorava os jornais. Já não lia mais os amados livros, só reconhecia as pessoas muito próximas. Até se esqueceu de rezar o terço, do que tanto gostava. Via tv, mas nada guardava. Nunca maltratou os acompanhantes, não ficou agressiva. Era sempre muito bem educada, agradecia a cada vez que lhe serviam alguma coisa. Gostava de recitar comigo as antigas poesias de Castro Alves – *Vozes d'África*, *A cruz da estrada*... Ainda há pouco tempo cantávamos juntas e ela se lembrava das cantigas – perfeitamente. Às vezes me corrigia – “está desentoando!”

No dia do meu aniversário, o melhor dos meus presentes seria ouvir a voz de minha Mãe. Uma cantiga alegre ou triste, que acalentasse o meu coração e aliviasse o estranhamento pela sua ausência...

Ai, minas de Vila Rica
Santa Virgem do Pilar!
Dizem que eram minas de ouro...
– para mim, de rosalgar,
Para mim donzela morta
Pelo orgulho de meu pai.
(Ai, pobre mão de loucura,
que mataste pro amar!)
Reparai nesta ferida
Que me fez o seu punhal:
Gume de ouro, punho de ouro,
Ninguém o pode arrancar!
Há tanto tempo estou morta!
E continuo a penar.

MEIRELLES, Cecília, 1901-1964

Romanceiro da Inconfidência, São Paulo, Editora da USP:
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.



Metáfora

Para Paschoal Motta, amigo.

*Yeda Prates Bernis**

Finíssima seda
leva consigo
pássaros coloridos
perfumes e flores

símbolos sutis
da palavra
amizade.

* Poetisa, 2ª vice-presidente da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 6.

Com meus botões

*Gérson Cunha**

Como fosse prodígio de Aladim,
Aos risinhos vividos sempre alinho
O rosagar das manhãs -- bem cedinho:
Antecanto de uma aurora sem fim...

Mas hoje, de relance, dei por mim
Nos sombrais, já, de alongado caminho;
Suspicaç, a incerteza então sublinho,
E minh'alma se consome no esplim.

Quem dera o Além fosse meu acalanto,
Pois o ignoto, por trás da Cortina,
Assusta-me! Nem sei eu mesmo o quanto!

Pessimismo? Ou a vida que declina?
Qual! Isso não me causa mais espanto
Que o Nada, como sendo a minha sina!

* Professor, escritor, tem vários livros publicados.

Afeto

*Emanuel Medeiros Vieira**

“Se não for pela poesia, como crer na eternidade?”
(Alphonsus de Guimaraens Filho)

Sobra este afeto
(a muralha que me resta).
Sim, é este patrimônio que me cabe-
sem valor contábil,
o que amo,
contra o ruído, o mal e a bofetada.
Tribo perdida,
só queremos saber de nós mesmos.
Minha verdadeira cidadela é o território dos afetos.
transformado estou: no guerreiro que não me
imaginava mais, exaurido: ainda assim combatente.
Restaurado o menino que viu a regata:
é esta matéria mnemônica que tento re-fundar aqui,
papel em branco, nova manhã.
O latim do colégio ensinava que “recordar” vem de:
“recordis”:
tornar a passar pelo coração.

* Escritor, poeta, nascido em Santa Catarina, reside em Brasília.

(A poesia perpetuará esta fugaz manhã, despistando a morte?),
vem, menino, sossega o coração na manhã azul,
me legitima na palavra escrita,
eterniza o poema para os que vierem depois:
é minha oferenda (o sentido desta peregrinação).

Trajetória

*Zanoni Neves**

Navego o arco-íris
em barca de prata

cavalgo cometas
entre astros e estrelas

o beija-flor como guia
ganho o espaço
com asas de pássaro

índio cósmico
coletor de luminescências
percorro galáxias
no vasto campo
do uni/verso

com charrua dourada
semeio esmeraldas
colhendo estrelas

Sou poeta
livre em meu sonho!

* Associado efetivo do IHG-MG, mestre em Antropologia Social.

Vida

*Bruno Terra Dias**

Vida vida,
vida comprida.
Não termina, jamais,
essa minha fadiga?

Reclama o velho,
sossego de escravo.
Como estivesse a sofrer
idêntica ruína.

Vida vida,
vida que amofina.
Segue longo, insosso,
esse templo de Tijuco e Mariana.

Reclama o homem,
na cata, em desespero.
Que mais haverá,
senão diamantes e ouro,
para real apego?

* Juiz de Direito e escritor.

Vida vida,
vida que preste,
a reproduzir,
sem amor cristão
nesse agreste.

Reclama a mulher,
que a tantos consola,
de útero deserto,
nos recantos e vielas.

Vida vida,
vida sem sentido,
que a batear condena,
os filhos de seus filhos.

Reclama o poeta,
em luso desafio,
que não se faça cobrança
de quem a si próprio respeita.

Vida vida,
vida em círculos,
de Afonso a Pedro,
equivalente ideal.

Saúda o povo,
ufana a Pátria.
Novos homens e mulheres,
poetas e vestais.

Vida vida,
vida sonambúlica.
Dorme sem perceber
a futura República.

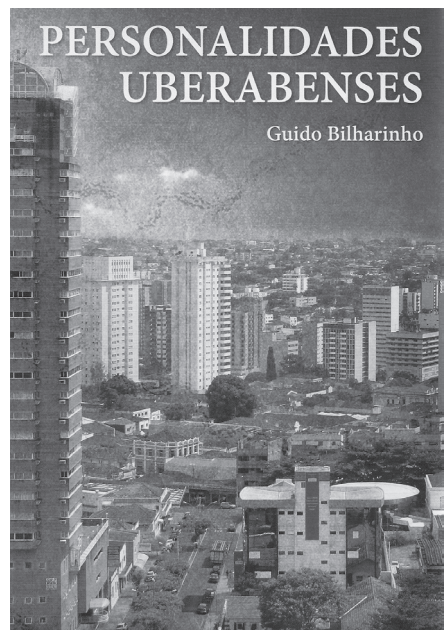
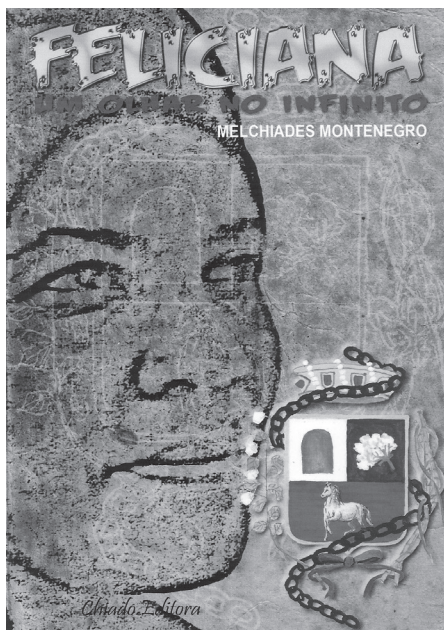
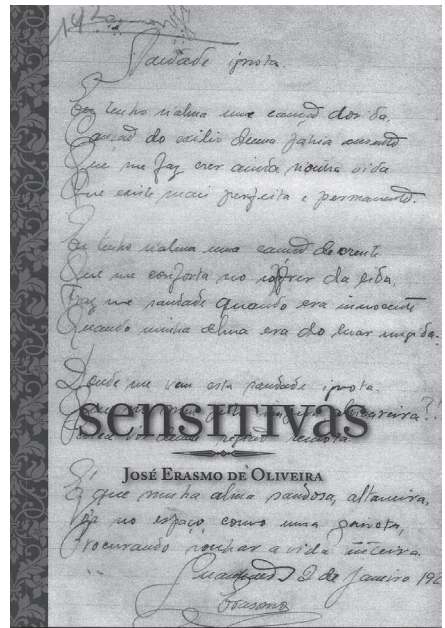
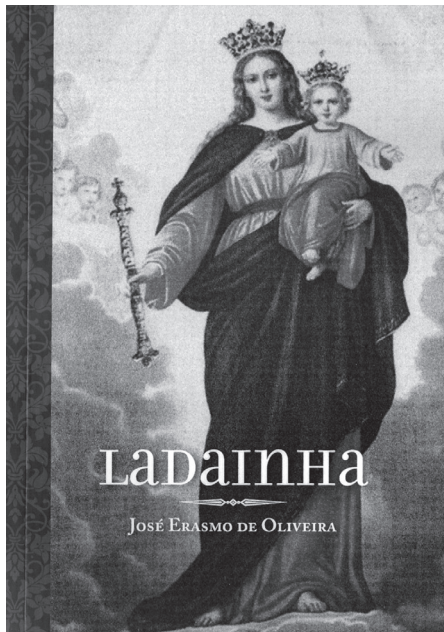
Reclama o homem,
velho e alquebrado.
Leva terra em seu travesseiro,
saudades do solo sagrado.

Vida vida,
vida que conclama.
À força impura,
combate com fé e esperança.

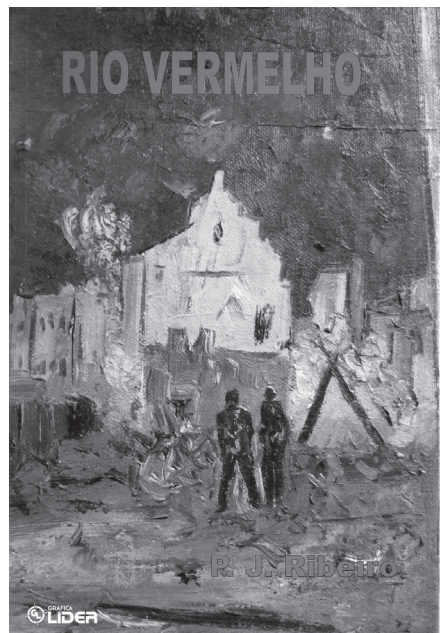
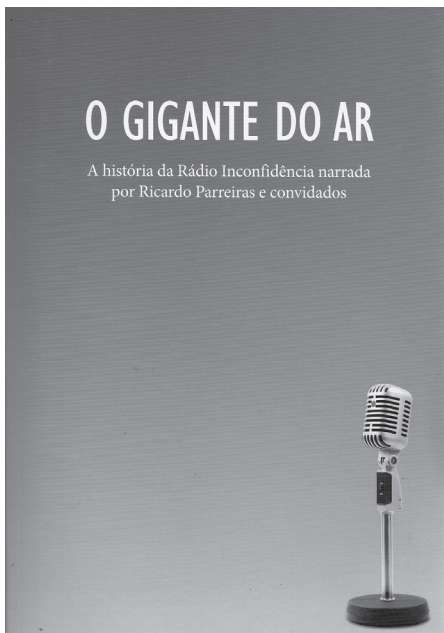
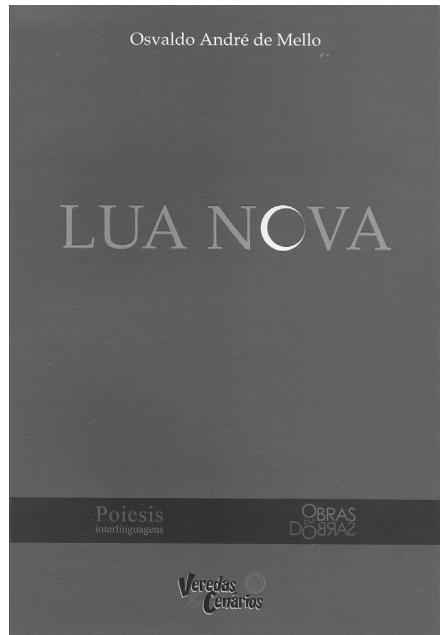
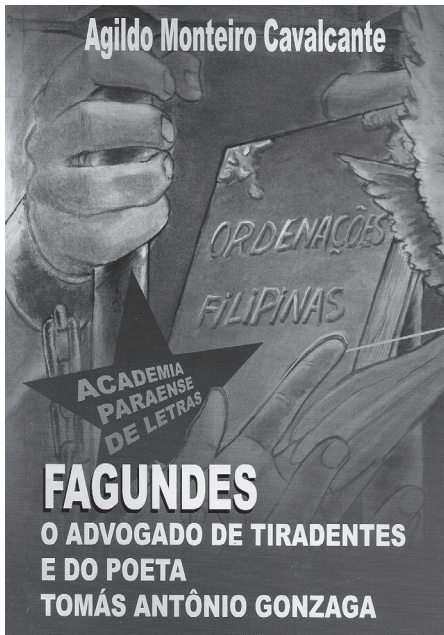
Discursa outro velho,
com saber e sem jactância,
desse mesmo solo,
coragem, sapiência e temperança.

Vida vida,
vida que descansa.
Não sabe, ainda, mas
outro valor prepara e levanta.

Obras recebidas



Obras recebidas



Obras recebidas

